

UEM

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

JOSÉ RICARDO SKOLMOVSKI DA SILVA

A REVISTA *O ENSINO* E MANIFESTAÇÕES TAYLORISTAS NAS
PROPOSTAS DA REFORMA EDUCACIONAL DE CÉSAR PRIETO
MARTINEZ (PARANÁ, 1920-1924)

JOSÉ RICARDO SKOLMOVSKI DA SILVA

MARINGÁ
2019

2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A REVISTA *O ENSINO* E MANIFESTAÇÕES TAYLORISTAS NAS
PROPOSTAS DA REFORMA EDUCACIONAL DE CÉSAR PRIETO
MARTINEZ (PARANÁ, 1920-1924)**

JOSÉ RICARDO SKOLMOVSKI DA SILVA

**MARINGÁ
2019**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A REVISTA *O ENSINO* E MANIFESTAÇÕES TAYLORISTAS NAS
PROPOSTAS DA REFORMA EDUCACIONAL DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ
(PARANÁ, 1920-1924)**

Dissertação apresentada por JOSÉ RICARDO SKOLMOVSKI DA SILVA ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a ANALETE REGINA
SCHELBAUER

Coorientadora:

Prof.^a Dr.^a MARIA CRISTINA GOMES
MACHADO

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Silva, José Ricardo Skolmovski da

S586r A revista o ensino e manifestações Tayloristas nas propostas da reforma educacional de César Prieto Martinez (Paraná, 1920-1924) / José Ricardo Skolmovski da Silva. - - Maringá, PR, 2019.

152 f.: il. color.

Orientadora: Prof^a Dr^a Analete Regina Schelbauer.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Gomes Machado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Reforma Educacional - Paraná. 2. Reforma do Ensino - Paraná. 3. Formação de professores. 4. Educação. I. Schelbauer, Analete Regina, oriente. II. Machado - Maria Cristina Gomes, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23. ed. 370.98162

Marlene G. Curty CRB-9/475

JOSÉ RICARDO SKOLMOVSKI DA SILVA

**A REVISTA *O ENSINO* E MANIFESTAÇÕES TAYLORISTAS NAS
PROPOSTAS DA REFORMA EDUCACIONAL DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ
(PARANÁ, 1920-1924)**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Analete Regina Schelbauer (Orientadora) – UEM

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gomes Machado (Coorientadora) –
UEM

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo – UFU

Prof.^a Dr.^a Ligiane Aparecida da Silva – UEM

Suplentes

Prof.^a Dr.^a Simone Burioli Ivashita – UEL

Prof.^a Dr.^a Elaine Rodrigues – UEM

Data de aprovação
26 de abril de 2019

Dedico este trabalho à Rosângela, Jéssica e Paloma. As mulheres da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por possibilitar tantas bênçãos em minha vida.

Aos meus amados pais, Rosângela e Cláudio (*in memoriam*), por negarem a si e aos seus sonhos para que eu pudesse crescer e realizar os meus.

À minha maravilhosa esposa, Paloma Thainá, pelo apoio e suporte incondicional. Pela compreensão e pelo incentivo que sempre me deu nas madrugadas de escrita em que ficou ao meu lado em silêncio, acompanhando-me. Amo você!

À minha amada e querida irmã gêmea, Jéssica, eterna professora. Aquela que ensina pelo exemplo. Que eu possa um dia ser um pouco do muito que você representa para mim.

Aos meus queridos avós maternos, Neusa e José Benjamin, e aos meus tios, Rose e Renato. Vocês são minha base. Obrigado pelo apoio e carinho e por aplainarem o caminho para que eu pudesse andar com tranquilidade.

Aos meus queridos avós paternos, Aparecida e Darci, que, mesmo às vezes distantes, possibilitaram amor e ternura.

Aos meus sogros, Pr. Paulo e irmã Marilene, por me ajudarem tanto na realização deste sonho.

Às minhas amadas e queridas amigas e orientadoras, Prof.^a Dr.^a. Analete Regina Schelbauer e Prof.^a Dr.^a. Maria Cristina Gomes Machado, que com sabedoria possibilitaram tantas aprendizagens. Obrigado por acreditarem em mim, mesmo quando nem eu mesmo acreditava. Agradeço pelas incontáveis orientações e conselhos, não só os relacionados à academia, mas também os relacionados à vida. Levarei vocês para sempre em meu coração. Mais que orientadoras, são verdadeiras mestres do educar, baluartes da universidade.

À Universidade Estadual de Maringá-UEM, ao Programa de Pós-graduação em Educação da UEM e aos professores do PPE, por oportunizarem estrutura física e ensino público de qualidade ímpar.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, pelas trocas de experiência, diálogos e contribuições.

À Biblioteca Pública do Estado do Paraná (BPP) e ao Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP), por possibilitarem a execução da minha pesquisa em seus acervos.

Aos meus eternos e sempre amigos de mestrado, André, Gabriela, Bruna, Simone, Talitiane e Estefane. Vocês representam uma das melhores partes de toda esta jornada. Obrigado pela amizade e pelo companheirismo.

Ao senhor secretário do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM, Hugo, pela parceria, compreensão, paciência e respeito com que sempre me tratou.

À Unipar, por ser uma universidade que verdadeiramente abre espaço para desenvolver todos os talentos. Tenho orgulho de levar o nome desta instituição, tanto no diploma quanto na vida profissional. Obrigado por ajudar a construir minha carreira.

Aos coordenadores da Unipar, Prof.^a Daniele, Prof.^o Erick, Prof.^a Claudineia, Prof.^a Vanda e Prof.^a Simone, meus amigos e sempre companheiros. São estes que de fato me suportaram em minhas crises e vibraram a cada conquista. Sejam muito felizes.

Ao diretor da Unipar, Prof.^o Hugo, aos professores e funcionários da Unipar, equipe maravilhosa com quem sempre pude contar.

Aos professores do curso de Pedagogia Presencial da Unipar de Guaíra-PR, com especial carinho a Prof.^a Inês, Prof.^a Elisabete e Prof.^a Cristiane, pela valiosa contribuição em minha vida acadêmica e principalmente pelo apoio durante o Mestrado.

Aos meus alunos do curso de Pedagogia Presencial da Unipar de Guaíra-PR, por me compreenderem quando estive ausente e pela torcida em todos os momentos.

À Prof.^a Dr.^a. Eliane Rose Maio, por me incentivar a fazer o mestrado. Obrigado, professora.

À professora Sandra Takahashi, uma amiga e incentivadora, por me acolher nos momentos de tristeza e por vibrar comigo nos momentos de conquista.

À minha querida amiga Maiara, companheira e eterna parceira. Por sempre trazer um novo olhar para cada situação. Uma amizade verdadeira.

Aos meus amigos Mário e Alan, pelas inúmeras vezes que abdicaram de suas famílias para me levar até Maringá.

Ao Pr. Moisés e família, por me cederem sua casa para dormir todas as vezes em que estava estudando.

Ao povo, aqueles aonde a pesquisa deve chegar. Que pagaram a minha vaga na universidade pública para que eu pudesse estudar. Prometo, por meio da minha missão de educador, transmitir a todos os trabalhadores, os que verdadeiramente sustentam o país, os conhecimentos aprendidos.

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem (MARX, 1982, p. 151).

SKOLMOVSKI, José Ricardo. **A REVISTA O ENSINO E MANIFESTAÇÕES TAYLORISTAS NAS PROPOSTAS DA REFORMA EDUCACIONAL DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ (PARANÁ, 1920-1924)**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Analete Regina Schelbauer. Coorientadora: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2019.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar o periódico *O Ensino* como meio de divulgação das proposições da reforma paranaense proposta por César Prieto Martinez na década de 1920 direcionado aos professores, relacionando com as manifestações tayloristas do período. Esta pesquisa situa-se no campo da história e historiografia da educação. Temos por recorte espacial o Paraná e como recorte temporal os anos de 1920-1924. Buscamos responder à seguinte questão: Que conteúdos e temáticas são mais constantes em *O Ensino* e que relações podemos tecer entre as propostas de reforma de Martinez e o pensamento taylorista? Com base nesta indagação, destacamos três objetivos específicos para atender ao nosso objetivo geral, sendo que cada um deles corresponde a um capítulo do trabalho, nos quais pretendemos compreender o contexto sócio-histórico do Estado do Paraná, suas relações com outros estados no início da década de 1920, a biografia de Martinez e os ideais propostos por ele para realizar a reforma; conhecer a revista como elemento de disseminação dos ideais aos professores e as temáticas predominantes; e relacionar as propostas reformistas com os elementos da Organização Científica do Trabalho – OCT -, de Frederick W. Taylor. Utilizamos como objeto de pesquisa e fonte a revista pedagógica publicada pela Inspeção de Ensino, denominada *O Ensino*. Valemos-nos dos relatórios do inspetor da instrução pública e do presidente do Estado do Paraná, além de fontes documentais e referenciais que versam sobre o período. A escolha de *O Ensino* se justifica por se tratar de um meio de divulgação utilizado para a formação de professores no período desta reforma educacional. Como resultados destacamos três temáticas mais constantes na revista: os métodos de ensino; os princípios educativos; e o trabalho docente. Os conteúdos da revista e as propostas de Martinez se assemelham com alguns dos elementos do pensamento taylorista, dos quais destacamos quatro: a gestão racionalizadora de Martinez e a questão da alfabetização em massa; a divisão do trabalho entre a inspeção e as escolas; as medidas de (con)formação de docentes nos novos métodos científicos de Martinez; e as propostas de inspeção e os prêmios para professores.

Palavras-chave: César Prieto Martinez; Reforma educacional; Paraná; Revista O Ensino; Formação de professores; Taylorização do ensino.

SKOLMOVSKI, José Ricardo. **THE O ENSINO JOURNAL AND TAYLORIST MANIFESTATIONS IN CÉSAR PRIETO MARTINEZ'S EDUCATION REFORM PROPOSALS (PARANÁ, 1920-1924)**. 152 f. Dissertation (Master of Education) – State University of Maringá. Advisor: Analete Regina Schelbauer. Co-advisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2019.

ABSTRACT

The present article aims to investigate the *O Ensino* journal, intended for educators, as a means to spread César Prieto Martínez's proposals on Paraná's reform in the 1920s, linking said publication to Taylorist manifestations in the period. This research belongs to the history and education historiography fields. Paraná is taken as spatial scope, while the time scope is given by the period from 1920 to 1924. The aim was to answer the following question: What are the most recurrent contents and themes in *O Ensino*, and what relations can we establish between Martínez's reform proposals and the Taylorist thinking? Based on this inquiry, we highlighted three specific objectives to meet our general objective, with each one of them corresponding to a chapter in this article, along which we intend to understand the socio-historical context of Paraná state, its relations with other states in the early 1920s, Martínez's biography, and the ideals he proposed to carry out the reform; additionally, we seek to learn about the journal as a means to spread ideas to educators, as well as its predominant themes, and link reform proposals to the elements of Frederick W. Taylor's Scientific Organization of Labor – SOL. We used as research objective and source the pedagogical journal published by the Education Inspectorate, named *O Ensino*. We resorted to the public instruction inspector's and Paraná state president's reports, as well as to documental and referential sources that address the period. *O Ensino* was chosen for being a dissemination means used in teacher training during this education reform. Among results, we highlight the three most recurrent themes in the journal: teaching methods; educative principles; and teaching work. The journal contents and Martínez's proposals are similar to some Taylorist thinking elements, of which we underline four: Martínez's rationalized management, and mass literacy; labor division between the inspectorate and schools; measures for (con)forming teachers in Martínez's new scientific methods; and inspection proposals and awards for teachers.

Keywords: César Prieto Martínez; Education Reform; Paraná; *O Ensino* Journal; Teacher Training; Taylorization of Teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pesquisas sobre a reforma educacional paranaense em 1920..	20
Quadro 2	Documentos encontrados na Biblioteca e Arquivo Público do Paraná.....	23
Quadro 3	Pesquisas que pontuam sobre a revista <i>O Ensino</i> no Estado do Paraná.....	27
Quadro 4	Quantidade de escolas e professores em 1920.....	46
Quadro 5	Edições de <i>O Ensino</i> encontradas na Biblioteca Pública do Paraná.....	64
Quadro 6	Artigos da revista <i>O Ensino</i> que versam sobre os métodos de ensino.....	69
Quadro 7	Artigos da revista <i>O Ensino</i> que versam sobre saúde e higiene.....	77
Quadro 8	Artigos da revista <i>O Ensino</i> que versam sobre nacionalização e história pátria/cívica.....	82
Quadro 9	Artigos da revista <i>O Ensino</i> que versam sobre ensino moral, trabalho e progresso.....	91
Quadro 10	Artigos da revista <i>O Ensino</i> que versam sobre o trabalho docente.....	98

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA DE UMA PESQUISA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	18
2 A REFORMA PARANAENSE PROPOSTA POR CÉSAR PRIETO MARTINEZ NA DÉCADA DE 1920.....	40
2.1 Primeira República: contexto educacional paulista na década de 1920 e suas relações com o Estado do Paraná.....	40
2.2 César Prieto Martinez: o intelectual, seus ideais e fundamentos de reforma.....	47
2.3 Propostas e estratégias da reforma de Martinez.....	56
3. A REVISTA <i>O ENSINO</i> DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ: O FOCO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARANAENSES.....	63
3.1 Os métodos na revista <i>O Ensino</i>	68
3.2 Os princípios educativos na revista <i>O Ensino</i>	76
3.3 Trabalho docente na revista <i>O Ensino</i>	98
4. O PRINCÍPIO RACIONALIZADOR DE MARTINEZ: MANIFESTAÇÕES DO TAYLORISMO NOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO E NA REVISTA <i>O ENSINO</i>	107
4.1 A gestão racionalizadora de Martinez e a questão da alfabetização em massa.....	111
4.2 A divisão do trabalho entre a inspetoria e as escolas.....	120
4.3 A (con)formação dos docentes nos novos métodos científicos de Martinez	122
4.3.1 Substituição de métodos antigos por novos métodos.....	122
4.3.2 As medidas de Martinez para a (con)formação dos docentes.....	129
4.4 As propostas de inspeção e os prêmios para professores.....	134
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	145

TRAJETÓRIA DE UMA PESQUISA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Para escrever eu preciso supor que me queres
Acreditar que desejas meu corpo magro de papel
Crer que cobiças as curvas de minhas letras
E o fruto de minha mão
(MACHADO, 1999: contracapa)

Início esta dissertação com o poema de Ana Maria Netto Machado, por perceber em cada linha desta dissertação as verdades explicitadas em suas palavras. De fato, enquanto escrevo esta página, diversas vezes me pego no desafio do “Pânico da folha em Branco”, publicado por ela, e vejo parte de mim em cada detalhe. A trajetória de uma produção acadêmico-científica é longa e complexa, pois é impactada de diversas formas e principalmente pelos processos formativos anteriores. De maneira semelhante, não deixamos de viver e de ser quem somos para construir um trabalho científico, o que inevitavelmente culmina no muito daquilo que somos e no que escrevemos.

Dessa forma, é impossível dizer que se constrói um trabalho desta magnitude dissociado de todos os elementos que fizeram e fazem parte da vida de quem o escreve. Por isso, peço licença a vocês para me apresentar, mostrar parte de quem sou e os caminhos que trilhei e convido-os a conhecer o trajeto desta pesquisa, de minha história e minhas memórias.

Nasci e ainda resido com minha família em Guaíra, cidade pequena, situada no oeste do Paraná e que faz fronteira com o Paraguai e Mato Grosso do Sul, tendo pouco mais de 30.000 habitantes. Avós maternos descendentes de italianos e poloneses e avós paternos imigrantes do Estado da Bahia, algo muito comum no Paraná. Algo comum a nós também é a estreita relação com a educação escolar. Minha avó paterna foi professora de turma mista em escola rural entre 1967-1969. Minha tia materna, normalista formada em 1989, também lecionou em escolas e colégios do município. Temos até hoje os registros das diversas vezes em que ela nos passava atividades mimeografadas para fazer, ainda antes de entrarmos na escola.

Minha mãe, secretária de escola municipal desde 1997. Minha irmã gêmea, parceira desde o ventre materno, também seguiu a mesma profissão. Ouso dizer,

inclusive, que eu segui seus passos. Ela cursou Formação de Docentes, tendo concluído em 2009. Estudamos juntos grande parte de nossa vida escolar e, por fim, fizemos faculdade juntos.

Cabe ressaltar que tanto eu quanto todos de minha família são filhos de escola pública. Iniciei meus estudos na Pré-Escola Irmã Maria Leônia, instituição que ficava do outro lado da cidade em relação a nossa casa. Meu avô paterno nos levava de bicicleta todos os dias. No intervalo, lá corria eu para o colo da secretária escolar “Neuzinha”, que me colocava próximo à máquina de datilografia. Em meio àquelas letras e números, na ânsia de querer aprender mais, apertava eu aleatoriamente aquelas teclas.

No ensino fundamental I foi a vez de a minha mãe nos levar de bicicleta. Eu e minha irmã estudamos a 1ª e a 2ª séries na Escola Municipal Arthur da Costa e Silva, onde a mãe trabalhava. Lá íamos nós: eu, minha irmã e minha mãe. Na 3ª série nos mudamos de casa e também de escola. Fomos para a Escola Municipal Duque de Caxias e, na 4ª série, estudei novamente na escola onde minha mãe trabalhava.

No ensino fundamental II tive a oportunidade de estudar da 5ª até a 8ª série no Colégio Estadual Presidente Roosevelt, que ficava na frente da nossa casa. Carros, crianças e jovens passando sempre em frente do portão. Lembro-me ainda de ouvir o barulho do sinal de início das aulas lá do meu quarto e de sair correndo para não chegar mais atrasado.

No ensino médio eu e minha irmã nos dividimos: ela continuou os estudos no mesmo colégio e fez Formação de Docentes; eu me transferi para o Colégio Estadual Mendes Gonçalves onde fiz Técnico em Informática. No curso tive contato com diversas escolas onde desenvolvemos, por meio de projeto, aulas de informática para crianças.

Terminado o curso técnico, inscrevi-me no Programa Universidade Para Todos (ProUni) para fazer o curso de Pedagogia na Universidade Paranaense-UNIPAR, tendo conseguido bolsa. Aqui relembro os diversos trabalhos, estágios, oficinas, palestras, cursos, congressos e jornadas de que participei, muitos dos quais até hoje ainda participo. Lembro-me também dos acadêmicos, hoje amigos e colegas de profissão, que ainda tenho a honra de encontrar vez por outra.

No término da graduação fui convidado ao cargo de tutor presencial do polo de Educação a Distância da Unipar. Trabalhei por dois anos e meio nesta função, período que ocupei realizando também duas especializações. Vale salientar os inúmeros aprendizados que tive, ministrando aulas de informática, realizando grupos de estudo com os acadêmicos de Pedagogia EAD e outros cursos. Nesse período tentei vaga no mestrado da Universidade Estadual de Maringá-UEM, com a proposta de desenvolver um projeto que problematizasse a função do tutor presencial na Educação a Distância. Não obtive êxito nessa primeira tentativa.

Em 2016 comecei a dar aulas no Colégio Estadual Presidente Roosevelt, no curso de Formação de Docentes. Nesse mesmo ano fui convidado a assumir a coordenação do curso de Pedagogia Presencial, o mesmo de que anteriormente havia sido aluno, dando aulas na disciplina de história da educação, dentre outras. No mestrado frequentei aulas como aluno não regular na disciplina de “Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação II”. Por meio dela e das discussões em sala tive uma mudança significativa no modo de ver a educação e a escola em si, o que me levou a alterar a linha de pesquisa com que tentaria a vaga no processo de seleção para a área da história da educação. Meu projeto, dessa vez, versava sobre César Prieto Martinez e suas propostas de reforma no Estado do Paraná. Ao final do ano, uma grande conquista: fui aprovado no processo de seleção do mestrado em Educação da UEM.

Durante o período das disciplinas que cursei no mestrado conheci professores, colegas e amigos. Na disciplina de “Ciência, Método e Educação” pudemos refletir sobre o contexto e os fundamentos que deram origem à ciência, bem como conhecer diferentes concepções teórico-metodológicas.

Na disciplina de “História da Educação no Brasil” compreendemos o processo de construção educacional, seus legados e as discussões dos intelectuais sobre as propostas de educação. Por fim, na disciplina “Escola Pública e Pensamento Educacional na Contemporaneidade” percebemos as construções, movimentações, diálogos e interesses que deram forma à escola pública contemporânea.

As visitas à Biblioteca Pública do Estado do Paraná (BPP) e ao Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP) mostraram a riqueza das fontes, alargando as possibilidades do meu projeto.

Os encontros e reuniões do grupo de pesquisa também foram enriquecedores. A oportunidade de olhar diferentes trabalhos em distintos estágios de construção e de poder contribuir com eles é o que torna o grupo imprescindível ao pesquisador.

A colaboração de diferentes olhares para o meu projeto e os apontamentos e direcionamentos dos colegas possibilitaram também criar em mim um olhar crítico para o meu trabalho. Dessa forma, o primeiro passo dado em direção à pesquisa foi a reestruturação e readequação do projeto que culminaram na escolha da seguinte temática: “César Prieto Martinez: Percepções sobre a Educação e Influências na Instrução Pública Paranaense (1920-1924)”.

No intento de atender a essa proposta, debrucei-me na revisão bibliográfica a fim de perceber o que já havia sido produzido a respeito do intelectual. Naquele momento, em virtude da visão limitada que ainda tinha, recuei da temática que havia proposto e, após diálogo com a orientadora, encontramos uma nova proposta: “A revista *O Ensino* como veículo de divulgação dos ideais da reforma educacional de César Prieto Martinez (Paraná, 1920-1924)”. Essa nova temática surgiu por meio do olhar para as fontes que havia encontrado na BPP e no DEAP e do contraste com as pesquisas já realizadas. De posse dessa temática e delimitado o projeto, busquei desenvolver as seções e encaminhar o trabalho para qualificação.

No exame de qualificação, dentre os ricos e significativos apontamentos, um em especial chamou a atenção como sugestão para direcionamento da pesquisa: o de olhar as propostas de Martinez por meio da taylorização do ensino. A partir da análise desse apontamento, decidimos aceitar o desafio apresentado, o que deu um novo rumo ao trabalho, agora com a temática: “A revista *O Ensino* e as propostas de taylorização na reforma educacional de César Prieto Martinez (PARANÁ, 1920-1924)”.

Todo esse percurso de pesquisa levou-me a compreender algo que uma vez escutei do professor da disciplina de história da educação no Brasil: “A rigor, a rigor, não existe nem presente e nem futuro, só existe História”. De fato, assim

como história é o que objetivamos captar por meio deste trabalho e como é a minha trajetória de vida descrita anteriormente, assim também história se tornou o caminho percorrido para a construção desta dissertação, fruto de um intenso movimento dinâmico de diálogos e readequações, síntese temporária de um processo de pesquisa e da operação historiográfica de um pesquisador em formação. Por certo é um trabalho ainda em construção, inacabado e que pode ser melhorado, pois, assim como o é aquele que o escreveu, assim também o é a própria história, que ainda está para ser escrita por todos nós.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a imprensa pedagógica e os modos de produção inseridos em um contexto de reforma educacional. Temos como objetivo investigar o periódico *O Ensino* como meio de divulgação das proposições da reforma paranaense proposta por César Prieto Martinez¹ na década de 1920 direcionado aos professores, relacionando com as manifestações tayloristas do período.

Tomamos como objeto e fonte de estudo a revista *O Ensino*, pois acreditamos que esse periódico teve importante significado dentre as estratégias adotadas por esse reformador para a formação de professores.

Estabelecemos como recorte espacial o Estado do Paraná e como recorte temporal os anos de 1920-1924. Justificamos essa delimitação por ser a revista uma ação inserida no contexto de uma reforma que ocorreu nesse período.

Essas escolhas permitiram que chegássemos ao seguinte problema: Que conteúdos e temáticas são mais constantes em *O Ensino* e que relações podemos tecer entre as propostas de reforma de Martinez e o pensamento taylorista?

Torna-se relevante este trabalho por contribuir com as pesquisas já realizadas em torno das temáticas de história da educação do Paraná na Primeira República e as reformas educacionais empreendidas por intelectuais da educação, bem como sobre o uso da imprensa pedagógica como um recurso para a formação de professores e a taylorização do ensino.

Esta pesquisa situa-se na linha de pesquisa de história e historiografia da educação, do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá – UEM e corrobora os esforços empreendidos pelos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, estando vinculada aos trabalhos da linha de pesquisa de história da educação pública e intelectuais.

¹ O nome de Martinez aparece grafado de forma diversa em muitos trabalhos. Optamos por utilizar esta, por ser a que encontramos nos documentos oficiais, tanto no Arquivo Público do Paraná, quanto na Biblioteca Pública.

A importância deste estudo é justificada por analisar um meio de divulgação utilizado para a formação de professores nesta reforma educacional. Ao mesmo tempo, permite entrever as relações da reforma com os modos de produção capitalista.

O interesse pela temática é fruto de uma trajetória de pesquisa. Inicialmente nosso desejo era analisar a reforma educacional de César Prieto Martinez no Estado do Paraná. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica com o objetivo de verificar o que já havia sido publicado a respeito do tema.

As pesquisas foram realizadas nas diferentes bases de dados, tais como no buscador do Google Acadêmico e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), nos anais de eventos: Anais dos Congressos Ibero-Americanos de História da Educação Latino-americana (CIHELA), Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Anais das Jornadas Nacionais do Grupo de Estudos e Pesquisas em “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE); nos periódicos: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), Cadernos de História da Educação (CHE), Educar em Revista, Revista História da Educação (RHE) da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), Revista Intersaberes, Revista Acta Scientiarum Education, Revista Atos de Pesquisa em Educação, Revista Educação e Pesquisa, Revista Educação e Realidade, Revista Educação e Sociedade, Revista Educação em Revista, Revista Brasileira de Ciência e Esporte, Revista Educare et Educare, Fontes e Métodos em História da Educação e Diálogo Educacional; nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Paraná (PUC-PR e PUC-SP).

As palavras-chave utilizadas para esta pesquisa foram "César Prieto Martinez", "Inspetoria Geral do Ensino do Paraná", "Reforma Educacional", "Educação" e "Instrução" nos anos de 1920 a 1924. A partir dessa revisão,

percebemos as diversas pesquisas e publicações já realizadas nessa área, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Pesquisas sobre a reforma educacional paranaense em 1920
(continua)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL	TIPO
“Mediador do Moderno”: técnico paulista na direção da Instrução Pública paranaense nos anos vinte do novecentos	Gizele de Souza	2005	ANPED	Artigo (13p.)
“Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920	Vera Regina Beltrão Marques e Fabiana Costa de Senna Ávila Farias	2010	Educação em Revista	Artigo (16p.)
Reforma da educação no Paraná: ideais educacionais de Cezar Prieto Martinez para a Instrução Pública expressos nos relatórios de 1920 a 1922	Márcia Marlene Stentzler e Valéria Aparecida Schena	2010	HISTEDBR	Artigo (20p.)
A reforma da Escola Nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e Erasmo Pilotto	Maria Elisabeth Blanck Miguel	2011	EDUFU	Capítulo de livro (17p.)
Intelectuais à década de 1920: modernidade e nacionalismo. César Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná	Jean Carlos Moreno	2007	Editora UFPR	Capítulo de livro (23p.)
Educação e Modernidade nas Conferências Educacionais da década de 1920 no Paraná	Aurélio Bona Júnior	2005	UFPR	Dissertação (114p.)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 1 - Pesquisas sobre a reforma educacional paranaense em 1920
(conclusão)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL	TIPO
O lugar da Escola Primária como portadora de um projeto de Nação: o caso do Paraná (1890 – 1922)	Denilson Roberto Schena	2003	UFPR	Dissertação (125p.)
Escola Pública Primária Paranaense nos discursos Oficial e Jornalístico: republicanização, alfabetização e progresso em nuances de modernização (1920-1930)	Simone Carlos de Souza	2012	UEM	Dissertação (143p.)
Inventando a Escola, inventando a Nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)	Jean Carlos Moreno	2003	UFPR	Dissertação (144p.)
As propostas de Lysimaco Ferreira da Costa para a Instrução Pública Paranaense no período de 1920-1928	Elyane Mozelli Padial	2008	UEM	Dissertação (147p.)
Imprensa, Intelectuais e os discursos acerca da educação no jornal Diário da Tarde (Paraná, década de 1920)	Nívia Celine Silva	2008	UFPR	Monografia (56p.)
Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares do Paraná, 1900-1929	Gizele de Souza	2004	PUC-SP	Tese (299p.)
Organização da Instrução Pública Primária no Brasil: Impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)	Ana Emílio Cordeiro Souto Ferreira	2013	UFU	Tese (312p.)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos que as pesquisas produzidas pelos autores supracitados quase sempre são resultados de trabalhos desenvolvidos em Programas de Pós-graduação, Programas de Iniciação Científica e de esforços coletivos empreendidos por grupos de pesquisa na área da educação.

Souza (2005) demonstra como a imprensa viu a vinda de Martinez para o Paraná e quais as estratégias e modelos educacionais em circulação naquele período. De modo semelhante, Silva (2008) busca demonstrar a percepção da imprensa sobre o trabalho de Martinez. Souza (2012) utiliza a imprensa para apresentar a escola pública paranaense na década de 1920 e destaca as categorias de republicanização, alfabetização e progresso de representações modernas e tônicas do período.

Moreno (2003) defende a ideia de que as atuações de Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa no Paraná foram tentativas de forjar o cidadão republicano por meio da escola pública. Algo visto novamente em Moreno (2007), quando ele apresenta dados e informações sobre as atuações de Martinez e de Lysimaco no Paraná. Padiá (2008) trabalha nessa mesma perspectiva e, de maneira mais específica, explicita a trajetória de Lysimaco no estado paranaense.

Schena (2003) apresenta a escola como a instituição onde o Paraná creditou a possibilidade de conseguir formar o seu povo nas décadas de 1890 a 1922. Souza (2004) traz percepções sobre a educação paranaense na década de 1920, dando destaque à cultura escolar dos jardins de infância e dos grupos escolares. Miguel (2011) evidencia as manifestações da Escola Nova no Paraná implementadas pelas propostas de Martinez e Erasmo Pilotto.

Marques e Farias (2010) pontuam a questão da saúde para o trabalho e as propostas de Martinez por meio da inspeção médio-escolar. Bona Júnior (2005) apresenta as conferências educacionais que ocorreram na década de 1920 no Paraná como expressões do diálogo sobre a educação e da marcha pela instrução. Por fim, Ferreira (2013) traz a história comparada com diferenças e convergências da organização da instrução pública entre os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte.

A análise desses trabalhos nos levou a buscar aquilo que não tivesse sido estudado. Nesse sentido, as pesquisas de Moreno (2003) e Souza (2004)

sinalizavam para a existência de *O Ensino* sem, contudo, a utilizarem como objeto foco de seus trabalhos.

Em consonância a esta revisão, realizamos buscas na Biblioteca e Arquivo Público do Paraná, o que nos possibilitou angariar documentos do período sobre a temática, para compor o presente trabalho. Os documentos selecionados estão assim discriminados no Quadro 2.

Quadro 2 - Documentos encontrados na Biblioteca e Arquivo Público do Paraná
(continua)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL
Código do Ensino (Decreto nº 710 de 18/10/1915)	Estado do Paraná (Carlos Cavalcanti de Albuquerque)	18/10/1915	Curitiba-PR
Código do Ensino (Decreto nº 17 de 09/01/1917)	Estado do Paraná (Affonso Alves de Camargo)	09/01/1917	Curitiba-PR
História Administrativa do Paraná 1853-1947	Estado do Paraná (Governo Jaime Lerner)	2000	Arquivo Público – Curitiba-PR
Bases Educativas sobre a Nova Escola Normal Secundária do Paraná - 1923	Estado do Paraná (de Lysimaco Ferreira da Costa - Diretor da Escola Normal Secundária de Curitiba – Palácio da Instrução - para Martins Alves de Camargo - Secretário Geral do Estado)	1923	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
Cem anos de ensino no Paraná - 1953	Alir Ratacheski	07/05/1953	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
O Estado do Paraná em 1920	Manoel F. Ferreira Correia	08/1920	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
Regulamento das Escolas Normais Primárias - 1924	Estado do Paraná (Alcides Munhoz – Secretário Geral do Estado)	12/02/1924	Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Documentos encontrados na Biblioteca e Arquivo Público do Paraná
(continua)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL
SERTÕES DO IGUASSU – 1925	Cezar Martinez	1925	Publicado em São Paulo – Encontrado em Biblioteca Pública do Estado do Paraná
Tópicos da vida de Prieto Martinez (3 folhas – notas/fichas adicionais)	Biblioteca Pública do Estado do Paraná (Dados fornecidos pela biblioteca do Grupo Escolar Prieto Martinez)	1934	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
Mensagem do presidente do Estado em 1920	De Affonso Alves de Camargo para o Congresso Legislativo do Estado	1920	Arquivo Público do Estado do Paraná
Mensagem do presidente do Estado em 1921	De Caetano Munhoz da Rocha para o Congresso Legislativo do Estado	1921	Arquivo Público do Estado do Paraná
Mensagem do presidente do Estado em 1922	De Caetano Munhoz da Rocha para o Congresso Legislativo do Estado	1922	Arquivo Público do Estado do Paraná
Mensagem do presidente do Estado em 1923	De Caetano Munhoz da Rocha para o Congresso Legislativo do Estado	1923	Arquivo Público do Estado do Paraná
Mensagem do presidente do Estado em 1924	De Caetano Munhoz da Rocha para o Congresso Legislativo do Estado	1924	Arquivo Público do Estado do Paraná
Mensagem do presidente do Estado em 1925	De Caetano Munhoz da Rocha para o Congresso Legislativo do Estado	1925	Arquivo Público do Estado do Paraná

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Documentos encontrados na Biblioteca e Arquivo Público do Paraná
(conclusão)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL
Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná	De Cesar Prieto Martinez (inspetor do ensino) para Martins Alves de Camargo (secretário do Estado)	1920	Arquivo Público do Estado do Paraná
Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná	De Cesar Prieto Martinez (inspetor do ensino) para Martins Alves de Camargo (secretário do Estado)	1921	Arquivo Público do Estado do Paraná
Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná	De Cesar Prieto Martinez (inspetor do ensino) para o secretário geral do Estado	1922	Arquivo Público do Estado do Paraná
Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná	De Cesar Prieto Martinez (inspetor do ensino) para o secretário geral do Estado	1924	Arquivo Público do Estado do Paraná
<i>O Ensino</i> , Ano I Volume I	Inspetoria Geral do Ensino do Paraná	01/01/1922	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
<i>O Ensino</i> , Ano II Volume I	Inspetoria Geral do Ensino do Paraná	01/1923	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
<i>O Ensino</i> , Ano II Volume II	Inspetoria Geral do Ensino do Paraná	04/1923	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
<i>O Ensino</i> , Ano III Volume I	Inspetoria Geral do Ensino do Paraná	08/1924	Biblioteca Pública do Estado do Paraná
<i>O Ensino</i> , Ano III Volume II	Inspetoria Geral do Ensino do Paraná	09/1924	Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os *Códigos de Ensino* publicados em 1915 e 1917 (PARANÁ, 1915, 1917) apresentam as bases em que se assenta o ensino paranaense no período de atuação de Martinez. Neles estão descritos os ordenamentos sobre as competências dos cargos, dos conselhos, dos delegados de ensino, dos inspetores etc. Pontuam sobre a organização do ensino e seus níveis, matrículas, programas, exames e recenseamento, tanto com relação ao ensino público, quanto ao particular. O código descreve os tipos de escolas e regula sobre a construção de prédios e bibliotecas e sobre a criação de uma revista pedagógica. Contém determinações sobre a classificação de professores, concurso, nomeação, deveres, gratificações, licenças e remoções.

O documento sobre a *História Administrativa do Paraná* (PARANÁ, 2000) traz um apanhado geral sobre a organização estrutural do Estado, com todos os cargos e secretarias criadas e extintas ao longo dos seus primeiros 100 anos.

As *Bases Educativas sobre a Nova Escola Normal Secundária do Paraná* (PARANÁ, 1923) e o *Regulamento das Escolas Normais Primárias* (PARANÁ, 1924) representam os documentos de reforma da Escola Normal, direcionados por Lysimaco Ferreira da Costa, diretor da referida instituição no período de atuação de Martinez frente à inspetoria geral.

Cem Anos de ensino no Paraná (RATACHESKI, 1953) representa um trabalho memorialístico, realizado por Ratacheski. Semelhantemente, os livros *Sertões do Iguassu* (MARTINEZ, 1925) e *O Estado do Paraná em 1920* (CORREIA, 1920) possuem a mesma característica.

Os *Tópicos da vida de Prieto Martinez* (PARANÁ, 1934) são páginas encontradas nos arquivos da Biblioteca Pública do Paraná que possuem a biografia de Martinez.

As mensagens do presidente do Estado e os relatórios da inspetoria são uma espécie de documento de prestações de conta, algo comum nesse período em virtude do dever do presidente do Estado de, ao final de cada ano, apresentar ao Congresso Legislativo os trabalhos desenvolvidos por ele e por sua equipe.

O Ensino (1922; 1923a; 1923b; 1924a; 1924b) é a revista pedagógica criada pela Inspetoria Geral do Ensino do Paraná e direcionada aos professores do Estado com os intuitos de informar, motivar e direcionar o trabalho dos docentes.

Com base na leitura e no cruzamento das informações encontradas nas publicações referentes ao tema e nos documentos encontrados na Biblioteca e Arquivo Público, entendemos que *O Ensino*, embora tivesse sido mencionado em alguns trabalhos, não havia sido tomado como objeto de pesquisa para se perceber a circulação dos ideais dessa reforma educacional. Na leitura da revista confirmamos a riqueza de informações, o que fez com que a elegêssemos como objeto e fonte deste trabalho.

Com base nessa definição, realizamos uma segunda revisão, com a intenção de levantar trabalhos que houvessem utilizado *O Ensino* como objeto ou fonte. As pesquisas foram realizadas nas mesmas bases de dados citadas anteriormente.

As palavras-chave utilizadas para esta pesquisa foram "Revista O Ensino", "Jornal O Ensino", "Periódico O Ensino", "Paraná" e "Imprensa Pedagógica" nos anos de 1921 a 1924. Os trabalhos encontrados foram os que estão discriminados no Quadro 3.

Quadro 3 - Pesquisas que pontuam sobre a revista *O Ensino* no Estado do Paraná

(continua)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL	TIPO
A Educação Corporal no Paraná através do Movimento Escoteiro em Guarapuava (1927-1936)	Carlos Herold Junior	2011	Revista Educação em Revista	Artigo
Educação e Saúde na formação dos estudantes do Paraná nos anos de 1920	Valquiria Elita Renk	2016	Revista Intersaberes	Artigo
Presença do pensamento positivista nas escolas em tempos de primeira república	Waléria Adriana Gonzalez Cecílio e Peri Mesquida	2017	Revista Atos de Pesquisa em Educação	Artigo

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 3 - Pesquisas que pontuam sobre a revista O Ensino no Estado do Paraná

(continua)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL	TIPO
O Estado e as Políticas de Branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná	Valquiria Elita Renk	2014	Revista Acta Scientiarum Education	Artigo
Aristóteles Xavier e o curso de ginástica ministrado em Curitiba no início da década de 1920	Diogo Rodrigues Puchta	2014	Revista Brasileira de Ciência e Esporte	Artigo
Uma Leitura Micro Histórica da Educação Profissional Rural no Paraná: da sua Criação à LDB de 1961	José Carlos dos Santos e Márcia Regina Ristow	2016	Revista Educare et Educare	Artigo
“A Escola” e “O Ensino”: possibilidades para o entendimento da escolarização das práticas corporais no Estado do Paraná	Lausane Corrêa Pykosz e Melina Cavalcanti de Albuquerque Vicentine	2004	Anais do CBHE	Artigo
A revista O Ensino como possibilidade de estudo da escolarização paranaense.	Lausane Corrêa Pykosz	2005	Anais do CIHELA	Artigo
Notícia Documental e Bibliográfica sobre as “Missões de Professores Paulistas”	Carlos Roberto da Silva Monarcha	2010	Fontes e Métodos em História da Educação	Capítulo de Livro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 - Pesquisas que pontuam sobre a revista *O Ensino no Estado do Paraná*

(conclusão)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL	TIPO
A Higiene nos Grupos Escolares Curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)	Lausane Corrêa Pykosz	2007	UFPR	Dissertação
Inventando a Escola, inventando a Nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)	Jean Carlos Moreno	2003	UFPR	Dissertação
Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares do Paraná, 1900-1929	Gizele de Souza	2004	PUC-SP	Tese

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os trabalhos apresentados anteriormente versam sobre diferentes temáticas, mas foram selecionados porque ambos, em algum momento, utilizam a revista como fonte. Inicialmente ratificamos a presença dos trabalhos de Moreno (2003) e Souza (2004) pois estes utilizam, dentre outras fontes, *O Ensino* para evidenciar discursos e práticas do período.

Por conseguinte, os trabalhos de Pykosz, Vicentine (2004) e Pykosz (2005) alertam para a revista *O Ensino* como possibilidade de fonte para estudo e pesquisa sobre a escolarização das práticas corporais e sobre a história da educação do Paraná. Pykosz (2007), Herold Junior (2011), Puchta (2014) e Renk (2014, 2016) utilizam, entre outras fontes, a revista para verificar as práticas de disciplina, saúde e higiene nas escolas paranaenses.

Gonçalez Cecílio e Mesquida (2017) usam *O Ensino* e outros arquivos como fonte de pesquisa para apreender a influência do pensamento positivista nas escolas primárias paranaenses e os ideais de amor, ordem e progresso na

Primeira República. Santos e Ristow (2016) pontuam sobre a educação tecnológica do campo, apontam reformas no ensino profissional rural e usam *O Ensino* para mostrar, em alguns de seus artigos, a visão do referido período histórico, haja vista que a população paranaense era majoritariamente rural.

Por fim, Monarcha (2010) informa o que há de registro sobre a saída dos professores paulistas de seu Estado para missões em outros Estados da federação e comenta sobre César Prieto Martinez e suas proposições, citando, dentre elas, *O Ensino*.

Todas essas pesquisas em algum momento utilizam a revista como fonte para dar suporte às propostas dos trabalhos, porém nenhuma delas opera a revista como meio de divulgação de ideais de uma reforma educacional, o que dá o caráter de ineditismo a este trabalho.

No que se refere à pesquisa com imprensa educacional, enfatizamos os estudos apresentados por Catani (1996), Nóvoa (1997), Bastos (1997), Catani e Lima (1997), Biccás (2001), Araújo (2002), Araújo e Schelbauer (2007), Schelbauer (2007), Machado (2007), Melo, Ivashita e Machado (2009), Zanlorenzi (2010), Rodrigues (2010), Rodrigues e Biccás (2015) e Machado e Rodrigues (2017).

Estes trabalhos apontam para a relevância das investigações que utilizam a imprensa pedagógica. Para Araújo e Schelbauer (2007), a pesquisa histórico-educacional tem elegido a imprensa como objeto e fonte de estudo na medida em que “Imprensa e educação não são elos que se estruturam pela pesquisa, mas que se constroem historicamente, posto que suas relações são intrínsecas” (ARAÚJO; SCHELBAUER, 2007, p. 6).

O reconhecimento dessa potencialidade foi muito bem pontuado por Schelbauer (2007, p. 9):

Ao longo das últimas décadas, os historiadores da educação têm se debruçado sobre novas fontes de pesquisa procurando encontrar registros, no tempo passado, sobre os caminhos percorridos pela história da educação. A imprensa, sem dúvida, tem se configurado como uma dessas novas fontes e possibilitado, por meio de diversos olhares, a constituição do retrato de um tempo.

A pesquisa utilizando a imprensa como fonte tem beneficiado o trabalho historiográfico de diversas formas, haja vista que, conforme Machado e Rodrigues (2017, p. 254) afirmam, “É enriquecedor ao campo educacional fazer uso de fontes que possibilitem acesso a múltiplas formas de representação do objeto que se pretende estudar”. E, sobre fontes, corroboram:

[...] a escrita da História da Educação, durante muito tempo, recorreu a documentos oficiais, porém os pesquisadores foram alargando e diversificando suas fontes e suas abordagens, passando, assim, a gizar de maneira distinta a pesquisa historiográfica (MACHADO; RODRIGUES, 2017, p. 255).

O trabalho com o uso de novas fontes, tais como a imprensa, tem alargado possibilidades interpretativas que antes não eram visíveis em documentos tradicionalmente pesquisados. Porém, a fim de que estas fontes produzam resultados esperados Rodrigues e Biccás (2015) alertam para a necessidade de problematizá-las, para perceber as realidades em que estão inseridas e as relações que estabelecem com o período em que circulam. Para Machado e Rodrigues (2017, p. 268) o trabalho com a imprensa permite:

Expor princípios organizativos dos jornais, revistas, seminários ou diários, auxilia na constituição das redes de colaboração tecidas no campo histórico-social. É possível por meio deste procedimento, caracterizar o ideário imperante num dado recorte temporal e da mesma forma as contraposições.

Vemos quão enriquecedor o processo de pesquisa pode ser, por meio da reflexão que ocorre na busca de respostas para além do que a fonte pode aparentemente evidenciar.

Nesse sentido, diversos autores têm se debruçado em estudos utilizando a imprensa. Catani (1996), descreve em seu trabalho o estágio da pesquisa sobre os impressos periódicos educacionais no Brasil e na Europa, e afirma:

O fato das revistas de ensino fazerem circular informações sobre o trabalho docente, a organização dos sistemas de ensino, as lutas da categoria profissional do magistério, bem como os debates e polêmicas que incidem sobre aspectos dos saberes ou das práticas pedagógicas, tornam as mesmas uma instância privilegiada para a investigação dos modos de funcionamento do campo educacional (CATANI, 1996, p. 116).

Percebe-se a importância que as revistas ou periódicos educacionais possuem pela possibilidade de fazer circular informações e evidenciar polêmicas do período.

Catani (1996) aponta diversas revistas de ensino publicadas no Brasil, tanto em São Paulo como em outros estados, e que, inclusive, o título que a denomina como “Revista do Ensino” se repete nos diversos estados, sendo visto em “[...] revistas do Pará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul” (CATANI, 1996, p. 123).

Registramos o trabalho desenvolvido por Biccas (2001), que tomou como objeto de pesquisa a Revista do Ensino em Minas Gerais a fim de analisar o impresso como estratégia de formação de professores e conformação do campo pedagógico.

Na tentativa de compor o cenário das pesquisas que analisam impressos no Brasil, utilizamos o levantamento realizado por Zanlorenzi (2010, p. 66), que apresenta diferentes trabalhos:

Em nível de mestrado destacamos, entre outras, Ana Clara Bortoleto Nery (1994) com a dissertação sob o título 'A Revista Escolar e o Movimento de Renovação Educacional em São Paulo (1925-1927)' e Adriana Aparecida Pinto (2001), com a dissertação 'A Escola Pública: (1823-1897) um estudo da pedagogia paulista no século XIX'. Em nível de doutorado [...] Denice Barbara Catani (1989), com a tese sob o título 'Educadores a Meia-Luz (Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918)'; Maria Helena Câmara Bastos (1994) e o trabalho "O Novo e o Nacional em revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)', Isabel Cristina Frade (2000), com a tese *Imprensa Pedagógica: Um estudo de Três Revistas Mineiras destinadas a Professores*; Elizabeth Menezes Teixeira Leher (2002), com 'A 'Revista Brasileira' e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação" e Ana Lucia Cunha Fernandes (2004) que defendeu a tese 'A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: Revistas Pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX'. [...] no Paraná, destacamos o trabalho de mestrado Carolina Baron Marach, em 2007, intitulada 'Inquietações Modernas: Discurso Educacional e Civilizacional no Periódico A Escola (1906-1910)'.

Interessante perceber pesquisas realizadas no Paraná e a existência de outra revista paranaense entre os anos de 1906 a 1910 com o título de "A Escola"².

A partir da apresentação deste repertório é possível considerar que o periódico paranaense *O Ensino* (1922-1924), semelhante aos demais impressos publicados em outros estados intitulados de "O Ensino", representa um esforço do poder público no Estado do Paraná para a (con)formação dos professores nos moldes desejados. Esta intencionalidade é percebida por meio de suas páginas.

Nóvoa (1997) salienta que as análises dos discursos presentes na imprensa educacional possibilitam perceber as articulações entre a teoria e a prática, a presença de elementos discutidos em nível nacional e internacional e suas concretizações e apropriações em nível local. Permitem compreender os "[...] desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas

² Revista publicada em Curitiba por um grupo de intelectuais e professores da escola pública. Sobre os trabalhos desenvolvidos tendo como fonte e objeto a referida revista, destacamos o trabalho de mestrado de Caroline Baron Marach (2007) intitulado *Inquietações Modernas: Discurso Educacional e Civilizacional no Periódico A Escola (1906-1910)*; e o trabalho de doutorado de Cláudia Maria Petchak Zanlorenzi (2014) intitulado *A Expressão do Liberalismo na revista A Escola (1906-1910)*, no Paraná.

também para a criação de uma outra cultura pedagógica” (NÓVOA, 1997, p. 11). Segundo o autor, a imprensa revela as diferentes faces dos processos educativos, o que a constitui como uma das melhores fontes para ilustrar um período, pois:

[...] a natureza da informação fornecida pela imprensa, que lhe concede um caráter único e insubstituível. Estamos, na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitem construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula. Apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se freqüentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a idéias, a normas legais ou a situações políticas. [...] a imprensa é o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva (NÓVOA, 1997, p. 11).

Por ser um material com impressão periódica, as publicações dos jornais e revistas revelam questões do cotidiano do campo educativo. Nóvoa (1997, p. 31) reitera a singularidade do uso da imprensa como fonte, ao pontuar que:

São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polémico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Exposto desta forma, a imprensa demonstra o interesse dos indivíduos ou do grupo de pessoas que a elaboram e nela escrevem, e que buscam legitimar seu discurso por meio deste veículo de informação.

A diversidade dos colaboradores diz bem da importância das publicações periódicas como espaço de afirmação de correntes de ação e de pensamento educacional: homens e mulheres, leigos e religiosos, intelectuais e universitários, técnicos e políticos, acadêmicos das mais variadas proveniências (psicólogos, sociólogos, médicos, etc.), pais e alunos, membros de muitas profissões e, acima de tudo, professores, estão presentes nas páginas dos jornais e revistas de educação e ensino (NÓVOA, 1997, p. 14).

Bastos (1997) evidencia que a presença de diferentes remetentes e destinatários na imprensa pedagógica possibilita novas análises sobre a história da educação.

A imprensa pedagógica – jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja – contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, as práticas educativas (BASTOS, 1997, p. 49).

São diferentes autores e atores que se agrupam no intento de produzir, por meio do discurso, representações da docência, formando e informando seu público.

De igual modo, Machado (2007) apresenta a produção de um periódico como um trabalho intelectual desses autores. Segundo Machado (2007, p.39), o jornalismo “[...] pressupõe valores morais e éticos, o intelectual que a ele se dedica procura informar e ao mesmo tempo formar, assumindo um papel de educador”. Bastos (1997, p. 73-74) corrobora com esta afirmativa e sobre periódicos educacionais salienta:

A imprensa pedagógica constitui-se em um dispositivo privilegiado para a reflexão sobre o modo de produção do discurso sobre *ser docente* e como mecanismo de formação contínua. [...] A preocupação combinada de selecionar os professores e de (in)formá-los segundo um certo modelo de “bom” professor vem se constituindo historicamente e convergindo para o delineamento da representação da docência.

A apresentação de modelos de docência permite entrever os diálogos, oposições e contradições presentes no espaço educacional. Para Machado (2007), desde o século XIX, o impresso tem se constituído como meio significativo para expor estes e outros apontamentos.

[...] o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa (MACHADO, 2007, p. 40).

Estratégia adotada que toma força, sobretudo, em se tratando da questão educacional na Primeira República, pois, conforme Catani e Lima (1997, p. 155) explicitam:

A análise das revistas de ensino do período imediatamente posterior ao advento da República e das primeiras décadas deste século no Brasil, tem permitido conhecer várias dimensões da vida escolar e da organização do espaço profissional dos educadores. Saberes e práticas que transitavam entre os professores, traduções de medidas legais e idealizações sobre a qualidade do ensino constituem grande parte das produções dessa imprensa periódica educacional.

Desta forma se compreende que as evidências da imprensa pedagógica sobre o período de transição do Brasil Império para a República e suas décadas posteriores demonstram os esforços empreendidos por diferentes entes para propor uma nova cultura educacional.

Araújo (2002) propõe refletir sobre a imprensa como participante do processo de educação do homem por meio de apropriação da cultura criada ou recriada. Isso se torna possível pela credibilidade e pelo poder de divulgação que os impressos têm na sociedade e pela possibilidade de ampla circulação. Vemos que, nessa época, uma das mídias de maior utilização são os impressos, o que dá certo tom de credibilidade e prestígio, por ser algo que vem a público.

Entretanto, o autor chama a atenção para os interesses que se fazem representar pelo jornal, dado o fato de que, por meio dele circulam posicionamentos de determinados agentes.

Melo, Ivashita e Machado (2009) reiteram essa afirmativa ao considerarem as falas dos jornais como que encarnadas de ideologias e interesses de seus proprietários, publicando nem sempre aquilo que realmente interessa, “[...] mas, com mais frequência aquilo que se quer que venha interessar” (MELO; IVASHITA; MACHADO, 2009, p. 5), no sentido de ser um orientador da opinião pública.

Dessa forma, a imprensa consegue criar uma cultura, construindo e destruindo ideias e ideais, conformando a opinião dos leitores que utilizam seus dados para tomarem decisões. Assim, um periódico se torna algo vivo, impregnado das ideias dos que nele trabalham (MELO; IVASHITA; MACHADO, 2009). Melo, Ivashita e Machado (2009, p. 1) compreendem a imprensa como “produção humana em um dado contexto social”, logo, uma produção pensada de acordo com as exigências sociais.

Isso porque o jornal é um material intencionalmente organizado e pensado naquela realidade histórica e assume funções na sua publicação, seja ela política, econômica, educativa e de entretenimento, na condição de informar, divertir, interpretar e servir ao leitor e/ou ao anunciante (MELO; IVASHITA; MACHADO, 2009). No que se refere à questão política, as autoras expõem a imprensa como um instrumento informativo utilizado que procura captar a simpatia do público.

Zanlorenzi (2010) corrobora esse pensamento, pois atenta para o fato do olhar tendencioso daqueles que produzem as matérias e defende que cabe ao pesquisador “[...] o desvelar das ideologias presentes e a forma de persuasão utilizada” (ZANLORENZI, 2010, p. 65).

É necessário, dessa forma, primar pelo olhar crítico para perceber novos elementos antes relegados e não constituir hierarquias entre os documentos, adotando assim uma “[...] postura renovadora frente ao uso e eleição das fontes” (RODRIGUES, 2010, p. 311).

Assim, diante das possibilidades de pesquisa com imprensa é que destacamos a utilização da revista *O Ensino* no Paraná como objeto de pesquisa e fonte para este trabalho.

Para atender a esse intento, o trabalho se orientou metodologicamente por pesquisa de revisão bibliográfica em autores que discutem essa temática e pela análise de fontes e documentos tais como relatórios do governo, relatórios do inspetor e *O Ensino*.

Utilizamos a revisão bibliográfica sobre a reforma e os documentos encontrados na Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Paraná para dialogar sobre o contexto nesse período, por considerarmos relevante estabelecer contato com os pesquisadores que tratam da reforma para compreender em que circunstâncias ela acontece.

Em ato contínuo, operamos com *O Ensino*, descrevendo o conteúdo dos artigos e as temáticas que prevalecem. Utilizamos o próprio periódico como fonte.

Cabe ressaltar que nesse período o nacionalismo pós-guerra mundial (1914-1918) e os anseios pelo progresso do país colocam a educação como questão nacional para a efetivação do regime republicano. Nesse sentido, a década de 1920 é marcada por reformas educacionais em diferentes estados, dentre eles, o Paraná, e se caracteriza como momento de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico³ (NAGLE, 1974).

Posteriormente, apresentamos algumas relações possíveis entre as proposições de Martinez na reforma de ensino paranaense e os Princípios da Administração Científica de Frederick Winslow Taylor.

A partir dessa proposta, elencamos três objetivos específicos, sendo que cada um deles corresponde a uma seção do trabalho: compreender o contexto do Estado do Paraná no início da década de 1920, suas relações com outros Estados, a biografia de Martinez e os ideais propostos pelo inspetor para realizar a reforma; conhecer a revista como elemento de disseminação dos ideais aos professores e as temáticas predominantes; e relacionar as propostas reformistas com os elementos da Organização Científica do Trabalho – OCT – de Taylor.

Na introdução esclarecemos o tema, o objetivo geral e os objetivos específicos, o objeto, os recortes espacial e temporal, o problema, a justificativa, a metodologia, o grupo de estudos e a linha de pesquisa em que o trabalho se insere, o interesse pela temática, as revisões bibliográficas e de fontes e documentos.

Na seção intitulada “A reforma paranaense proposta por César Prieto Martinez na década de 1920”, descrevemos o contexto educacional de São Paulo na década de 1920 e suas relações com o Estado do Paraná, bem como o intelectual responsável pela reforma, seus ideais, os fundamentos que alicerçaram suas ideias, suas propostas e estratégias.

³ Nagle (1974), em seu livro “Educação e Sociedade na Primeira República”, apresenta duas categorias distintas para identificar o período em destaque: Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico. A primeira se destaca pelo movimento de políticos em favor da educação e da escolarização e da crença na escola como possibilitadora do desenvolvimento do país e do aumento no número de votantes. A segunda se evidencia por meio do movimento da Escola Nova na década de 1920 quando se desloca o espaço de debate para os intelectuais e técnicos da educação, educadores especializados que passam a discutir sobre as ações educativas.

Na seção nomeada “A revista *O Ensino* de César Prieto Martinez: o foco na formação dos professores paranaenses”, apresentamos a revista, seus objetivos, formato, periodicidade, público alvo, estratégias, conteúdo e temáticas predominantes.

Na última seção, denominada “O princípio racionalizador de Martinez: manifestações do taylorismo nos relatórios de inspeção e na revista *O Ensino*”, relacionamos as propostas de Martinez com os elementos da OCT de Taylor.

Como resultados encontrados, destacamos a educação para efetivação da república a serviço do desenvolvimento do capital como ideal desse intelectual e os fundamentos que balizam suas ações: nacionalizar por meio da educação; instruir o espírito e o corpo pela moral; e erradicar o analfabetismo.

No que tange às propostas, elencamos duas, a saber: regular funcionamento e métodos e programas modernos. Com base nessas propostas, as estratégias do intelectual para colocá-las em prática podem ser reunidas em três agrupamentos: o de organização administrativa das escolas; o de fiscalização e orientação das escolas; e o de formação de professores.

Sobre *O Ensino*, como meio de divulgação direcionado à formação de professores, percebemos que o conteúdo dos artigos é diverso, contudo podemos agrupar a maioria de suas matérias nas temáticas que envolvem Os Métodos de Ensino; Os Princípios Educativos e O Trabalho Docente.

Os conteúdos da revista e as propostas de Martinez se assemelham com os elementos do pensamento taylorista. Dentre outros aspectos destacamos: a gestão racionalizadora e a questão da alfabetização em massa; a divisão do trabalho entre a inspetoria e as escolas; as medidas de (con)formação de docentes nos novos métodos científicos de Martinez; e as propostas de inspeção e os prêmios para professores. São esses os resultados que buscamos evidenciar nas seções seguintes.

2 A REFORMA PARANAENSE PROPOSTA POR CÉSAR PRIETO MARTINEZ NA DÉCADA DE 1920

Nesta seção temos o objetivo de compreender o contexto educacional paulista na década de 1920 e suas relações com o Estado do Paraná, os ideais e as convicções do professor César Prieto Martinez para realizar a reforma educacional e suas propostas e estratégias.

Entendemos ser relevante apresentar esse cenário porque ele é o ambiente que justifica a criação da revista. Conhecer os ideais do reformador e a reforma permite a posterior análise para percebermos suas propostas e quais temáticas foram predominantes no periódico.

Para atingir esse objetivo, esta seção se subdivide em três tópicos: no primeiro apresentamos o contexto educacional paulista na década de 1920 e suas relações com o Estado paranaense; no segundo evidenciamos o intelectual, o processo para sua vinda ao Paraná, seus ideais e suas convicções; e no terceiro expomos as propostas e estratégias utilizadas por Martinez para a efetivação de sua reforma.

Classificamos a segunda e a terceira subseção, respectivamente, em Ideais e Fundamentos; e Propostas e Estratégias. Justificamos essa sistematização por compreendermos Ideais como o objetivo geral da educação para o intelectual; Fundamentos como aquilo que regula seu comportamento ou ação; Propostas como as ideias estruturadas em busca dos fundamentos; e Estratégias como os meios utilizados para colocar em prática as propostas.

2.1 PRIMEIRA REPÚBLICA: CONTEXTO EDUCACIONAL PAULISTA NA DÉCADA DE 1920 E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO DO PARANÁ

Consideramos relevante sistematizar esta subseção de São Paulo para o Paraná por compreendermos que as ideias postas em circulação naquele referido Estado são apropriadas pelo Paraná e por outros. É importante salientar que o período em recorte passa por dois presidentes do Brasil: Epitácio Pessoa, que

governa o Brasil de 28.07.1919 a 15.11.1922, e Arthur Bernardes, de 15.11.1922 a 15.11.1926.

Um ponto significativo na Primeira República é a preocupação com relação ao voto para a legitimação da democracia, pois, assim como Souza (2012) pontua, a Constituição⁴ previa o voto somente para alfabetizados, logo, a educação é manifestada como uma questão nacional de todo o período.

Carvalho (1989) caracteriza as primeiras décadas do século XX pela mobilização de grupos de poder políticos na difusão do ensino elementar para possibilitar a ampliação da base de representação eleitoral pelo aumento do número de votantes (entusiasmo pela educação). Considera, no entanto, diante da causa educacional que se tornara demorada para gerar resultados, o abandono dos políticos deste campo de debate para engendrar diferentes revoltas armadas, legando a discussão para os técnicos da educação e para as inovações no campo pedagógico (otimismo pedagógico).

Outro aspecto relacionado ao contexto nacional se dá em virtude da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As relações de dependência com o capital estrangeiro deixam o país vulnerável pois as crises econômicas internacionais facilmente o atacam. Padial (2008) pontua que, após a Primeira Guerra Mundial, há preocupação com a reconstrução e modernização do país, o que gera, por sua vez, certo nacionalismo pós-guerra mundial com vistas a dissipar os perigos de uma guerra civil na disputa por terras e muitas delas eram ocupadas por trabalhadores de outras nações.

Esse é o caso do Paraná que manifesta uma cultura muito miscigenada por causa da presença de poloneses, italianos, ucranianos e alemães. Não obstante, no Estado ocorriam as greves operárias, motivadas por estrangeiros, em 1917 e 1918.

Carvalho (1989) apresenta a década de 20 como um momento de reforma moral e intelectual. A autora explica que ao escolher transplantar os imigrantes ao invés de adestrar o povo liberto para viver a liberdade no novo sistema o governo não resolveu o problema do desenvolvimento econômico do Brasil, pelo contrário, criou outro: greves e anarquia, atrasando o progresso que se buscava. O desafio

⁴ O inciso 1º do artigo 70 da Constituição Federal de 1891 previa a impossibilidade de alistamento de alguns eleitores, e dentre eles os analfabetos (BRASIL, 1891, p. 15).

posto era o de fazer o que os abolicionistas não fizeram e que se transformou na dívida republicana. Abrasileirar o brasileiro era uma constante que consistia em tornar o homem do campo, vadio e sem função para o capital em um homem útil para a sociedade. Fixá-lo no campo de modo a não encher a cidade e educa-lo para desenvolver a agricultura.

De modo semelhante era preciso uma educação para integrar o imigrante estrangeiro. Torna-se necessário criar uma identidade, algo que dê característica ao povo, que faça com que o povo se identifique, que os torne parte do todo e, assim, elimine a preocupação dos dirigentes de uma possível guerra (SOUZA, 2012).

No contexto nacional cabe destaque ainda à Escola Primária. A cada Estado é dada a incumbência de estruturar seu sistema de ensino e o Estado de São Paulo, desde o início da república, se torna referência como “[...] a tentativa mais avançada em direção a um sistema orgânico de educação” (SAVIANI, 2013, p. 165). Em 1920 o Estado paulista tem em Sampaio Dória – diretor geral da Instrução Pública – uma reforma na busca por resolver a questão da educação das massas populares. De acordo com Rosa Fátima de Souza (2012, p. 32), a reforma deste

[...] buscou implementar medidas visando à erradicação do analfabetismo infantil e à universalização do ensino primário. [...] A medida mais polêmica da reforma de 1920 foi a implantação da escola alfabetizante de dois anos. O ensino primário gratuito ficou reduzido às primeiras e segundas séries do curso elementar, ministrado em escolas isoladas, reunidas e grupos escolares.

No anseio de resolver a questão nacional do analfabetismo que, segundo Souza (2012), representava um dos maiores entraves para o progresso, Sampaio Dória adota como medida a unificação dos programas de ensino de todas as escolas e grupos para dois anos. Tal atitude oportuniza maior número de vagas no ensino primário, algo evidenciado pelo número de matrículas no referido nível de escolaridade: de 254.109 em 1919 para 344.206 em 1923 (SOUZA, 2012). A seu favor, o reformador tinha o concurso do presidente do Estado, Washington Luís, que considerava injusto, dentro dos princípios republicanos, não dar ensino a todos. Concluía o presidente que, unificando o ensino primário, poderia este ser

ofertado à população infantil de maneira gratuita e obrigatória, sem complicar a situação financeira do Estado com maiores investimentos. Para Saviani (2013, p. 175), a reforma representou um marco.

A Reforma Sampaio Dória abriu o ciclo de reformas estaduais que marcou a década de 1920. Esse processo alterou a instrução pública em variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista.

As reformas realizadas em outros Estados sinalizam a tentativa, em nível nacional, de atender às demandas por instrução pública para o povo. Para atingir tal finalidade, cada governo estabelece uma diretriz. Em São Paulo outras medidas, além das já citadas, foram tomadas, a saber:

Foi também instituída pela reforma o recenseamento escolar com a finalidade de proceder ao reconhecimento exato dos núcleos de analfabetos. Outras medidas de racionalização foram adotadas como a descentralização administrativa mediante a criação das Delegacias Regionais de Ensino, a autonomia didática dada aos professores, o desdobramento das escolas isoladas para aumentar a eficiência do professor, a gratificação dos professores por aluno alfabetizado (5\$000 por cada aluno), a unificação das escolas normais, e mecanismos de efetividade escolas pelo estabelecimento de multas e detenção dos infratores (SOUZA, 2012, p. 33).

Interessante percebermos diversas diferenças e semelhanças com propostas da reforma paranaense que aprofundaremos adiante. No Paraná, Martinez não unifica os programas de ensino, mas adota um programa mais simples nas escolas rurais e propõe alfabetizar em um ano por meio de classes de primeiro ano homogêneas (somente com analfabetos). O reformador paranaense também diverge sobre o pensamento da obrigatoriedade de ensino e estabelecimento de multas para os transgressores da regra pois defende que é do regular funcionamento que as escolas precisam. Não há no Paraná a taxação do ensino médio, e, diferentemente dos programas paulistas que excluíram a música

e exercícios ginásticos, Martinez defende a implementação destas como formas de moldar o corpo e o espírito para boas inclinações.

Como semelhanças, podemos ver que, no Paraná, Martinez também coloca como ideal a alfabetização da população para o progresso do Estado. Para isso, amplia a rede de escolar, aumenta o número de Escolas Normais e promove uma remodelação em suas bases, regulariza as condições de funcionamento das escolas, organiza os programas curriculares e reorienta as práticas de ensino. Do mesmo modo as medidas de Martinez se assemelham com as propostas de racionalização paulistas, quando estabelece o recenseamento escolar, realoca escolas para os espaços onde se encontra maior número de analfabetos, institui o cargo de subinspetor para auxílio na fiscalização das escolas e premia professores que atendem às metas propostas. Outra proposta semelhante ocorre nos métodos de ensino. Souza (2012, p. 66) explica que

Os reformadores da instrução pública em São Paulo buscaram implantar um moderno aparelho de ensino no Estado no início do regime republicano. Essa modernização abrangeu vários aspectos, como a organização institucional, a inspeção técnica, a seleção cultural e, fundamentalmente, os processos de ensino. Nesse sentido, a adoção do método intuitivo significou o marco da renovação pedagógica e sua indicação para as escolas primárias prevaleceu durante toda a Primeira República.

O método intuitivo, como veremos oportunamente, também foi considerado a forma mais eficiente de ensino no Paraná, razão pela qual foi difundido dentre os professores por meio de diversas palestras, orientações e, inclusive, pela revista *O Ensino*.

É nesse sentido que o Paraná está inserido nesse contexto educacional e participa dessas reformas, observando os fatores próprios de sua realidade. O Estado, que se tornara província independente desde 1853 por meio da Lei nº 704/1853 (BRASIL, 1853), ainda buscava definir seus limites com o vizinho Estado de Santa Catarina, pelo que conhecemos como a Guerra do Contestado (1912-1916).

Assumindo o governo em um dos momentos mais difíceis da vida do Estado, sob a pressão de graves questões internas, que exigiam prompta solução, e da conflagração mundial, que vinha alterando profundamente as diversas relações político-sociais e econômicas-financeiras, tive de enfrentar com todas as dificuldades decorrentes dessa situação, para bem cumprir o programma que me impuz de desenvolver as forças vivas do Estado e diminuir os obices que se antepunham a todos os administradores paranáenses, de modo a desbravar o caminho para as administrações futuras e promover o rápido progredimento da terra patricia. [...] O primeiro obstáculo a transpor, de modo a desembaraçar o Estado para as conquistas futuras, foi o da solução da secular questão de limites que mantinhamos com o visinho Estado de Santa Catharina [...] (ROCHA, 1920, p. 3-4).

Para além dos problemas relacionados à delimitação de terras, estava a busca pela modernização e industrialização do Paraná. O Estado, nesse momento, tinha por base econômica, conforme Moreno (2003) e Padial (2008), a indústria ervateira e, por conseguinte, a madeira e o café. Importante é percebermos que todas as demais coisas eram importadas, pois pouco se produzia no Paraná, o que evidenciava mais uma vez a necessidade de se estimular a educação para o desenvolvimento da indústria e do capital.

No que se refere à realidade educacional em 1920, Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado do Paraná (1916-1920), enfatiza como conquista a reforma do Código de Ensino, realizada em sua gestão pelo decreto nº 17 de 9 de janeiro de 1917. Camargo (1920, p. 3,4) pontua na mensagem presidencial no encerramento de seu mandato:

O ensino primario foi remodelado sob novos methodos e diffundido com muito aproveitamento em todo o Estado, que hoje tem bastante diminuída a sua porcentagem de analphabetos, com a organização de grupos escolares onde a instrucção é ministrada pelo methodo analytico e com a criação de novas escolas isoladas, ambulantes e outras, nas colonias e bairros, subvencionadas pelos governos federal e estadual, as quaes muito têm contribuido para a nacionalisação do ensino.

O novo Código de Ensino, o emprego do método analítico e os grupos escolares são enfatizados como elementos significativos no trabalho realizado em sua gestão para o combate ao analfabetismo. A estrutura escolar no Estado, ao término de sua legislatura, é apresentada conforme os dados do Quadro 4.

Quadro 4 - Quantidade de escolas e professores em 1920

	ESCOLAS ISOLADAS E REUNIDAS	GRUPOS ESCOLARES
Quantidade de escolas	573	23
Quantidade de professores normalistas	141	104
Quantidade de professores efetivos	110	0
Quantidade de professores interinos	56	10
Quantidade de professores adjuntos	7	19
Quantidade de professores provisórios	76	0
Quantidade de professores Subvencionados pelo estado	78	0
Quantidade de professores subvencionados pela União	116	0
Quantidade de professores ambulantes	4	0
Quantidade de professores substitutos	0	3

Fonte: Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo – Presidente do Estado do Paraná – em 1º de fevereiro de 1920 (CAMARGO, 1920).

No tocante ao número de alunos matriculados, a mensagem do presidente, apresentada em 1920, sobre o ano de 1919 mostra um total de 25.433 em estabelecimentos de ensino primário, excetuando-se os matriculados em escolas particulares do interior do Estado.

É nessas circunstâncias que o presidente do Paraná, Affonso Alves de Camargo entrega o Estado para Caetano Munhoz da Rocha, que permanece por dois mandatos (1920-1928).

Dentre os muitos desafios de Rocha para o Estado, estava a incumbência de criar a tão necessária identidade deste, ação pela qual se legitimaria uma cultura própria que levaria ao amor pela terra e à luta pelo seu progresso.

Essa ação se creditava ao que a educação poderia fazer pelo Estado e por seu povo, motivo pelo qual a década de 1920 representa um momento importante para forjar, por meio da educação, uma identidade paranaense.

Em sua primeira mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, Rocha assinala a importância e o cuidado manifestados em seu programa para a instrução pública. E enfatiza:

Considerando que um aparelho escolar depende sobretudo da orientação pedagógica que aos seus chefes cabe imprimir e tendo em conta que o Estado de São Paulo nesse particular pode servir de modelo, julguei acertado solicitar do seu ilustre Governo a vinda de um técnico que em comissão exercesse o alto cargo de Inspetor Geral do Ensino.

Accedendo ao pedido feito, o eminente Sr. Dr. Altino Arantes, ex-Presidente de São Paulo, pôz á disposição do meu Governo o provector e ilustre professor Cesar Prieto Martinez, Director da Escola Normal de Pirassununga que, assumindo a inspeção geral em principios de abril, tratou logo de pôr em pratica medidas que julgou acertadas, com aprovação do Governo, já providenciando para que os methodos modernos se generalizassem nas escolas e grupos da Capital, já para que a taes estabelecimentos se lhes desse uma feição mais pratica de molde a preencherem cabalmente o seu fim (ROCHA, 1921, p. 92).

Cumprir destacar a estratégia de Caetano Munhoz da Rocha ao trazer do Estado de São Paulo o professor Cesar Prieto Martinez que ocupa o cargo de inspetor de ensino dos anos de 1920 a 1924.

Assim, a Lei nº 1.999 de 09/04/1920 (PARANÁ, 1920a) cria a Inspeção de Ensino, departamento antes intitulado Diretoria Geral de Instrução Pública, e um decreto nomeia Martinez⁵ para inspetor. Mais tarde, pelo Decreto nº 542 de 26/04/1920 (PARANÁ, 1920b) ele é nomeado para a cadeira de professor da Escola Normal.

Ao professor paulista caberia a incumbência de remodelar o aparelho escolar paranaense nos modernos métodos por ele conhecidos.

2.2 CÉSAR PRIETO MARTINEZ: O INTELECTUAL, SEUS IDEAIS E FUNDAMENTOS DE REFORMA

⁵ Há disparidades no que se refere ao decreto que nomeou Martinez para inspetor. Em Padial (2008), a autora afirma ser o Decreto nº 1.189, de 08/11/1920. Em Souza (2004), a autora afirma ser o Decreto nº 474, de 13/04/1920, conforme o ofício 47 de 17/04/1920.

Tive a honra de ser o escolhido dentre inumeros professores do meu Estado para desempenhar neste rico e prospero Paraná o cargo, em comissão, de Inspector Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente (MARTINEZ, 1920, p. 3).

Esta subseção tem o objetivo de evidenciar informações sobre o intelectual paulista César Prieto Martinez⁶ que foi escolhido para estar à frente da instrução pública do Paraná entre os anos de 1920-1924. Primeiramente tecemos algumas considerações sobre o que entendemos por intelectual. Posteriormente apresentamos uma breve biografia do reformador, bem como o processo de sua contratação no Paraná. Por fim, evidenciamos seus ideais e os fundamentos que regularam sua reforma, de acordo com o explicitado em seus relatórios apresentados ao secretário geral do Estado.

Por intelectual entendemos o indivíduo que, dotado de conhecimentos, desempenha uma atividade, proposta, estratégia ou função política no cenário social. De acordo com Borges Neto e Machado (2018, p. 194), intelectuais são

[...] homens da cultura, mas antes de tudo da política, pois desempenham atividades de direção cultural-ideológica em busca de garantir o consentimento ativo dos indivíduos, e dos grupos sociais, em favor de determinado projeto societário, seja hegemônico o contra-hegemônico – tenham consciência disso ou não.

Machado, Coelho e Dorigão (2016) explicitam que o conceito de intelectual é histórico e variável de acordo com o período. A partir de seus apontamentos é possível compreendermos que no século XX o intelectual é aquele homem público que adquire notoriedade no cenário em que está inserido. Seu pensamento, ideias e posicionamentos influenciam, impactam e direcionam outras pessoas ou grupos.

⁶ As informações contidas na biografia do intelectual foram retiradas dos sites da APP Sindicato (2010) e da Escola Estadual Prieto Martinez (MARTINEZ, 2015) em São Paulo. Outras foram encontradas em arquivos na Biblioteca Pública do Paraná (1934), nos jornais paranaenses “O Dia” e “O Estado do Paraná” e no jornal paulista “A Gazeta”.

Consideramos César Prieto Martinez intelectual por se inserir nesse conceito. É um normalista paulista, formado em moldes considerados modernos e, portanto, dotado de conhecimentos técnicos da área em que atua. Possui pontos de vista delineados e se posiciona publicamente sobre eles. Quando vem ao Paraná, desempenha um cargo público de notoriedade, com funções políticas de autoridade, e suas ações impactam diretamente na vida de pessoas e grupos. Sua palavra e seu pensamento são reconhecidos pela sociedade e têm peso nas tomadas de decisão sobre a educação. A própria comunidade o legitima como uma autoridade que ocupa posição de destaque.

César Prieto Martinez nasceu em São Paulo, aos 14 de março de 1881. Foi o último filho de uma família numerosa. Eram seus pais o Sr. Laureano Prieto Rodrigues e D. Rosária Martinez.

Recebeu seu diploma de professor em 4 de dezembro de 1900, sendo o mais moço da turma. Iniciou sua carreira no magistério lecionando como professor na 4ª Escola Isolada de Jaú. Dez anos depois foi designado para dirigir o Grupo Escolar Barão de Monte Santo em Mococá. César Prieto Martinez casou-se, teve uma filha chamada Dorinha Martinez e um filho chamado Nelson de Campos Martinez. Em 1915 foi diretor da Escola Normal de Pirassununga.

Em 1920, por convite de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado do Paraná, assumiu em comissão o cargo de inspetor geral do Ensino, posto que ocupou até 14 de fevereiro de 1925. Foi nomeado em 26 de abril de 1920 para a cadeira de professor na Escola Normal de Curitiba. No Paraná também escrevia para os jornais “O Dia” e “O Estado do Paraná”.

Voltou a São Paulo onde foi cogitado para ocupar cargos no Estado da Paraíba. Autor de livros como *Sertões do Iguassú* (1925) e *Vida Escolar*, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, foi um dos fundadores do Centro do Professorado Paulista e da Casa do Professor de São Vicente. Faleceu na cidade de Santos em 8 de novembro de 1934. Em sua homenagem foram criadas escolas no Paraná (Instituto de Educação César Prieto Martinez em Ponta Grossa e Colégio Estadual Prieto Martinez em Curitiba) e em São Paulo (Escola Estadual César Martinez em Moema) com seu nome.

Nos arquivos da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, é possível obter a seguinte informação:

Natural do estado de São Paulo, radicou-se em Curitiba onde prestou seus serviços como Inspetor de Ensino, desde 1920. O notável educador paulista, cuja dinâmica atividade de timoneiro seguro deu à escola paranaense os mais relevantes benefícios como podemos constatar através dos seus relatórios para o governador de então Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Era como enamorado de nossos pinheirais. Veio a falecer em Santos estado de São Paulo, em 8/11/34 (PARANÁ, 1934, p. 1).

E, em outro documento, também da Biblioteca Pública do Estado do Paraná:

O educador brasileiro prof. César Prieto Martinez, membro ilustre do magistério bandeirante, que dirigiu a instrução pública paranaense, com enexcedível carinho e igual competência no govêrno do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, foi quem pleiteou e conseguiu a criação da escola normal de Ponta Grossa e da de Paranaguá, bem como a construção de seus edifícios, e ainda o desmembramento da normal de Curitiba, que era anexa ao ginásio paranaense, do qual se desligou para funcionar em majestoso edifício próprio e com o corpo docente exclusivamente seu. Grande e vitorioso intérprete da didática nacional, o professor Martinez foi um diretor suficientíssimo da instrução Pública do Paraná, cargo que desempenhou com muita honradez, sabedoria e bondade, dentro das escolas rurais e urbanas dos mais longínquos recantos do estado, onde enchia o professorado de estímulo e o cercava de garantias, prelecionando às classes, ao mesmo tempo, com o entusiasmo sublime de seu espírito privilegiado e formoso. Prieto Martinez faleceu em São Paulo no dia 8 de novembro de 1934 na cidade de Santos. Um trecho de uma carta enviada, de Prieto Martinez, dias antes de falecer: do Paraná só tenho gratas recordações. Amo o seu povo por que é digno. Venero o seu professorado, porque é composto, na sua quase maioria absoluta, por almas boas, inteligentes e, sobretudo devotadas. Posso afirmar por convicção e por reconhecimento próprio, que no Brasil inteiro, inclusive São Paulo, não existe uma classe que o sobrepuje. O professor paranaense é um herói, um grande, um incomparável obreiro da Pátria. Você bem sabe como eu o conheço - da cidade, do mato - como lidei, não um ano, mas cinco, com êsses soladados do alfabeto (PARANÁ, S/D, p. 1).

A vinda do professor Martinez ao Paraná em 1920 foi uma possibilidade encontrada depois de muitas tentativas de se trazer um paulista para ocupar o

cargo de inspetor. Souza (2004) enfatiza que Lysimaco Ferreira da Costa⁷, professor da Escola Superior Agrônômica do Paraná, diretor e lente de pedagogia da Escola Normal, foi incumbido da tarefa de articular em São Paulo um educador que dominasse as práticas educacionais modelares e modernas e as implantasse no Paraná.

Segundo Souza (2004), um nome cogitado para o cargo seria o de João Lourenço Rodrigues, que não pôde aceitar o convite em virtude de muitos afazeres. João Toledo, Amadeu Mendes, Rubens Carvalho foram nomes sugeridos por Rodrigues e convidados para o cargo de inspetor paranaense, porém estes não puderam aceitar o convite por inúmeros motivos.

Posteriormente, César Prieto Martinez foi o nome cogitado para a inspetoria e, a partir de sua aceitação para ocupar o cargo, este, que era diretor da Escola Normal de Pirassununga-SP, veio ao Paraná (SOUZA, 2004; MIGUEL, 2011). Importante salientar que, conforme informa Souza (2004) existem cartas trocadas entre Costa e Rodrigues que versam sobre a contratação de um técnico paulista e, inclusive, sobre o próprio Martinez.

Entretanto, a presença de um paulista para ocupar um cargo tão importante na administração pública paranaense não teria o apoio de toda a população. Moreno (2003) enfatiza o jornal “Gazeta do Povo” pontuando um desconforto causado pela importação de um estrangeiro, ao se referir à vinda de Martinez. O jornal “Diário da Tarde”, porém, aprova a atitude do governo quando este contrata Martinez para o referido cargo público.

Ademais, é possível verificar, nos trabalhos apresentados por Silva (2008), Souza (2004) e Souza (2012), os diferentes discursos jornalísticos sobre a nomeação e o trabalho de Martinez, ora sendo favoráveis, ora contrários. Souza (2004) enfatiza inclusive que houve protesto contrário à sua vinda ao Paraná, este realizado pelos alunos do ginásio paranaense. Em contraposição, a autora evidencia que Martinez recebeu homenagem da Associação dos Professores Públicos do Estado do Paraná em 16 de junho de 1920. Essas considerações serão evidenciadas durante todo o período de atuação de Martinez frente à inspetoria.

⁷ Sobre Costa, ver dissertação já mencionada de Padial (2008) e a tese de Abreu (2007) intitulada “A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)”.

No que tange aos ideais e aos fundamentos deste que deram direção à reforma, os relatórios apresentados pelo intelectual ao secretário geral do Estado possibilitam perceber as considerações de Prieto sobre a educação escolar como mola propulsora para o progresso.

Animado pela firmeza de minhas ideias e confortado pela esperança de triunfar, deixei São Paulo em demanda dos pinheiraes. Terei sempre na lembrança a paizagem que meus olhos viram com emoção indescriptivel. Oxalá em annos proximos toda essa riqueza que a locomotiva corta em centenares de léguas não povoadas, possa servir ao Brasil e atestar o valor de seus filhos educados na nova escola, eminentemente nacional, que os soube formar para a prosperidade material e espiritual (MARTINEZ, 1920, p. 4,5).

Uma escola republicana, que forme os filhos da nação para o progresso material e espiritual, é o discurso em circulação no período e se apresenta como o ideal que se deseja ao aparelho educacional paranaense.

Esta educação para a efetivação da república é vista em diversos momentos onde Martinez, ao falar sobre as festas escolares em torno de datas, personagens ou princípios, enfatiza: “Eis ahi a escola verdadeiramente republicana: o pobresinho, o remediado e o rico desconhecem, nesses momentos, suas posições para conhecerem apenas o amor e a sympathia que os aproxima” (MARTINEZ, 1921, p. 50). É a escola como produtora da república por meio de discursos de igualdade.

No que se refere a Escola a serviço do progresso material, o trecho que segue aponta a instrução como elemento para a riqueza do país.

Ora, a producção depende da capacidade do productor e o ignorante pouco ou quasi nada produz. Sendo o Brazil um paiz com cerca de 20.000.000 de analphabetos é claro que pouco pode produzir em relação á uberdade e riqueza de seu solo. Nessa situação nunca poderemos ser um paiz rico. Que nos resta, então, fazer?
Instruir o povo; e para isso devemos fazer da escola publica primaria e gratuita o instrumento que nos deve dar a felicidade almejada (MARTINEZ, 1920, p. 4).

Nesse sentido, a educação é vista como necessária para o aumento na produção, o que gera o progresso material, ou seja, a felicidade almejada. Sem

instrução, jamais se chega ao progresso. Como, pois, chegar ao objetivo desejado? Instruir o povo é o meio encontrado pelos dirigentes para conseguir o desenvolvimento e a riqueza e a consolidar as novas bases do sistema capital.

Outros trechos dos relatórios do inspetor corroboram essa afirmação. Ao falar sobre a inspeção realizada pelos subinspetores nas escolas, Martinez pontua a alegria ao saber que

[...] a lucta vae accêsa, pelas cidades e pelos povoados, pelos logares ermos até, onde a escola, perdida no meio do campo ou entre pinheiraes, abriga dezenas de pequenos sertanejos que na mais suave das alegrias, como irmãos, se educam para o porvir ! (MARTINEZ, 1920, p. 11).

A luta à qual o inspetor se refere é a que reúne os esforços de todos em torno de seu ideal, algo que por todo o país se aviva “[...] para que o Brasil se redima do analfabetismo, verdadeira praga que nos impede de progresso [...]” (MARTINEZ, 1921, p. 13).

Analfabetismo visto como atraso para o desenvolvimento econômico do país e questão de preocupação nacional, como já explicitado. No relatório de 1922, o inspetor, quando pontua sobre a necessidade de educar o cidadão nacional, ratifica seu ideal de instrução para o progresso:

Cuidemos, pois, dos nossos. Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral. [...] E que a escola – viveiro de homens, sopro vivificador das energias do bem, pedra angular de todo edificio social, semente bendita que perpetúa a Patria dando-lhe cidadãos dignos de suas tradições, - indo em auxilio desse serviço, seja luz intensa para formar intelligencias mais capazes e força irresistivel para dominar e vencer nos grandes prelios que fazem a felicidade dos povos (MARTINEZ, 1922, p. 26).

Educação para a efetivação da república e a serviço do desenvolvimento do capital. Esse é o ideal, e os fundamentos assentados por Martinez para efetivá-los são nacionalizar por meio da educação; instruir o espírito e o corpo pela moral; e erradicar o analfabetismo.

Sobre nacionalizar por meio da educação, o reformador expõe o benefício que o amor à pátria pode trazer para a progresso da nação.

O amor a Pátria é o amor da ordem dentro da lei, é a confiança nos eleitos para dirigir os destinos de todos, é o acatamento á justiça, o respeito ao passado, a esperança no porvir, a solidariedade em todos os momentos em que as instituições perigam e com ellas a grandeza e a integridade nacional (MARTINEZ, 1921, p. 6).

A conformação das massas e o carácter nacional são princípios que possibilitam o trabalho obediente dos cidadãos e sua confiança nos que governam, algo muito necessário em tempos de crise e ameaça à unidade nacional.

No que diz respeito ao princípio de instruir o espírito e o corpo pela moral, a educação é vista como a forma de moldar o homem e torna-lo útil para as relações que se estabelecem na sociedade que se objetiva construir. Sobre isso, Martinez (1921, p. 66) pontua:

Não esqueçamos que a escola é, antes de tudo, uma casa de educação e como tal tem o direito de educar, isto é, de corrigir tendências e hábitos e de caminhar novas tendências e formar novos hábitos.

Moldar corações e incutir hábitos e condutas para a conformar a tessitura social capitalista que se estabelece. Os direitos e deveres sociais são explicitados pelo reformador como as vestes republicanas que a educação propõe entregar por meio da escola.

A infancia de hoje muito pode confiar na acção bemfazeja da escola publica primaria, guiada para os melhores destinos, entregue á mais nobre e util das missões, pois não só prepara as gerações do porvir para que possam com mais intelligencia empregar o trabalho honesto, mas ainda incute-lhes deveres e direitos civicos e sociaes. [...] Os direitos e os deveres sociaes constituem a couraça de que se deve revestir o homem para integrar-se na communnhão de seus concidadãos, constituídos em sociedade, para o alevantamento moral que é o mais bello predicado de um povo. Sem moral não há sentimentos humanos, não há solidariedade humana, não há Pátria, pois é dessa communnhão de idéas sans que fazem a felicidade collectiva que os povos se formam para viver, falando a mesma lingua,

seguindo os mesmos costumes, obedecendo á mesma tradição, trabalhando o mesmo solo, formando, em summa, a mesma nação, inspirados na mesma religião (MARTINEZ, 1921, p. 5-6).

A formação moral do carácter republicano é percebida em diversos momentos formativos em que a escola encoraja as atitudes ditas desejadas e reprime as indesejadas. Cabe destaque aos benefícios da inserção da música no programa de suas disciplinas, pelo aspecto “[...] da influência sobre o moral, provocando o aparecimento e reforço das boas inclinações, dulcificando o character, predispondo para o affecto, atenuando os instinctos máus” (MARTINEZ, 1920, p. 17).

A preparação corporal pode ser percebida, entre outras, em duas ocasiões: na disciplina de educação física e no cuidado com a higiene/saúde, hábitos necessários para regenerar a nação doente e improdutiva e adequar o perfil do homem inserido na sociedade de produção. Sobre a educação física, Martinez pontua:

A Educação physica, considerada como base da educação moral e intellectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espirito, isto é, desenvolver harmonica e progressivamente a robustez e a destreza do corpo, de accôrdo com as condições anatomicas e physiologicas do educando (MARTINEZ, 1921, p. 58).

A respeito da questão higienista, o relatório de 1922 corrobora:

Dois problemas capitaes exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primaria ; deles depende o brilhante futuro do Brasil. Todo esforço feito no sentido de resolvel-o será, pois, abençoado. A victoria dessas duas causas constituirá a grande victoria que nos collocará na dianteira dos povos cultos (MARTINEZ, 1922, p.17).

Exercício do corpo para o desenvolvimento moral e intelectual e formação de hábitos de higiene e saúde constituem esforços de preparação para o trabalho e, conseqüentemente, para o progresso. Somente com um corpo saudável e livre de doenças é que se poderia aprender com eficiência e, por conseguinte, desempenhar com destreza a função recebida por meio do trabalho que produz a riqueza e prosperidade da nação.

No que se refere à erradicação do analfabetismo, o intelectual enfatiza seus esforços: “Na medida do possível empregamos esforços para que a escola Pública do Paraná seja um elemento de combate firme contra o analfabetismo” (MARTINEZ, 1920, p. 22).

Em outro trecho de seu relatório, ao tratar do já referido problema nacional que impede o desenvolvimento do país, Martinez (1920, p. 4) expõe sua projeção para o futuro: “De pobres que ainda somos chegaremos a ricos porque cada cidadão alfabetizado produzirá muito mais e então os thezouros de que dispomos serão realmente nossos”. O progresso material mais uma vez é visto como ideal a ser alcançado e a alfabetização é instrumento que dá ferramentas para produção da riqueza do país.

Nesse sentido, a solução encontrada pelo reformador é clara: “No nosso modo de pensar a lucta contra o analfabetismo terá a sua victoria quando cada escola souber ser uma verdadeira escola” (MARTINEZ, 1920, p. 23). A verdadeira escola, por sua vez, será aquela reformada a partir das propostas de Martinez.

2.3 PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS DA REFORMA DE MARTINEZ

Esta subseção expõe as propostas de Martinez nos relatórios apresentados ao secretário geral do Estado. Posteriormente evidenciamos suas estratégias para colocar em prática as propostas.

No que tange às propostas, elencamos duas, a saber: Regular Funcionamento e Métodos e Programas Modernos. Em outras palavras, seu objetivo é obter de cada escola o máximo aproveitamento. No relatório de 1924 que conclui os trabalhos de Martinez, os pontos que nortearam a reforma estão assim expostos:

- 1) dar ao aparelho escolar o maior rendimento com o menor gasto possível;
- 2) entregar em mãos de professores, exclusivamente, os destinos do ensino, quer primario quer secundario (MARTINEZ, 1924, p. 3).

A primeira proposta de Martinez consiste na lógica da organização racionalizadora. Seu trabalho se dará em torno da organização da rede escolar e pela racionalização dos meios disponíveis para o funcionamento desta. Essa premissa pode ser observada desde o início de seu trabalho, quando o inspetor assinala:

A semente póde ser bôa mas si a terra não tiver forças nem braços que a cuidem fenecerá ou produzirá fructos mirrados. Tem-se dito muito sobre a reforma de methodos e programmas de ensino. [...] Entretanto, esquece-se sempre do valor que encerra a acção larga da escola primaria pelo seu regular funcionamento (MARTINEZ, 1920, p. 6).

É possível afirmar, portanto, que a proposta do reformador é uma escola que esteja pronta para atender aos alunos. Em seu relatório, Martinez (1920, p. 7) pontua que “si temos analfabetos é porque não temos escolas e si temos escolas nada fazem, no geral, porque funcionam com tamanha irregularidade que não lhes é possível produzir”. Para ele, além dos programas e métodos, o sucesso da escola demanda regularidade e existência de horários, recursos, profissionais e espaço.

Não resta a menor duvida que os methodos, bem processados, representam o que de melhor pode ter um aparelho escolar, mas do funcionamento desse aparelho é que dependem os fructos que taes methodos promettem produzir (MARTINEZ, 1920, p. 6).

O intelectual não nega a eficiência dos métodos, contudo destaca primeiramente a importância da regularidade, para que os métodos possam de fato produzir o efeito desejado na luta contra o analfabetismo e a favor do progresso. Comparando a escola a uma empresa ou oficina, Martinez enfatiza a necessidade de produzir o máximo com o que se dispõe.

Si nos paizes novos, em virtude de innumerous factores e sobretudo das lições que a experiencia dos povos antigos proporciona, o progresso segue o seu percurso velozmente e as ideas germinam e propagam-se com extraordinaria facilidade, a instrucção popular pode e deve acompanhar essa ascenção, deixando a antiga rotina e lançando mão de outros meios efficazes que chegam a resultados esplendidos com economia de

tempo e sem necessidade de gastos excessivos (MARTINEZ, 1920, p. 3).

O convite do intelectual para lançar mão de outros meios eficazes sem gastos excessivos significa dizer que a reorganização do ensino não exige investimentos altos. Trata-se de um alinhamento de propostas para se poder tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis.

Não obstante o melhor aproveitamento dos recursos, a segunda proposta consiste na adoção dos Métodos e Programas Modernos. Inúmeras estratégias serão desenvolvidas no sentido de propagar esse ideal eficiente para se ensinar.

Logo no início do nosso trabalho, depois de termos percorrido todos os grupos escolares, instituímos palestras pedagógicas dedicadas aos Snrs. professores e directores da capital, com o fito de expormos qual o nosso pensamento em relação á reforma da instrucção e estabelecermos de um modo definitivo os methodos que devem dar ao ensino uma feição eminentemente educativa (MARTINEZ, 1920, p. 11-12).

Acompanhada dos métodos, a inspeção será o meio de se verificar se as propostas estão sendo efetivadas, pelo que enfatiza: “A inspeção do ensino tem de ser forçosamente o pivot, em torno do qual o aparelho escolar se moverá, afim de concentrar as suas energias” (MARTINEZ, 1920, p. 10).

Regular Funcionamento e Métodos e Programas Educativos Modernos, essas são as duas propostas que balizam todas as estratégias de Martinez na busca pela efetivação de sua reforma educacional.

Com base nessas propostas, as estratégias do intelectual para colocá-las em prática podem ser reunidas em três agrupamentos: o de organização administrativa das escolas; o de fiscalização e orientação das escolas; e o de formação de professores.

Sobre a organização administrativa e pedagógica das escolas, pontuamos: uniformização dos horários escolares, organização de licenças e remoções dos professores; uniformização dos livros didáticos; mobiliário escolar; as caixas escolares; programas de ensino; ensino de música; educação física/escoteirismo; e as festas escolares.

Justificamos esse agrupamento, pois todas essas medidas estão relacionadas ao cotidiano das escolas. A uniformização dos horários objetiva determinar um horário fixo para a abertura e fechamento das escolas, bem como períodos de férias escolares.

Pensar em uniformização e regulamentação pressupõe refletir que, com a entrada do técnico frente à inspetoria da instrução, isso não existia. Souza (2012) explicita isso ao informar que não havia uma regularidade. Segundo ela, escolas eram abertas e fechadas em horários inviáveis de funcionamento. Todo esse contexto motivou a mudança e regulamentação das escolas para que se adequassem à população em que estavam inseridas. Motivo semelhante levou a alterações nos critérios utilizados para a autorização de licenças e remoções de professores, que foram organizados para acontecer somente no início ou final de períodos letivos, de modo a não prejudicar o andamento das aulas.

Ainda, a uniformização de livros visava distribuir o mesmo material para o grupo de alunos de uma sala ou escola. Souza (2004) enfatiza a análise e escolha dos livros didáticos com proposições centrais para formar inteligências, o caráter e criar o culto à pátria. Segundo a autora, Martinez propunha que, ao menos por classe, houvesse um padrão de um mesmo livro didático, algo que não acontecia antes.

A distribuição e uniformização de mobiliário escolar consistia em dar um aparelhamento mínimo para o trabalho em todas as escolas. As caixas escolares, por sua vez, visavam captar subsídios das famílias na colaboração para o funcionamento das escolas, fazendo suprir necessidades emergentes de alunos carentes como roupas e materiais bem como a merenda da escola.

Os programas de ensino também visavam uniformizar a escola, pois eles determinavam os conteúdos a serem ensinados. Miguel (2011) enfatiza que foram reorganizados os programas das escolas. Priorizou-se a alfabetização. Um programa simples, conforme aponta Martinez (1920, p. 23):

E' claro que a simples leitura não deve representar o nosso ideal em relação á instrucção popular. [...] Não nos sendo possivel, porem, levar a todos os pontos uma instrucção completa, consigamos ao menos ensinar a ler a escrever e a contar, onde não pudermos fazer mais. [...] Nos grandes centros, onde nos é mais facil manter e fiscalizar escolas, o povo deverá ser

contemplado um uma instrução inteiramente gratuita. Nos pequenos, onde as dificuldades de toda a especie se avolumam, podemos simplificar os cursos. Nem por isso deixamos de prestar bons serviços e ir em socorro dessa gente.

No relatório de 1924 percebemos a efetivação dessa proposta:

Organizei para os grupos e escolas isoladas programmas syntheticos destinados a facilitar o trabalho do professor, methodisando-o de maneira a permittir que os alumnos realizem um curso regular. Nos grupos os programmas têm tido regular desenvolvimento, não se dando o mesmo nas escolas isoladas em virtude da diversidade de categoria dos professores, muito dos quaes não podem desempenhar o seu cargo como seria para desejar (MARTINEZ, 1924, p. 108).

Adotou-se um programa muito simples para as escolas isoladas e os terceiros e quartos anos foram reunidos, sendo que somente três grupos escolares da capital ofereciam o quarto ano. Outra proposta era a de reunir no primeiro ano somente alunos que ainda não sabiam ler e escrever, de modo a formar classes homogêneas para facilitar o processo de alfabetização. Instituiu-se a promoção dos alunos durante o semestre letivo, de forma a se deixar somente os que não sabiam ler e escrever na mesma série. Padial (2008) pontua ainda a não aceitação de matrícula de menores de sete anos.

O ensino de música, inserido no programa por Martinez, e as orientações para a disciplina de educação física/escoteirismo objetivavam o adestramento do corpo e do espírito. As festas escolares também colaborariam com a formação do caráter, principalmente quando relacionadas a comemorações cívicas.

Sobre a fiscalização e orientação das escolas, citamos: inspeção do ensino; orientação das escolas estrangeiras; inspeção médico-escolar e a assistência dentária na capital; criação de serviço de recenseamento escolar; criação de grupos escolares e realocação de escolas.

Justificamos esse agrupamento por ser uma estratégia que visava garantir a efetivação das propostas que estavam em vigor. É possível afirmar que uma das tônicas da reforma de Martinez era a inspeção. Moreno (2003) enfatiza que a forma encontrada pelo inspetor para verificar a aplicabilidade de suas propostas é a vistoria. É nesse sentido que vemos nesse período o surgimento dos cargos de subinspetor, pessoas escolhidas por Martinez que eram enviadas a visitar as

escolas e grupos com o objetivo de verificar se os professores estavam aderindo às recomendações.

A inspeção do ensino, a orientação das escolas estrangeiras e a inspeção médico-escolar visavam verificar a efetividade das propostas. Assim, o fundamento do trabalho da inspetoria se daria em zelar pelo cumprimento dos programas estabelecidos por meio maior inspeção e controle, buscando, assim, regularizar o funcionamento de todas as escolas. A assistência dentária da capital corroborava esforços de inspeção em saúde.

A criação de um serviço regular de recenseamento fornecia informações sobre as localidades com maior número de crianças analfabetas, possibilitando realocar escolas de acordo com as demandas (PADIAL, 2008).

Outra medida de coleta de informações, citada por Souza (2012), eram os mapas do movimento anual, preenchidos pelos inspetores e enviados à inspetoria e que continham informações sobre as turmas, professores e relação de materiais utilizados, dentre outros aspectos.

No que se refere à criação/reforma de novos grupos ou escolas isoladas, Souza (2004) enfatiza melhorias nos prédios escolares, construção de grandes grupos em cidades populosas. No que concerne ao número de escolas, foi possível verificar aumento considerável, só que com características mais modestas do que, por exemplo, as de São Paulo, principalmente em virtude da redução orçamentária daquele dado momento. É nesse sentido que se procurou construir escolas, só que com menor gasto, principalmente nas escolas isoladas, pois, no que se refere a investimentos, é possível verificar diferenças nas edificações da capital e do interior. Aquelas mais imponentes e elegantes, representando também um símbolo do moderno que a república trazia, e as outras de maneira mais modesta.

Outra informação possível de ser verificada é a coexistência de diferentes tipos de escolas no Paraná: na capital e em grandes cidades os grupos escolares, no interior as isoladas, e também a implantação de escolas transitórias, escolas que mudavam de tempos em tempos de lugar, visando atender às demandas das comunidades em que estavam inseridas.

Sobre a formação de professores, apontamos criação de Escolas Normais; regulamento da Escola Normal; biblioteca pedagógica na capital; prêmios aos

professores; palestras pedagógicas; práticas de ensino nos estabelecimentos modelares da capital; e a revista *O Ensino*.

Justificamos esse agrupamento por perceber estratégias ligadas à capacitação dos docentes. Os relatórios de Martinez expressam diversas ações no que se refere aos professores do Estado. É possível verificar que o inspetor depositava nos educadores o sucesso da instrução pública e, para tanto, produziu diversas estratégias a fim de atingir o objetivo de formar um corpo de professores que falasse uma mesma língua, que aplicasse um mesmo método e que seguisse os direcionamentos do Estado.

A criação de Escolas Normais visava aumentar o número de novos normalistas no Estado e o regulamento reorganizava os conteúdos e o perfil do docente a ser formado. A criação das escolas em Paranaguá e em Ponta Grossa também representou ponto significativo na formação de professores.

Os prêmios aos educadores constituíam um mecanismo de estímulo para a mudança das práticas e para a adesão das solicitações da inspetoria. A biblioteca pedagógica, as palestras e capacitações e a vinda de docentes do interior para práticas de ensino em estabelecimentos modelares da capital visavam inspirar os mestres nos moldes pedagógicos considerados modernos. Martinez, inclusive, ofereceu cursos nas férias para os professores.

Cabe destaque para a formação continuada dos professores em exercício e a revista *O Ensino*, que por ser um impresso, possibilitava a circulação material das ideias do reformador, conversando diretamente com o público alvo.

A revista, ainda, se revestia de singularidade em virtude das dimensões territoriais do Paraná. Na impossibilidade de trazer todos os professores para se apropriarem de novos métodos e conceitos, *O Ensino* foi até o professor, levando as propostas.

O periódico representava um monumento vivo, a voz de alguém legitimado e revestido de autoridade que adentrava a escola para falar com o professor. Era um material especificamente destinado para a leitura e formação deste. Por ser uma estratégia direta, intencionalmente planejada e inserida no contexto da escola como veículo da reforma, é que objetivamos analisá-la na seção seguinte.

3. A REVISTA *O ENSINO* DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ: O FOCO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARANAENSES

Esta seção tem por objetivo apresentar *O Ensino*, sua materialidade, seus conteúdos e as temáticas predominantes. Para atingir esse foco, primeiramente apresentamos a revista, os motivos que levaram à sua criação, seus objetivos, missão, as formas que encontrou para legitimar seu discurso, seus autores e suas peculiaridades.

Posteriormente evidenciamos seus conteúdos, dividindo esta seção em três subseções: a dos conteúdos com temáticas relacionadas à metodologia de ensino; a dos conteúdos associados aos princípios educativos; e a dos conteúdos agrupados por temáticas sobre o trabalho docente. Justificamos essa divisão por percebermos estas temáticas como as mais constantes na revista.

O Ensino é uma publicação oficial da Inspetoria Geral do Ensino, impressa pela penitenciária do Estado. Os relatórios afirmam que houveram três edições por ano, no entanto, embora não apresente efetivamente uma periodicidade, pretendia ser distribuída trimestralmente de maneira gratuita para todos os professores do Paraná e demais interessados. Verificamos que a revista elegia um público alvo: os professores.

Criada em Curitiba-PR no ano de 1922 e produzida até o final de 1924, *O Ensino* é um periódico próprio da reforma de César Prieto Martinez, por estar inserido no período de gestão deste.

Por meio dos relatórios é possível considerarmos a existência de nove revistas. Tivemos acesso a cinco edições na Biblioteca Pública do Estado do Paraná. Na tentativa de encontrar outras edições da revista, buscamos em diferentes espaços de guarda de documentação tais como SEED, Museu da Escola Paranaense, Arquivo Público do Paraná, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Círculo de Estudos Bandeirantes e Biblioteca da UFPR, mas não encontramos outras edições em nenhum desses locais.

Souza (2004) aponta para a existência de outras edições da revista no Memorial Lysimaco Ferreira da Costa em Curitiba-PR. Na busca, fomos informados de que o memorial fora fechado e que o acervo se encontrava à

disposição somente dos familiares de Lysimaco. Em contato com esta, solicitamos a possibilidade da pesquisa, porém não obtivemos retorno. Os dados do Quadro 5 apresentam linhas gerais das cinco edições encontradas:

Quadro 5 - Edições de *O Ensino* encontradas na Biblioteca Pública do Paraná

DATA	ANO	EDIÇÃO	Nº DE PÁGINAS	Nº DE MATÉRIAS
01/01/1922	Ano I	Número I	84	15
01/1923	Ano II	Número I	112	20
04/1923	Ano II	Número II	76	14
08/1924	Ano III	Número I	93	18
09/1924	Ano III	Número II	109	25
TOTAL	3 anos de edição	5 edições	474 páginas	92 matérias

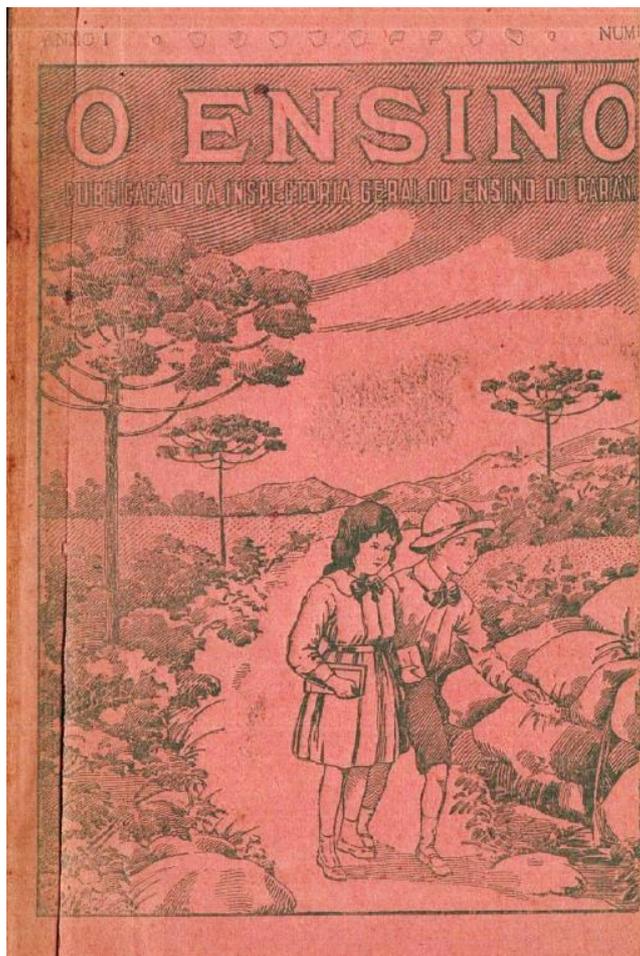
Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro supracitado mostra a primeira edição no início do ano de 1922, tendo um total de 15 matérias distribuídas em 84 páginas. Não encontramos as outras edições do ano de 1922.

No ano de 1923 temos duas revistas encontradas, uma com publicação em janeiro e outra, em abril. No ano de 1924 tivemos acesso a outras duas edições, totalizando as cinco revistas.

Na capa das revistas percebemos características do Estado do Paraná (a araucária, árvore típica do Estado) bem como a imagem de duas crianças com uniformes e materiais escolares nas mãos seguindo por uma trilha, provavelmente fazendo alusão ao caminho para a escola, para a aprendizagem, para o seu desenvolvimento, de seu Estado e de seu país. Durante o período em que a revista circulou, a imagem da capa da revista permaneceu a mesma. Na imagem que segue podemos analisá-la:

Figura 1 - Capa da 1ª edição de *O Ensino*, Ano I, Número I, 1922.



Fonte: Biblioteca Pública do Paraná.

Com relação à criação do periódico, vemos que o Código de Ensino de 1917 apontava para a necessidade de se produzir uma revista pedagógica, destinada aos professores:

Art. 165 – Será creada, como organ do Conselho Superior do Ensino Primario, uma revista pedagogica destinada especialmente:

- a) a orientar os professores primarios relativamente aos meios de executar efficazmente os programmas do ensino;
- b) a dar-lhes conhecimento dos principios e regras essenciaes da sciencia e da arte de ensinar;
- c) a publicar os pareceres e deliberações do Conselho Superior, bem como todos os actos officiaes que interessem directamente ao ensino publico primario;

Art. 166 – De accordo com o Conselho Superior o Secretario do Interior, convidará para dirigir a revista uma ou mais pessoas de sua immediata confiança (PARANÁ, 1917, p. 48-49).

O artigo 165 do Código de Ensino apresenta a revista como parte do Conselho de Ensino Primário e com a incumbência de orientar, instruir e comunicar os professores sobre programas, métodos, princípios e demais informações sobre a educação do Paraná.

O relatório de Martinez, apresentado em 1921 ao secretário geral do Estado, já pontuava o interesse em veicular os ideais educacionais por esse meio de comunicação:

Para propagar cada vez mais as ideas suas em relação aos methodos e processos e bem assim indicar medidas que favoreçam a creança, quer quanto á sua saude, quer quanto ao seu character, a Inspectoria publicará a 1º de Janeiro de 1922 o primeiro numero do “O Ensino”, revista que sahirá á luz trimestralmente. Para diminuir a despesa com o seu custeio, obteve o concurso da Penitenciaria do Estado, onde a mão de obra é barata e o serviço escrupulosamente executado. Publicaremos em Abril o 2º numero e a 7 de Setembro edição especial, para commemorar o primeiro Centenario da nossa Independencia (MARTINEZ, 1921, p.15).

A disseminação das ideias e orientações aos professores é justificativa também identificada no artigo que abria a primeira edição da revista. O texto evidencia a preocupação com o direcionamento dos professores para o sucesso da reforma:

O exito de uma organização escolar não depende apenas da quantidade de suas escolas; nem do valor de seus programmas; Acima de tudo isso está o espirito que anima o seu funcionamento e donde se irradia toda a luz que descortina o caminho a ser percorrido. [...] Quantas energias de incontestavel valor se perdem ou se inutilizam por falta de um guia que as saiba aproveitar convenientemente? (O ENSINO, 1922, p. 3).

Canalizar as energias e direcioná-las para seu bom aproveitamento. A matéria enfatizava as inúmeras atribuições da inspetoria, dentre elas,

[...] cabe-lhe ainda a missão de animar com a sua palavra e com o seu exemplo a todos quantos tomam parte nessa batalha civilisadora, afim de que se avive a lucta e se intensifique cada vez mais a obra fecunda da educação do povo (O ENSINO, 1922, p. 4).

Atendendo a essa atribuição, a inspetoria cria *O Ensino*, com o objetivo de disseminar as ideias fundamentais para a instrução paranaense.

Está deste modo justificado o aparecimento desta revista. Ella é necessaria a diffusão das idéas salutaes que devem germinar no meio dos professores.

E' a palavra de ordem e do commando reflectindo o pensamento e a acção do Governo do Estado. E' o espirito orientador esclarecendo os pontos capitaes que jamais podem ser esquecidos ou ignorados. E' o estimulo para que a causa commum não esmoreça.

Sua missão é o ensino e, como tal, tem diante de si um programma sem limites, amplo como a propria natureza do magno assumpto que no dia de hoje empolga o espirito de quantos desejam o engrandecimento do Brasil pela instrucção de todos os seus habitantes (O ENSINO, 1922, p. 5).

Palavra emanada da autoridade governamental, reflexo dos ideais educativos do governo, *O Ensino* é apresentada como mecanismo de estímulo e orientação aos docentes. No relatório da inspetoria referente ao ano de 1924, a revista é destacada como uma das medidas da reforma:

A 1º de Janeiro de 1922 foi publicado o primeiro número da Revista do Ensino, orgam da Inspectoria Geral, destinado a estimular e orientar o trabalho dos Snrs. professores.

Até a presente data tem sido regular a sua publicação, tres vezes por anno.

A revista circula em todos os Estados, sendo constantemente solicitada pelos Secretarios de Interior, directores de collegios particulares e professores publicos.

O primeiro numero relativo ao anno de 1924 ainda não foi impresso por motivo da ampliação das officinas da Penitenciaria, onde é editada. Espero, logo que estejam promptas as novas officinas, publicar um numero por trimestre.

O "Ensino" é distribuido gratuitamente a todos os nossos professores e repartições do ensino de todo o Brasil e a quantos se interessam pela sua publicação (MARTINEZ, 1924, p. 107).

Uma publicação oficial, legitimada pela autoridade do órgão que a produzia e com fins explicitamente claros: propagar métodos e processos, indicar medidas de saúde e formação de caráter. De maneira geral, estimular e orientar o trabalho dos professores.

Dentre as peculiaridades da revista, é possível destacar a presença de fotografias entre os artigos, fazendo alusão ao progresso do Estado. O

vocabulário rebuscado pode significar um modelo para os leitores. Outra característica da revista é que, sempre no final de todas elas, existe um último tópico denominado “Coisas Diversas”. Este, por sua vez, traz um giro de notícias sobre a educação no Estado, professores premiados e de destaque por aderirem às práticas modernas ou por aumentarem o número de alfabetizados ou de matrículas.

O referido tópico pontua, ainda, o diálogo de revistas de outros Estados, pedindo cópias de *O Ensino*, comentando sobre a mesma. Podemos considerar isso uma forma que a revista encontrou para legitimar seu discurso, pois coloca em evidência professores que estão obedecendo à proposta reformista no interesse de inspirar os demais e exibe a presença de outros Estados comentando sobre o periódico.

Vemos também outra medida de legitimação por meio dos autores dos artigos publicados na revista. Para bem executar o seu trabalho, *O Ensino* é composta de diversas matérias. Alguns artigos não indicam sua autoria, outros apresentam autores, tais como o próprio inspetor geral de ensino, professores de São Paulo e Mato Grosso, professores e alunos da Escola Normal de Curitiba, inspetor médico-escolar, subinspetores e diretores de escolas e ainda há republicação de discursos do presidente do Estado do Paraná.

O periódico tem, em todos os seus exemplares, capa, seguida do sumário com os títulos dos artigos, seus autores, páginas e, após, encontram-se os artigos. O conteúdo dos artigos é diverso, contudo podemos agrupar a grande maioria deles nas temáticas que envolvem: Os Métodos de Ensino; Os Princípios Educativos; e O Trabalho Docente. Para apreendermos seu conteúdo, subdividimos esta seção nesses três grupos temáticos.

3.1 OS MÉTODOS NA REVISTA *O ENSINO*

Esse agrupamento se justifica porque a metodologia de ensino é conteúdo constante em *O Ensino*. São artigos que mostram as formas de ensinar, que dão exemplos, aulas modelo, propostas de aulas, procedimentos e recursos didáticos para a prática do professor. No Quadro 6 encontramos os artigos que versam sobre essa temática.

Quadro 6 - Artigos da revista *O Ensino* que versam sobre os métodos de ensino.

(continua)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
Como devem ser feitos os ditados	Rubens de Carvalho (Sub-Inspetor do Ensino)	Sem data	5	Ano I, Num I, 1922
O Ensino da Geografia	Suetonio Bittencourt Junior (Diretor do Grupo Escolar de Ponta Grossa)	Sem data	4	Ano I, Num I, 1922
Método Expositivo	Nicolau Meira Angelis (Diretor do Grupo de Tibagy)	Sem data	2	Ano I, Num I, 1922
Pedagogia Prática – Aula dada ao 4º ano do Grupo Escolar “Oliveira Bello” na presença dos professorandos de 1921 em dois dias seguidos	Antônio Carlos Raymundo	Sem data	11	Ano I, Num I, 1922
Psicologia Experimental – Ligeiras Noções	Rubens de Carvalho (Lente de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal)	11/10/1922	6	Ano II, Num I, 1923
O Ensino da História Pátria	Suetonio Bittencourt Júnior	Sem data	3	Ano II, Num I, 1923
Matemática	J. B. Santos Cordilha (Coadjuvante do ensino no Distrito Federal)	Sem data	2	Ano II, Num I, 1923
Pedagogia Prática – Linguagem (a semente do trigo)	César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	7	Ano II, Num I, 1923
Notas sobre o programa de Geografia	Rubens de Carvalho (Diretor da Escola Normal de Cuyabá)	Sem data	6	Ano II, Num II, 1923
Os jogos infantis (Trabalho apresentado por várias alunas da Escola Intermediária da Capital)	Vivina Esmanhoto, Modesta do Rego Barros (nomes que constam nos trabalhos)	Sem data	12	Ano II, Num II, 1923
Jogos Infantis	Lisette Villar de Lucena (Alumna da Escola Intermediária)	23/03/1923	10	Ano III, Num I, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 6 - Artigos da revista *O Ensino* que versam sobre os métodos de ensino.

(conclusão)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
A Festa da Primavera (Lição para creanças)	César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	3	Ano III, Num II, 1924
O Ensino da Linguagem	César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	5	Ano III, Num II, 1924
Metodologia da Matemática – A adição	Aydée Niclevés (Professoranda)	09/10/1924	7	Ano III, Num II, 1924
Como se deve ensinar multiplicação	Aracy Abreu	Sem data	4	Ano III, Num II, 1924
Pedagogia (Conclusões de Alfredo Binet, no seu livro – Ideas Modernas. Traduções de Iracema Espirito Santo)	Iracema E. Santo	Sem data	7	Ano III, Num II, 1924
Metodologia da História	Victoria Del Gaudio Grassi (professoranda)	Sem data	8	Ano III, Num II, 1924
Independência do Brasil (para alumnos do 2º e 3º annos)	Adelaide Mattana Villa (professoranda)	14/10/1924	8	Ano III, Num II, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível agrupar os artigos supracitados da seguinte forma: de orientação didática; de explicação de conteúdos; de apresentação de trabalhos feitos por alunas; de modelos de aulas dadas; de programas de ensino para as séries; e dos que falam sobre a psicologia e a pedagogia.

Sobre os artigos de orientação didática, destacamos o que versa sobre *Como devem ser feitos os dictados*, pelo cuidado do subinspetor em dar orientações após ter percebido, em suas visitas, o uso inadequado da proposta de ditado, algo que, segundo ele, é valioso e que precisa ser feito periodicamente como uma sabatina. No artigo o subinspetor orienta os

professores e comenta sobre a possibilidade de fazerem relações com a raiz da palavra. Pontua sobre o erro, sugere correções e considera que, a partir dessas medidas “os alumnos atenciosos associarão a imagem auditiva às recomendações ouvidas ou, pelo menos, à lembrança de que ella está escripta no quadro negro” (O ENSINO, 1922, p. 28).

Ainda, no artigo sobre *O Ensino de Geographia nas Escolas Primarias*, o autor lança mão da psicologia infantil e do desenvolvimento humano para propor a ação pedagógica. O autor explica que o trabalho deve ser realizado conforme a compreensão da criança. Outrossim, pontua expressões como “do concreto para o abstrato”, “do todo para as partes”, “do todo reduzido para o todo ampliado”, “daquilo que é próximo da criança inicialmente”, “do simples e geral que aumenta conforme as séries”, etc. Sobre a relevância dada à disciplina de geografia, o autor pontua:

Entre os diferentes problemas da educação está a methodisação das materias que devem concorrer para o elucidar dos espiritos. E de todas essas materias temos a Geographia como ensinamento de grande valoridade, pois engrandece o espirito, ampliando a imaginação ao mesmo tempo que faculta e faz melhor gravarem em nossos cerebros os outros conhecimentos, taes como a Historia Universal, Patria e Natural (O ENSINO, 1922, p. 55).

O valor da disciplina de geografia e as orientações dadas para sua preleção exprimem o interesse de criar laços de afetividade pelo país. Em outro trecho do mesmo artigo, o autor assinala:

Como poderá uma criança amar nosso paiz si não o conhece? Que lhe vale conhecer uma unica região, si nem ao menos conhece outra mais pobre para ter a satisfação de que é mais feliz. E' pois do conhecimento geral e circumstancia da nossa geographia que depende a união desse todo amado que se chama Brasil (O ENSINO, 1922, p. 58).

Os trechos apontam para o foco da disciplina que está em se amar o país a partir do momento em que o conhece e se alegrar por pertencer a esta terra.

Sobre o artigo intitulado *O Methodo Expositivo*, o autor orienta que as lições não sejam maçantes, decoradas e longas. Sugere que de início se

explore a curiosidade infantil. Pontua que “a palavra”, que é o ponto principal pelo qual se aprende e ensina, deve ser simples:

Antes de se iniciar a exposição de um assumpto ainda não conhecido da classe, podia-se explorar a curiosidade infantil para depois deitar na intelligencia activa e despertada, conhecimentos que nunca a deixarão. [...] torna-se indispensavel que, através do methodo expositivo, a palavra do mestre solicite a attenção do alumno. Ella poderá interessar a intelligencia do alumno si o mestre tiver os recursos suficientes de linguagem para chegar a este escopo. Assim, cumpre que ella seja simples, leve empolgante, sem ser pomposa e, como o iman, possa então attrahir (O ENSINO, 1922, p. 63).

No que se refere aos artigos de explicação de conteúdos, merecem destaque *Mathematica*, *Methodologia da Mathematica* e *Como se deve ensinar a multiplicação*, por trazer subsídios ao professor e ensinar como explicar ao aluno tais conteúdos. Em *Methodologia da Mathematica*, a professoranda expõe como se deve ensinar adição e enfatiza:

Por isso, tal ensino deve ser objectivo, tanto quanto possivel, racional e graduado. A linguagem do professor não póde deixar de ser comprehensivel; por isso é indispensavel que tenha cuidado de maneira a raciocinar com exactidão (O ENSINO, 1924b, p. 152).

Em outro trecho a autora sugere que o professor realize sondagem inicial da sala para levantamento de conhecimentos prévios dos alunos:

Quando se vae dar a primeira aula de mathematica, deve-se fazer antes um exame criterioso nas creanças, sobre o conhecimento que já têm das quantidades; apresentando-se-lhes diversas cousas,-lapis e palitos, por exemplo, pedirá o professor que lhe tragam 3, 4, 7, 8, 9 10 dessas cousas (O ENSINO, 1924b, p. 152).

Com relação aos artigos que exibem trabalhos feitos por alunas, cabe destaque a *Pedagogia Pratica – Linguagem (A semente do trigo)*, *Os Jogos Infantis (Trabalho apresentado por varias alumnas da Escola Intermediaria da Capital)* e *Jogos Infantis (1924) trabalho feito por uma aluna da Escola Intermediária*, artigos que apresentam possibilidades de recursos para o professor utilizar em sala de aula.

As matérias que trazem modelos de aulas dadas são *Pedagogia Pratica*, *Methodologia da Historia (Descobrimento do Brasil, - Lição para alumnos do 3.º anno)* e *Independencia do Brasil (Para alumnos do 2º e 3º annos)*. São aulas que foram ministradas em turmas e publicadas na revista para servir de modelo aos professores.

Sobre os artigos com programas de ensino para as séries, cabe salientar *O Ensino de Historia Patria* e *Notas sobre o programma de Geographia*, por possibilitar uma diretriz, um plano de conteúdos e objetivos para atingir nas diferentes séries.

Em *O Ensino de Historia Patria* destacamos a orientação dada pelo autor: “A primeira preocupação de um professor deve ser a de conhecer a capacidade assimilatoria de seus alumnos para ter a certeza de qual deve ser o methodo que trará mais vantagens no ensino” (O ENSINO, 1923a, p. 79). Mais uma vez se evidencia a necessidade de se realizar uma sondagem dos conhecimentos prévios. Ao final do artigo, o autor pontua mais uma orientação metodológica que chama a atenção para os cuidados no planejamento das aulas: “Não nos esqueçamos porem, que o ensino desta como de qualquer materia depende do preparo previo das lições, pois não se pode ensinar ao accaso, ainda mesmo que se conheça o assumpto” (O ENSINO, 1923a, p. 81).

No tópico *Notas sobre o programma de Geographia* percebemos sugestões didáticas para o trabalho por meio do método indutivo, do ensino intuitivo e do ensino que parte do que a criança já sabe.

Em todo o ensino, o caminho a seguir deve ser este: passar do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo, do concreto para o abstracto, do presente para o remoto, da observação para as generalizações. [...] O que é simples e facil para o adulto póde ser abstracto e incomprehensivel para a creança. [...] Este é o ensino verdadeiramente proveitoso, aquelle que parte dos conhecimentos que a creança adquiriu pelo exercicio natural dos seus sentidos, e os vae augmentando de novas noções, novas idéas, de novas imagens, de novas concepções (O ENSINO, 1923b, p. 125-126).

Por fim, no que se refere aos artigos que falam sobre a psicologia e a pedagogia, destacamos *Psychologia Experimental* e *Pedagogia (Conclusões de Alfredo Binet, no seu livro – Ideas Modernas. Traduções de Iracema Espirito*

Santo). Ambos trazem uma reflexão sobre o uso das referidas áreas do conhecimento.

Em *Psychologia Experimental* o autor traz elementos da psicologia na ação, pelo que denomina a prática da psicologia como a arte da pedagogia. O autor faz um convite para que sejam percebidas as fases da criança em seu processo de conhecer (de maneira experimental), para que, a partir disso, o professor possa também tomar como parâmetro a atividade que promova/aperfeiçoe intencionalmente o desenvolvimento nas crianças. Assim, pontua sobre a consciência infantil e suas fases (consciente, subconsciente e inconsciente). Estas permitem aumentar a bagagem de conhecimento da criança, ao passo que são estimuladas, produzindo aquilo que ele denomina como inteligência, atividade e sensibilidade, aspectos que são a manifestação da atividade consciente do indivíduo.

No artigo intitulado *Pedagogia* a autora traz uma síntese do livro de Binet e se propõe a iniciar a introdução da pedagogia, tanto a experimental (a antiga pedagogia prática, empírica) quanto a científica (desenvolvida buscando na ciência e na psicologia respostas para o ensino para além da memorização, para a compreensão dos conteúdos). A autora mostra o livro como recurso que possibilita ao professor conhecer a capacidade de memória de cada aluno, podendo, assim, agir de maneira mais assertiva.

Todos os artigos desta subseção nos fazem perceber um *modo de fazer* em circulação no período, um modelo pedagógico e neste caso, de maneira geral, a ênfase recai em um método: o intuitivo. Schelbauer (2005, p. 132), ao pontuar sobre a história da constituição deste método no Brasil, esclarece: “Na segunda metade do século XIX, o método intuitivo, também conhecido como lições de coisas, generalizou-se como o mais adequado à instrução das classes populares” (SCHELBAUER, 2005, p. 132). Nesse sentido, a autora apresenta os debates, as trajetórias e as discussões sobre a introdução do referido método, ainda no período imperial do Brasil, nos contextos internacional, da capital do império e da província de São Paulo. Estas discussões permitem perceber a preocupação do ensino para camadas populares, debate que tem início no período imperial e que avança na Primeira República. Saviani (2013, p. 138) aponta que o método intuitivo

[...] foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX; [...] essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino.

A questão da ineficiência do ensino apontada pelo autor não se restringe apenas aos métodos aplicados para a aprendizagem. Para Valdemarin (2014, p. 86), o assunto é tido como um impasse para o desenvolvimento do capital:

Sua ineficiência é reafirmada imputando-lhe também uma defasagem em relação ao desenvolvimento econômico, que explicaria, inclusive, o alto nível de desemprego e os baixos salários então existentes, uma vez que o trabalho industrial demanda indivíduos letrados e capazes de raciocinar rápida e criativamente.

Diante das exigências capitais os governos consideram que é preciso uma educação que esteja em sintonia com as demandas econômicas e “[...] a chave para desencadear a pretendida renovação é a adoção de um novo método: concreto, racional e ativo, denominado *ensino pelo aspecto, lições de coisas* ou *ensino intuitivo* [...]” (VALDEMARIN, 2014, p. 87).

Saviani (2013, p. 140) aponta este método como o propulsor de diferentes reformas no Brasil:

A pedagogia do método intuitivo manteve-se como referência durante a Primeira República, sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova, que já irá influenciar várias reformas da instrução pública efetivadas no final desta década.

É nesse sentido que o ensino intuitivo se destaca como uma proposta pedagógica alinhada com as necessidades do trabalho. Valdemarin (2014, p. 88) sintetiza-o em dois termos: o “observar” e o “trabalhar”, e explica:

Observar significa progredir da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Trabalhar implica [...] fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas [...]. O trabalho na infância, por sua vez, consiste na expressão de um pensamento, ainda incipiente, por meio das construções reduzidas, feitas com material adequado a essa faixa etária. [...] os jogos com sólidos, cubos, prismas, bastões, tábuas, anéis, mosaicos etc. permitem reproduzir construções, móveis e utensílios familiares aliados ao prazer na aprendizagem (VALDEMARIN, 2014, p. 88).

Por meio deste método os órgãos dos sentidos são percebidos como suportes para a aquisição de conhecimento e as atividades como meios para capacitar o aluno nas futuras atividades produtivas. Valdemarin (2014, p. 100) enfatiza que, embora a aplicação do método possa adquirir inúmeros detalhes, em suma, confluem as seguintes propostas:

[...] a primazia dos sentidos como fonte de conhecimento, e, portanto, como canais de intermediação entre sujeito e objeto a ser conhecido, a necessidade de preparar para o trabalho e de capacitar para a atividade produtiva, em resposta a exigências históricas e concretas, interligando métodos objetivos e produção de objetos, atividades concretas e preparação para o trabalho.

Nesse sentido, trazer ao Paraná um educador paulista experimentado nos modernos e novos métodos, significa a tentativa do estado de apropriar modelos de ensino com a garantia de sua eficácia. A presença de propostas e preceitos pedagógicos do ensino intuitivo em *O Ensino* confirmam o anseio de alinhar os métodos didáticos para atingir os objetivos do projeto moderno e racionalizador de Martinez.

Todas essas nuances possibilitam perceber a metodologia como elemento significativamente presente no impresso. Adiante veremos os princípios educativos existentes na revista.

3.2 OS PRINCÍPIOS EDUCATIVOS NA REVISTA *O ENSINO*

Compreendemos princípios educativos como posicionamentos e anseios explicitados em *O Ensino* para a (con)formação de seus leitores.

Apresentamos três agrupamentos que aparecem com maior evidência nos artigos: saúde e higiene; nacionalização e história pátria/cívica; e ensino moral, trabalho e progresso. Todos os artigos destes agrupamentos desejam formar hábitos por meio da escola.

No que se refere à temática saúde e higiene, percebemos matérias que pontuam sobre a inspeção médico-escolar, assistência dentária escolar e ensino de higiene na escola e nas aulas. O Quadro 7 demonstra esse agrupamento de artigos.

Quadro 7 - Artigos da revista *O Ensino* que versam sobre saúde e higiene.

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
Inspeção médico-escolar (Moléstias e afecções mais comuns nas escolas)	Dr. Mário Gomes (Inspetor Médico-Escolar)	Sem data	4	Ano I, Num I, 1922
Educação Higiênica – O perigo dos Mosquitos	Dr. Luiz Medeiros	Sem data	10	Ano I, Num I, 1922
Higiene da boca	Dr. Mário Gomes (Inspetor Médico Escolar)	Sem data	2	Ano II, Num I, 1923
Higiene da vista	Dr. Mário Gomes	25/03/1923	3	Ano II, Num II, 1923
Assistência Dentária Escolar		Sem data	2	Ano II, Num II, 1923
O Ensino da Higiene na Escola Primária	Meneleu Torres (Diretor da Escola Normal de Ponta Grossa)	Sem data	6	Ano III, Num I, 1924
Triste Caso	Dr. Mário Gomes (Inspector Médico Escolar)	01/1924	3	Ano III, Num I, 1924
Organização Sanitária Escolar pelo Dr. J. P. Fontenelle Do Departamento Nacional de Saúde Pública	Dr. J. P. Fontenelle	Sem data	6	Ano III, Num II, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre *Inspeção Medico-Escolar*, destacamos orientações dadas para as doenças mais comuns vistas na escola: anemias e dermatoses (doenças de pele) – piolhos e sarna. O inspetor médico-escolar adverte os leitores para a

fiscalização e acompanhamento como modo de prevenção, conforme explicitado no artigo: “De modo geral não se deveriam encontrar molestias e affecções nos escolares, quer pelo attestado de saúde a que deviam estar sujeitos por ocasião da matricula, quer pela fiscalisação a que devem ser submetidos posteriormente” (O ENSINO, 1922, p. 31). O autor evidencia a necessidade de uma regular inspeção por parte dos professores.

Com relação à *Assistencia Dentaria Escolar*, salienta-se a criação de um serviço específico de atendimento a escolares na capital do Estado, mantido pelas caixas escolares e também pelo governo.

A Assistencia Dentaria Escolar fundada e instalada nesta Capital, em 13 de Agosto de 1921, por iniciativa particular, vem se desempenhando satisfactoriamente de suas attribuições. É mantida pelas Caixas Escolares, por contribuições mensaes dos Grupos Escolares (O ENSINO, 1923b, p. 183).

Considerada uma importante questão a ser atendida, a saúde bucal é temática que aparece também dentre os artigos relacionados a higiene. Um artigo na edição publicada em janeiro de 1923 já orientava sobre a questão do ensino da *Hygiene da Bocca* na escola e nas aulas, enfatizando a necessidade de prevenir as doenças bucais:

Sempre e cada vez mais se vae comprehendendo e praticando a hygiene, em seus varios ramos e particularidades ; dahi advem toda uma série de beneficios, o menor dos quaes é – evitar as molestias. E evital-as é mais facil que combatel-as, por mais que essa trivial verdade seja diariamente esquecida ou despresada (O ENSINO, 1923a, p. 69).

O texto traz considerações sobre a higiene bucal como forma de evitar doenças. Orienta as formas de limpeza, conservação dental e também explica sobre possíveis afecções bucais que ocorrem com crianças e precauções para evitá-las.

De igual modo, o artigo *Educação Hygienica* evidencia cuidados com a saúde do corpo, trazendo orientações e esclarecimentos sobre o perigo dos mosquitos. O texto informa que o mosquito é o transmissor de doenças terríveis tais como dengue, febre amarela, paludismo, filariose e lepra. Explica sobre o mosquito, suas fases, onde procria e como fazer para evitar os perigos

da água parada em plantações. Pontua também sobre os cuidados que se deve ter para que o mosquito não venha a se tornar uma praga e prejudique a saúde da criança.

Semelhante direcionamento também é visto em a *Hygiene da Vista*. O inspetor médico-escolar publica esta matéria dando orientações, para conhecimento dos professores (e posterior orientação a seus alunos), sobre o cuidado dos olhos.

Dos cinco sentidos é incontestavelmente o da visão o mais precioso, principalmente aos que vivem pelo trabalho mental. [...] Desde os primordios da educação, ha mister conhecer as regras essenciaes da hygiene visual para applical-as emquanto é tempo de evitar as múltiplas molestias e deformações do aparelho da visão (O ENSINO, 1923b, p. 160).

O autor apresenta algumas regras para a leitura e escrita e dá explicações sobre algumas anomalias que podem ocorrer nos olhos na infância e com o passar da infância (exemplos: conjuntivite, miopia, hipermetropia, astigmatismo, etc.), o que revela o cuidado dispensado para questões relacionadas à saúde.

No artigo intitulado *Organização Sanitaria Escolar* também é possível perceber esse cuidado, justificado por seus benefícios ao desenvolvimento da criança e seu pleno aproveitamento escolar.

Cada dia que se passa mais augmenta a impressão da importancia do problema da saude na escola. E' facto já bem verificado que a correcção dos defeitos corporaes (anormalidades da visão e da audição, vegetações adenoides, hypertrophia das amygdalas, carie dentaria, etc.) e a cura de certas doenças como a opilação, por exemplo, permittem a acceleração do crescimento e augmentam o aproveitamento escolar [...]. Por outro lado, está perfeitamente reconhecido o grande valor do ensino das noções elementares de hygiene e a indispensavel necessidade da criação de bons habitos de vida, o mais cedo possivel, esforço esse que póde e deve ser tentado desde a escola, e até, em certos casos, na idade pre-escolar. [...] Nenhum povo poderá ser valido, forte e sadio si, dede a escola primaria, todos os esforços não se conjugarem para o cultivo da saúde individual (O ENSINO, 1924b, p. 141).

A criação de bons hábitos de vida e noções elementares de higiene são vistas como formação que dá suporte para a constituição de um povo forte. O

local para formar este povo é a escola, por meio do ensino ministrado pelos professores. A revista, por sua vez, dá subsídios para moldar as concepções dos mestres.

A matéria *Triste Caso* evidencia nossa afirmação quando o inspetor médico-escolar, Dr. Mário Gomes, narra preocupação com um casal de noivos que vai até seu consultório, ela com um quadro de epilepsia e ele fisicamente fraco. Ao final Mário Gomes apela para que a sociedade e os governantes, em prol do futuro da raça, não permitam o casamento de doentes e degenerados.

Parece-me ter chegado ou já passado o momento em que é preciso por cobro a essas desgraças ; é indispensavel que os responsaveis pelo futuro da raça, os governos, os paes, os medicos, levantem em unisono o clamor que existe latente em todos nós, contra o casamento de enfermos e degenerados ! (O ENSINO, 1924a, p 51).

A partir disso é possível considerar a saúde como princípio educativo e social. Essa fala, direcionada aos professores, molda seus pensamentos para corroborarem a mesma ideia, o que a caracteriza como conteúdo que deseja formar concepções.

O artigo que versa sobre *O ensino da Hygiene na escola primaria* ratifica essa afirmação e coloca a questão higienista como premente para o desenvolvimento do povo.

Examinando as condições ambientes que vem, inflexivelmente, determinando o depauperamento da raça, presente-se o terrivel destino que o futuro nos aguarda, si serias medidas não forem postas em pratica para salvar-nos da gravidade de tal emergencia (O ENSINO, 1924a, p. 69).

Com este apelo o autor aponta para a necessidade de unir esforços para eliminar as consequências trazidas pelas doenças que afligem a sociedade.

E' bem patente que, assim sendo, só quando governados e governantes, num intuito commum, se esforçarem, será possível o expurgo desses grandes males que nos infelicitam. E' preciso notar, porém que a iniciativa individual só se fará sentir quando, da escola, trouxer o homem o habito dos preceitos que a hygiene prescreve. Realmente, nenhuma influencia se exerce tão accentuada na vida do particular como o habito inveterado por uma educação anterior, principalmente a adquirida na infancia. Esta deve ser portanto, systematisada e sadia, para poder integrar no individuo as qualidades moraes e affectivas que o distinguirão como elemento util e bemfazejo na sociedade. Isto, porém, só é possível satisfactoriamente conseguir na escola, porque sómente ahi póde ella ser homogenea e obedecer a uma orientação segura e ordenada (O ENSINO, 1924a, p. 70).

Mais uma vez a escola é apontada como a formadora dos hábitos, aquela que tem o poder de inculcar qualidades morais para fazer do indivíduo um elemento útil para a sociedade. A saúde e a hygiene figuram entre as necessidades formadoras que a escola precisa atender.

Segundo Mai (2003, p. 45), “[...] a imagem de um povo doente, que condenava o país ao atraso, poderia ser recuperada através de ações de hygiene e saneamento [...]”. Esta temática é vista como um problema que precisa ser solucionado para possibilitar o desenvolvimento do país.

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram marcadas por um amplo debate em torno da reconstrução da identidade nacional, em meio à constatação de um quadro sanitário-educacional extremamente precário, tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais. Desencadeou-se um verdadeiro movimento pela saúde e saneamento do Brasil, marcado pela presença da doença como o grande obstáculo a ser superado, articulada fortemente com os temas da natureza, do clima, da raça, dentre outros (MAI, 2003, p. 45).

Carvalho (1989) ressalta que a questão do higienismo é elemento presente nas discussões da década de 1920. Segundo a autora, a massa nacional, presa em seus vícios e doenças, maculava “a assepsia burguesa de que vinham sendo tecidos os sonhos de Progresso na República” (CARVALHO, 1989, p. 20). A promoção de uma “campanha de regeneração nacional pela educação” (CARVALHO, 1989, p. 19) é uma missão a ser executada.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 1989, p. 10).

O discurso de saúde tão presente em *O Ensino* reflete esse movimento de vitalizar pela educação e pela higiene. Defendido pelos entusiastas da educação do período a saúde simboliza uma das tônicas em torno das quais as reformas circulavam na busca da formação e transformação da população sertaneja em elemento útil para a sociedade capital.

Não era possível ao Brasil manter-se no atraso, no obscurantismo e na miséria, quando havia países em que o progresso, o desenvolvimento econômico e social fluíam ‘naturalmente’. Era esse progresso que se almejava para o Brasil. Uma das formas de alcançá-lo era a busca do conhecimento científico como instrumento para contrapor aos males brasileiros (MAI, 2003, p. 56).

Educação e higiene evidenciam *O Ensino* como um lugar de afirmação de ideais e proposições. De acordo com Mai (2003, p. 60-61) “[...] o jornal foi um espaço que propiciou amplo debate público sobre saúde; [...] configurando-se em um importante instrumento de difusão dos ideários em questão”.

Adiante veremos artigos relacionados à nacionalização e história pátria/cívica. Justificamos seu agrupamento em virtude da temática comum em torno do amor à pátria e da formação dos indivíduos nesse sentimento. Destacamos os apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 - Artigos da revista *O Ensino* que versam sobre nacionalização e história pátria/cívica.

(continua)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
Nacionalização das Escolas – “Criança, não verás nenhum país como este. Imita na grandeza a terra em que nasceste”. Olavo Bilac	Henrique Ribeiro (Sub-Inspetor do Ensino)	Sem data	4	Ano I, Num I, 1922

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 8 - Artigos da revista O Ensino que versam sobre nacionalização e história pátria/cívica.

(continua)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
A Princesa Redentora	César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	6	Ano I, Num I, 1922
Pela Unidade da Pátria	Dr. Caetano Munhoz da Rocha (Presidente do Estado do Paraná)	07/09/1922	4	Ano II, Num I, 1923
Uma só Pátria – Uma só bandeira, um só hino	César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	4	Ano II, Num I, 1923
A data Gloriosa – Conferência realizada no Grupo Escolar “Brasílio Machado” pelo eminente historiador patricio, Dr. Ermelino de Leão	Ermelino de Leão	Sem data	6	Ano II, Num I, 1923
Centenário da Bandeira – 1822 – 18 de setembro – 1922	Sem Autor	Sem data	15	Ano II, Num I, 1923
Primeiro Centenário da Independência do Brasil – Discurso pronunciado na Câmara Federal pelo Deputado Dr. Nelson Senna, na sessão de 1º de setembro de 1922	Dr. Nelson Senna (Deputado Federal)	01/09/1922	28	Ano II, Num I, 1923
Canção do Exílio	Gonçalves Dias	07/1843	1	Ano II, Num I, 1923
Os grandes vultos da História - André Vidal de Negreiros	Suetonio Bittencourt Júnior	Sem data	4	Ano II, Num I, 1923
A Constituição Republicana	Sem autor	Sem data	7	Ano II, Num I, 1923

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 8 - Artigos da revista O Ensino que versam sobre nacionalização e história pátria/cívica.

(conclusão)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
Ruy Barbosa – “Os grandes homens sobre humanizam os homens, exaltam a existência, criam espírito, desvendam mistério, tocam no âmago do Ser” Guerra Junqueiro	Levy Saldanha	Sem data	7	Ano II, Num II, 1923
Grandes Vultos da Nossa História – Duque de Caxias	Suetonio Bittencourt Júnior	21/01/1924	10	Ano III, Num I, 1924
A minha terra	Prado Kelly	Sem data	1	Ano III, Num I, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os artigos supracitados podem ser subdivididos em três estilos de texto: os que fazem apelos diretos ao cultivo do espírito patriótico; os que narram fatos sobre a história da nação; e os que utilizam personalidades para levar o leitor a um sentimento nacionalista.

Sobre os que fazem apelos diretos ao cultivo do espírito patriótico, destacamos os artigos: *Nacionalização das Escolas; Pela Unidade da Pátria; Uma só Pátria – Uma só bandeira, um só hino; Festa da Bandeira* e os poemas *Canção do Exílio* e *A Minha Terra*.

Em *Nacionalização das Escolas* o texto evidencia a necessidade de se trabalhar em prol do engrandecimento da nação. Apela para que a escola faça com que a criança ame sua pátria que tão bondosamente a acolheu.

A escola não é senão a Pátria pequenina. E como tal deve conter em si, imponderadas e fecundas, as essências todas do nacional viver, que irradiadas formarão mais tarde, nos amanheceres e crepusculos futuros, as almas nobres e os corações patrióticos (O ENSINO, 1922, p. 59).

Apelo feito com especial dedicação no ano de 1922 em que se comemora o centenário da bandeira e da independência do Brasil. Dessa forma, grande parte dos artigos do referido ano chamam a atenção para o

sentimento nacional. O presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, faz esse pedido em discurso para a Assembleia Legislativa, quando da comemoração do centenário da independência do Brasil, chamando o Estado a não mais olhar para si (hinos e bandeiras do Estado), mas sim olhar para o Brasil como um todo, unindo esforços pela grandeza da nação. O artigo *Pela Unidade da Pátria* reproduz o discurso onde Rocha insiste:

Sim, Senhores, nem bandeiras, nem hymnos de Estados. Que, do Norte ao Sul do Paiz, echoe aos nossos ouvidos, fazendo pulsar inteira a nossa alma, a alma patriótica, a musica, unicamente essa musica maravilhosa que encanta e arrebatá – O Hymno Nacional (O ENSINO, 1923a, p. 3).

Por conseguinte, a revista pontua sobre os eventos ocorridos nas escolas, no Estado e no país em comemoração ao centenário da independência do Brasil e reitera a fala anterior do presidente do Estado em prol da bandeira e do hino da nação, revogando cantar o hino do Paraná e solicitando que em todos os eventos se cantasse um só hino.

Si ha uma bandeira que é secular, que presidiu os nossos actos até o presente e que ha de guiar os nossos destinos, porque outras bandeiras que são apenas regionaes, feitas sem obedecer a um principio, instituidas sem que para isso houvesse uma necessidade? Si ha um hymno que vem do Império, que échoou mil vezes por todas as plagas brasileiras, consagrado pelo entusiasmo que desperta, por que é a voz do passado e do presente, tão bello e tão nosso que a mudança de regimen não conseguiu substituir, porque outros hymnos arranjados mas para satisfazer vaidades e que não assignalam, nem perpetuam factos ou feitos historicos? (O ENSINO, 1923a, p. 6).

O texto conclama todos os Estados a deixarem de lado seus limites e suas regionalidades para pensar no Brasil como um todo, que avança junto para o progresso. Enaltece, assim, o hino e a bandeira como os símbolos que devem inflamar o coração do povo.

De modo semelhante o artigo intitulado *Festa da Bandeira*, ao republicar o discurso de Oswaldo Pilotto para as alunas da Escola Normal Secundária de Curitiba, faz um retrospecto das mudanças ocorridas na bandeira no decorrer da história do Brasil (de colônia à república) e as motivações políticas que

levaram a essas mudanças. O discurso é um convite a adorar, trabalhar e lutar pela pátria, assim como os que por ela lutaram e morreram.

Bandeira sacrosanta da minha querida Patria! Vê, aqui estão as filhas queridas do Brasil que retratas! Ellas te vêm beijar, querida bandeira! [...] Eu te beijo querido symbolo, com todo o meu amor patrio! Eu te beijo, altar da Patria, porque é de ti que recebemos bênçãos divinas! Eu te beijo, porque tu és o nosso amor, a nossa religião, o nosso civismo! Eu te beijo, amada bandeira, porque tu és o nosso Deus! (O ENSINO, 1924a, p. 48).

No olhar para a bandeira como símbolo de amor, de paz, de justiça e de trabalho, há um convite para o trabalho educativo, com principal foco na educação cívica, na ordem e no progresso.

Ademais, os poemas *Canção do Exílio* e *A Minha Terra* trazem um fundo patriótico que corroboram esse apelo pelo nacionalismo. No primeiro, Gonçalves Dias se refere à saudade que tem do Brasil. Em *A Minha Terra* o poema enaltece a pátria, seu céu, sua extensão, seus tesouros e o desejo de adorá-la e defendê-la.

No que se refere aos artigos agrupados por narrarem fatos sobre a história da nação, destacam-se *A Data Gloriosa*; *Centenário da Bandeira*; *Primeiro Centenário da Independência do Brasil*; e *A Constituição Republicana*.

O artigo *A Data Gloriosa* é uma reprodução do discurso de Ermelino de Leão quando de sua participação em uma conferência no Grupo Escolar Brasília Machado. O autor narra resumidamente os feitos heroicos da independência do Brasil, em ocasião do centenário dessa data. Relembra os atos da Coroa portuguesa, das cortes e das assembleias, de D. Pedro e de demais personagens em prol da independência do país. Ao final do discurso, Machado faz um apelo:

Eu vos concito, meninos, a batalhar pela Patria a guerra santa da Paz e do Progresso. Sejam as vossas armas o livro, a enxada, a machina, e das outras só useis em defeza da liberdade e da honra. Preparae-vos pelo saber, pela virtude e pelo trabalho para honrar o nosso grandioso paiz, colosso que se levanta e que assombra o mundo como terra bemdicta da promessa (O ENSINO, 1923a, p. 13).

Semelhante retrospectiva se faz no texto *Centenário da Bandeira*, em que o autor pontua sobre a história da bandeira do Brasil, fazendo cotejamento com a história do próprio país. É uma síntese explicativa, referente a uma matéria publicada no jornal Folha de São Paulo na ocasião da comemoração do centenário da bandeira. Esse texto enfatiza a frase positiva de “Ordem e Progresso” e a influência positivista no contexto de república: “[...] a Republica não podia encontrar melhores luzes do que na religião que se resume na formula: o Amor por princípio, a Ordem por base; o Progresso por fim; [...]” (O ENSINO, 1923a, p. 29).

Ao final do texto, o autor chama a atenção para que todos os Estados cultuem uma só bandeira, rememorando o pedido do presidente do Estado do Paraná, no sentido de que outras bandeiras não concorram junto com a única que deve ser cultuada. Vemos um texto com a intenção de propor e convidar os leitores para o amor a sua pátria e à coletividade nacional.

O artigo *Primeiro Centenário da Independência do Brasil* também desenvolve essa mesma finalidade. É um discurso pronunciado por Nelson Senna (deputado federal) quando da comemoração no mês da independência. Em primeiro momento o texto evidencia vários nomes de pessoas (imigrantes e nacionais que amaram, se dedicaram e fizeram grandes coisas pelo país.

Posteriormente, faz uma narrativa sobre as grandes riquezas do Brasil e seu poder econômico frente a outros países. Pontua também questões relativas ao número de habitantes e imigrantes, representando o tamanho do país frente aos demais. Acrescenta sobre a Proclamação da República e seus grandes feitos como a separação da Igreja do Estado.

O texto faz uma retrospectiva das grandes lutas em favor da pátria, enaltecendo o Brasil como um povo guerreiro, mas pacífico e diplomático, forte por todo o seu poder material inventivo e comercial, que busca incessantemente o desenvolvimento para o progresso e felicidade de sua nação:

Façamos vibrar o nosso pensamento em uma só idéia: a de sempre amarmos e bem servirmos o Brasil, e de torná-lo ainda mais feliz e rico, intensamente povoado e cada vez mais culto e propenso á Ordem e ao Trabalho (O ENSINO, 1923a, p. 67).

Na matéria denominada *A Constituição Republicana*, o autor aponta alguns aspectos da Constituição. Começa explicando a Constituição Política do Império e as influências liberais recebidas de Benjamin Constant. Posteriormente, comenta sobre a proclamação da república dos Estados Unidos do Brasil, onde em 1891 se promulgou a nova Constituição. O texto traz as atribuições e a organização da União e dos Estados federados e suas representações e competências nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esclarece ainda quem são os cidadãos brasileiros, sobre a liberdade de culto religioso, direitos de associação, direitos individuais, direitos de estrangeiros (tais como nacionais, submetidos à lei do país).

Por fim, no que se refere ao agrupamento de artigos que utilizam personalidades para levar o leitor a um sentimento nacionalista, destacamos *A Princesa Redentora*; *Os Grandes Vultos da História - André Vidal de Negreiros*; *Ruy Barbosa*; *Grandes Vultos da Nossa História – Duque de Caxias*; e *Grandes Vultos da Nossa História – Visconde de Cayrú*.

No texto nominado como *A Princesa Redentora*, o autor fala sobre a Princesa Izabel (que havia falecido), enaltecendo as virtudes desta:

A santa princeza que ora succumbe, encarnação viva da mulher brasileira, modelo de rainha, esposa e mãe, tinha pela sua terra natal um amor que só os justos sabem compreender (O ENSINO, 1922, p. 40).

O autor enfatiza Izabel como heroína dos escravos. Conta a história da abolição na luta pelo progresso e das novas formatações que se estavam por vir: a república, a democracia, as novas relações sociais e trabalhistas.

Na matéria intitulada *Os Grandes Vultos da História - André Vidal de Negreiros* o autor faz menção deste personagem que, segundo o texto, lutou lealmente pela pátria e venceu:

Sua coragem civica é um exemplo da robustez de seu caracter. [...] André Vidal de Negreiros relembra a epopéa de um povo, o valor de uma raça, e a grandeza de alma dos filhos daquela Patria que vinha surgindo altiva, e que veio a ser o Brasil (O ENSINO, 1923a, p. 90).

O artigo menciona sua brava e honrosa participação quando da invasão dos holandeses nas províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Busca enaltecer Negreiros como exemplo de cidadão que ama sua pátria, luta por ela e, mesmo diante de perigo, não recua e vai avante pela sua nação.

Outro nome que também é figurado entre os que aparecem como exemplo de nacionalismo na revista é o de *Ruy Barbosa*. Por ocasião de seu falecimento, em 1º de maio de 1923, a inspetoria, rendendo homenagem, publicou a matéria com parte de sua biografia e seu trabalho enquanto homem político e notável lutador pela educação de seu tempo.

O texto *Grandes Vultos da Nossa História – Duque de Caxias* narra a história militar e os feitos deste no período imperial, desde seu nascimento até sua morte. As guerras de que participou, os cargos que ocupou e as condecorações que recebeu. Enaltece-o como símbolo da glória militar do Brasil e um exemplo de patriotismo.

Luiz Alves de Lima e Silva é a representação perfeita de toda a glória militar do Brasil. Sua alma synthetizou toda a sublimidade do patriotismo!... Sua intelligencia brilhou n'um continente como o sol da redempção; sua espada traçou na immensidade do espaço o circulo fulgurante que demarca a grandiosidade militar da Patria Brasileira (O ENSINO, 1924a, p. 17).

Por fim, em *Grandes Vultos da Nossa História – Visconde de Cayrú*, o autor pontua sobre José da Silva Lisboa no período colonial e monárquico do Brasil, conhecido mais tarde como visconde de Cayrú, juiz de nomeada, pessoa culta e de grande valor para o Brasil.

Durante mais de meio seculo foi a existencia do Visconde de Cayrú farta de atividade patriotica e intelligentemente devotada a sua Patria; a nobreza de sentimentos e rectidão de character foram sempre a directriz de sua vida, tanto publica como privada (O ENSINO, 1924b, p.140).

O texto pontua sua biografia, seus estudos, os cargos que ocupou, questões que defendeu, principalmente sobre princípios de direito mercantil, marítimos, economia política e sua influência na publicação da carta régia para a abertura do comércio da colônia a todas as nações amigas. Foi deputado,

escritor, membro de diversas sociedades científicas e comissões e desempenhou, segundo o autor, atividade patriótica e devotada à sua pátria.

Todos os artigos supramencionados tendem a evidenciar, de uma forma ou de outra, o nacional, o cívico e o patriótico. Seja pelo discurso direto apelando para o sentimento e espírito nacional, seja pela retrospectiva da história do Brasil ou pela narrativa da história de grandes homens que lutaram pelo país. Ambos os artigos visam formar seus leitores no princípio educativo da nacionalização.

Este sentimento nacional é uma tônica do período, conforme evidenciado nas seções anteriores. Segundo Carvalho (1989, p. 9), esta era uma dívida republicana que revestia a educação com um novo papel:

[...] tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em *povo*, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação. [...] educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia de elite com autoridade para promovê-los.

Com este foco o objetivo da educação se torna a busca por formar o corpo e a alma dos nacionais, de modo a torná-los úteis para a pátria. Ainda, formar o estrangeiro nos moldes nacionais era salutar para cessar a anarquia das greves operárias por eles promovidas. Era imperioso criar esta cultura patriótica.

Importante salientar que *O Ensino* é entregue a todos os professores do Paraná, inclusive nas escolas de imigrantes estrangeiros. Ao propor artigos com esta temática a revista projeta comportamentos e ações desejáveis. A mensagem se torna um convite para que os povos se reúnam em torno deste amor pela nação, pois a elite dirigente acredita, que somente com o sentimento nacional introjetado, é que os cidadãos irão participar efetivamente da luta pelo progresso de seu país.

No que se refere aos artigos relacionados ao ensino moral, trabalho e progresso, justificamos o agrupamento por perceber nessas matérias um conteúdo formador de conduta e de valores individuais e coletivos. O Quadro 9 evidencia esse grupo de artigos.

Quadro 9 - Artigos da revista *O Ensino* que versam sobre ensino moral, trabalho e progresso.

(continua)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
A vida de um gênio – Beethoven (se a tua dor te aflige, faz dela um poema. Gothe)	Ezequiel Ramos Júnior	Sem data	10	Ano I, Num I, 1922
Que plantamos, quando uma árvore plantamos?	René Barreto	Sem data	1	Ano II, Num I, 1923
Autoridade e Educação	João Lourenço Rodrigues (Diretor da Escola Profissional Feminina de São Paulo)	Sem data	6	Ano II, Num I, 1923
Um gesto nobre	Lopes Trovão	Sem data	4	Ano II, Num I, 1923
As alegrias do trabalho (Discurso pronunciado pelo professor João Lourenço Rodrigues, Diretor da Escola Profissional Feminina de São Paulo)	João Lourenço Rodrigues (Diretor da Escola Profissional Feminina de São Paulo)	Sem data	7	Ano II, Num II, 1923
Método prático para organizar um núcleo de escoteiros (Instruções Provisórias)	Tenente Aristóteles Xavier (Instrutor Técnico)	Sem data	3	Ano II, Num II, 1923
Um administrador exemplar (Do livro “Vida Escolar”)		Sem data	3	Ano II, Num II, 1923
Pensamentos e máximas		Sem data	2	Ano II, Num II, 1923
Lôbinhos e Bruninhas	Aristóteles Xavier (Instrutor técnico dos escoteiros)	Sem data	7	Ano III, Num I, 1924
Sentenças e Máximas Moraes de La Rochefocauld		Sem data	3	Ano III, Num I, 1924
Um administrador exemplar	(Do livro Vida Escolar – no Prelo)	Sem data	5	Ano III, Num II, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 9 - Artigos da revista O Ensino que versam sobre ensino moral, trabalho e progresso.

(conclusão)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
A superstição do Caboclo	L. S.	25/10/1924	9	Ano III, Num II, 1924
Respeitemos a vida	Dr. Mário Gomes	Sem data	4	Ano III, Num II, 1924
Fábula de La Fontaine		Sem data	5	Ano III, Num II, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre *A vida de um gênio*, o autor narra a história de Beethoven, músico acometido de muitas doenças, mas que fez muito sucesso e que venceu, embora tivesse diversos problemas de saúde e, de acordo com o texto, fosse pobre. O texto mostra que se pode usar a dor como base para ser melhor, que esta não impede e não pode impedir de ser o que se quer, se de fato se quiser.

A matéria intitulada *Que plantamos, quando uma árvore plantamos?* é um poema e tem por fundo mostrar a árvore como símbolo do progresso, da construção, da produção de material. Evidencia que, ao se plantar uma árvore, planta-se na verdade o progresso.

No artigo *Autoridade e Educação* o autor pontua sobre a autoridade e a disciplina dentro da sala de aula, autoridade exercida na escola e que serve de padrão para a vida dos aprendizes que são futuros cidadãos e trabalhadores.

E' preciso portanto, é indispensavel que os nossos discipulos de hoje, que serão os membros da sociedade de amanhã, chefes de família e donas de casa, patrões ou administradores, é indispensavel, repito, que elles achem na lição dos seus mestres e sobretudo no seu exemplo, na sua atitude, no seu modo de ser, o segredo de resolver sem choques a questão do exercício da autoridade [...] A questão da autoridade não deve, pois, ficar circumscripta aos horizontes da vida escolar. Ella deve ter um alcance mais geral, isto é, deve ter a nobre ambição de beneficiar os membros da sociedade de amanhã, que são os nossos alumnos de hoje. [...] A obra da educação é uma obra de persuasão. [...] A unica educação séria é aquella que se realisa mediante experiencia pessoal do educando [...] (O ENSINO, 1923a, p. 15).

O autor enfatiza que a verdadeira educação deve ser a que prepara para a vida. Assim, deve-se desenvolver a moral que vem da disciplina racional que tem em vista desenvolver a alma.

Pontua que exercer autoridade vai além de uma ação, é, acima de tudo, uma preparação, é dominar o conteúdo, pois que, se com competência se ensinar os alunos, com respeito estes tratarão os professores. Enfatiza a importância da devoção do mestre pelos discípulos, do amor dele para com os pequenos. O autor pontua ainda que às vezes é necessário o castigo, mas que, após este, é preciso um olhar amoroso e consciente para o educando. Por fim, enaltece que a justiça também é qualidade do professor, aliada à solidariedade entre todos, à amenidade do trato e à capacidade de tornar o seu ensino interessante.

Em *Um gesto nobre* o autor mostra o grande valor, nobreza e honradez de Lopes Trovão (grande propagandista da república) e traz uma carta em que ele nega a pensão que o Congresso Nacional, por meio de projeto de lei apresentado por Gummercindo Ribas, queria lhe oferecer em homenagem pelos grandes feitos realizados em prol da pátria. Trovão não aceita receber o dinheiro por acreditar que os esforços feitos pela nação devem ser desinteressados de questões particulares e feitos por amor ao país, como algo que cada cidadão deve fazer pelo Brasil.

Consagrei-me á propaganda devotadamente, de accôrdo com os meus ideaes, que visavam principalmente americanizar a nossa Patria, nos moldes mais altos da democracia. Se dahi resultou-nos vantagens, tanto melhor. Por tão pouco não mereço paga (O ENSINO, 1923a, p. 92).

É possível dizer que o texto tenta mostrar o exemplo de um verdadeiro cidadão brasileiro, aquele que não mede esforços pelo seu país e não deseja benefício próprio pelo que faz.

A matéria *As alegrias do trabalho* é um discurso pronunciado na ocasião da formatura da Escola Profissional Feminina de São Paulo. O autor pontua, entre todas as homenagens e agradecimentos, a importância do fazer com excelência o seu trabalho e que, embora muitas vezes não seja notado, precisa ser feito com esmero e dedicação: “O trabalho não implica uma pura questão

de salario, de remuneração. Elle implica, antes de tudo, uma questão de caracter” (O ENSINO, 1923b, p. 121).

Esclarece que o trabalho bem feito (ou quando se cria algo e se vê prosperar) é sinal de alegria. Ainda, coloca que poucas pessoas pensam que o trabalho é algo bom, e explica que existem os que nunca prosperam, os que prosperam às custas dos outros e os que buscam mais prosperidade com menos trabalho. De todos esses casos, o autor orienta que as formandas não se contaminem com maus pensamentos. A sugestão final é que o trabalho trará felicidade: “Não há felicidade onde não ha alegria. Não ha alegria verdadeira onde falta o espirito da abnegação. Não ha melhor escola de abnegação do que o trabalho” (O ENSINO, 1923b, p. 124).

O artigo que versa sobre *Método prático para organizar um núcleo de escoteiros* dá instruções sobre a estrutura organizacional de um grupo de escoteiros e seus cargos. Notifica sobre o exame para a promoção das funções no grupo, conforme assinala.

Virão, successivamente, os postos de sub-chefe e chefe, que tambem dependerão de exame previo, e os de capitão, commandante e brigadeiro que serão preenchidos por merecimento e capacidade comprovada. Será evidentemente de muito alcance que o diretor do estabelecimento, com habilidade, se sirva dessas promoções para o estimulo dos alumnos nos estudos (O ENSINO, 1923b, p. 132).

Percebemos a adoção de critérios de seleção e a hierarquia dos cargos, que devem ser preenchidos por merecimento e capacidade comprovada. O autor enfatiza sobre a importância de o diretor da escola utilizar a promoção do grupo para estímulo dos alunos nos estudos.

Com relação a *Um administrador exemplar*, o autor reconta a história de um homem considerável pelo seu valor e coração. O texto, retirado de um romance intitulado “Os miseráveis”, de Victor Hugo, narra a história de um vigário modesto de bom coração que é promovido a bispo e que, quando toma posse em sua diocese, visita um hospital e, ao ver a precariedade deste por falta de espaço e recursos, ordena a mudança do hospital para a casa que recebera para morar (casa grande e nobre, cheia de salões). O texto deseja

mostrar qualidades de um homem exemplar: bondoso, humilde, modesto, simples, pacificador etc.

O mesmo texto aparece na segunda edição da revista *O Ensino*, publicada em 1924. Com o mesmo título, *Um administrador exemplar*, a revista reproduz a história do vigário. A diferença do texto de 1924 é que este traz no final um último tópico intitulado “Para os bons, até os maus são bons”, em que dá continuidade à história mostrando a ida do vigário para uma cidade longínqua e considerada perigosa por causa dos furtos. Ao final o texto pontua que até os bandidos se converteram e se tornaram bons por verem a bondade do vigário.

Em *Pensamentos e máximas* são trazidas premissas (frases de expressão e reflexão) sobre diversos temas: a importância da primeira infância; de aprender sempre; do sucesso de trabalhar; de combater o mal; dos bons hábitos; do caráter; da consciência; e de ir em busca do bem comum.

No artigo *Lôbinhos e Bruninhas*, o autor traz a lenda moral de Baden-Powell como suporte para criar a classe de aspirantes a escoteiros. A lenda dos Lobinhos consiste na história do menino que foi criado por lobos e suas lições consistiam em prepará-lo para ser ágil e ativo.

Succede o mesmo com um rapaz que queira ser Escoteiro. E' necessario que ele apprenda dos velhos Escoteiros toda a sua agilidade e todos os seus deveres, provando depois as qualidades adquiridas nos jogos e nos exercicios. Como tambem terá que iniciar o seu caminho na vida – os jogos são insufficientes. Si quiser ter bom exito, deverá avançar prudentemente, apprendendo tudo o que lhe possa servir no officio, não importa qual seja, que ele queira abraçar. O seu successo dependerá d'elle proprio e não de seus mestres ou de seus paes (O ENSINO, 1924a, p. 54).

Na lenda das Bruninhas o autor comenta sobre crianças travessas que souberam, por intermédio de sua mãe, a respeito de uma fada que organizava a casa e arrumava a bagunça.

‘Que é Bruninha?’, perguntaram-lhe curiosos. A ‘Bruninha’, respondeu-lhes a mãe, era uma pequenina fada, menina ou menino, que entrava em casa antes que qualquer pessoa se levantasse, para varrer a casa, accender o fogo, tirar agua do poço e apromptar o almoço. Arrumava os quartos, limpava os canteiros de flôres, engraxava as botinas e guardava a roupa que as creanças deixavam no chão, enfim executava utilmente todo o trabalho sem ser vista por quem quer que fosse. Sempre desaparecia quando os moradores da casa em que operava, acordavam. Era um verdadeiro beneficio recebido por todos, que eram felizes por terem os lares alegres e limpos (O ENSINO, 1923a, p. 55).

O texto narra a busca das crianças pela fada Bruninha na floresta e o encontro com um sábio que as orienta a procurá-la no reflexo da água. A moral da história consiste em perceber que as próprias crianças podem ser as Bruninhas que ajudam a organizar e a cuidar da casa.

Em *Sentenças e Máximas Moraes de La Rochefocauuld*, o autor traz frases de efeito para reforçar ideias como do saber ouvir e falar; louvar ao homem mesmo antes de sua morte; de motivar; de elogiar; do cuidado com as paixões; do falar com sabedoria; de pensar grande; da esperança; dos julgamentos; das boas e más companhias; e de conceitos como da importância do trabalho, do esforço, da prudência, da paz, do bom coração, da ambição e da inveja.

No tópico *A superstição do caboclo* o autor narra um conto verídico de uma viagem ao sertão, feita por ocasião de um trabalho de medição de terras, onde, o viajante se dirige ao recôndito sertão do Paraná e encontra no cair da noite um caboclo e tece diálogos com este.

Ao esboçar este conto, fil-o com o intuito de narrar um caso verídico e por mim testemunhado, quando em viagem no sertão. Nelle não ha nada de exaggero. Escusado é dizer que o sertanejo, ignorante, no geral analphabeto, vê em tudo a “manifestação de potencias occultas” e esse estado d’alma, excessivamente mytico, origina a superstição (O ENSINO, 1923b, p. 191).

Em suma, o artigo é uma narrativa da conversa e mostra a ignorância do alfabeto e o estado da alma do sertanejo no que se refere à superstição, pois o texto mostra o quanto o sertanejo é ignorante e, conseqüentemente, supersticioso.

A matéria *Fábula de La Fontaine* é uma coletânea de fábulas que narram histórias e têm um fundo moral. A fábula “O Leão e o Rato” mostra o grande e o pequeno, o poder do grande, mas também a importância do trabalho do pequeno e da gratidão de um para com o outro, do trabalho da paciência e do uso, mais da paciência do que da força. A segunda fábula, “O lobo e a raposa esfomeada”, conta a história da raposa e do lobo, mostra a necessidade de ambos e da fé em acreditar naquilo que se deseja e naquilo que se teme. A última fábula tem por título “O velho, o rapaz e o burro” e mostra que tolice é quem dá ao mundo satisfações.

Com relação a *Respeitemos a vida*, o autor pontua a importância da vida humana e a necessidade de se cultivar a paz e não a guerra. O artigo traz essa reflexão em virtude do ainda não resolvido acordo de paz entre os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial.

Parece realmente incrível que até hoje não se haja chegado a um acordo internacional para resolver as questões entre nacionalidades, sem recorrer ao meio brutal e desumano da guerra! [...] Enquanto não atingirmos esse ideal, essa imperiosa necessidade, é mister que cada mãe, cada professora, os pais e os mestres, todos os responsáveis pela educação da mocidade e pelo futuro da humanidade ; é mister, dizia, o cultivo da bondade, e do amor ao próximo, o horror ao homicídio e com mais razão ao morticínio que é a guerra, seja ela entre nações, entre raças, entre seitas e partidos políticos ; porque a morte é uma só, o único mal inteiramente irremediável que existe (O ENSINO, 1924b, p. 119).

Assim, o texto atenta para a emergência de se buscar o ideal do cultivo da bondade e do amor ao próximo, de horror ao homicídio e ao morticínio, pois a morte é irremediável, e apela para a sugestiva frase cristã “Não Matarás”.

Todos os textos citados evidenciam um olhar para a formação de um caráter dulcificado, agradecido, conformado, obediente às autoridades superiores, de amor ao trabalho e ao progresso e do horror ao atraso e à ignorância.

Mas, por que *O Ensino* evidencia os conteúdos de trabalho, progresso e ensino moral em suas páginas? Carvalho (1989) justifica que estas também são temáticas do período. De acordo com a autora a improdutividade do

cidadão brasileiro fazia com que o tão sonhado progresso fosse um alvo difícil de ser alcançado.

A população liberta que não foi aproveitada no projeto republicano em 1889 agora representa não somente um símbolo do atraso, mas freio para o progresso da nação. Carvalho (1989) aponta que o cidadão nacional pouco contribui para o desenvolvimento das cidades, tornando-se um peso “[...] a consumir as escassas energias do incipiente organismo nacional, retardando perigosamente a marcha do Progresso” (CARVALHO, 1989, p. 19)

Para atender a esta demanda é necessário educar o povo e transformá-lo em nação. Far-se-á isso por meio da “[...] alfabetização e da educação moral e cívica e, por outro lado, de integrar o imigrante estrangeiro” (CARVALHO, 1989, p. 44). Estes temas se tornam constantes nos debates educativos do período e são também evidenciados em *O Ensino*. É nesse sentido que a escola buscava o progresso por meio de suas disciplinas.

3.3 TRABALHO DOCENTE NA REVISTA *O ENSINO*

A temática intitulada “Trabalho Docente” agrupa artigos que informam sobre o andamento da instrução pública no Estado, bem como aqueles que motivam os leitores para a causa educativa. No Quadro 10 evidenciamos as matérias que trazem esses conteúdos.

Quadro 10 - Artigos da revista *O Ensino* que versam sobre o trabalho docente.
(continua)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
O Ensino	Inspetoria Geral de Ensino	01/01/1922	4	Ano I, Num I, 1922
O que o Paraná tem feito nestes últimos 2 anos (Da memória apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo Sr. Inspetor Geral do Ensino.	César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná)	05/10/1921	8	Ano I, Num I, 1922

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 10 - Artigos da revista O Ensino que versam sobre o trabalho docente.
(conclusão)

TÍTULO DA MATÉRIA	AUTOR	DATA	Nº DE PÁG.	EDIÇÃO
Congresso Interestadual de Ensino	Rubens de Carvalho (Sub-Inspector de Ensino)	Sem data	5	Ano I, Num I, 1922
Coisas diversas	Várias Informações	Várias Informações	4	Ano I, Num I, 1922
Coisas diversas	Várias Informações	Várias informações	9	Ano II, Num I, 1923
Pedagogista e educador	César Prieto Martinez (Inspector Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	8	Ano II, Num II, 1923
O Ensino Primário no Paraná (Seu desenvolvimento e causas que concorrem para o seu retardamento)	Fernando Augusto Moreira (Diretor do Instituto Commercial)	15/02/1924	13	Ano III, Num I, 1924
Instrução Popular	Dr. Sebastião Paraná (Lente Cathedrativo do Gymnasio Paranaense)	Sem data	4	Ano III, Num I, 1924
Prof. João Lourenço Rodrigues	César Prieto Martinez (Inspector Geral do Ensino no Estado do Paraná)	Sem data	2	Ano III, Num I, 1924
Coisas Diversas	Várias Informações	Várias Informações	3	Ano III, Num I, 1924
O primeiro centenário do grande educador patricio – O Barão de Macahúbas		Sem data	4	Ano III, Num II, 1924
Coisas Diversas	Várias Informações	Várias Informações	6	Ano III, Num II, 1924

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os artigos supracitados podem ser divididos em dois grupos: os que informam sobre a instrução pública e os que motivam os leitores para a causa educativa.

No que se refere ao grupo dos artigos que informam sobre a instrução pública, podemos citar *O Ensino; O que o Paraná tem feito nestes últimos dois annos; Congresso Interestadual de Ensino; A Instrucção no Paraná; O Ensino Primario no Parana'; Prof. João Lourenço Rodrigues; O Barão de Macahúbas;* e todos os artigos intitulados *Cousas Diversas*.

O conteúdo desses artigos é diverso. A grande maioria presta esclarecimentos sobre o número de matrículas e as medidas tomadas pelo governo para sanar o problema do analfabetismo. Ainda, é possível perceber os que versam sobre professores e os homenageiam. Por fim, cabe ressaltar os artigos intitulados por *Cousas Diversas*. Estes correspondem a uma espécie de noticiário que pontua orientações e destaca atividades realizadas por escolas durante o período anterior ao da publicação da referida edição da revista. É possível perceber em *Cousas Diversas* um espaço de divulgação das ações escolares do Estado. Destacamos nas linhas que seguem cada artigo pertencente a este grupo.

O artigo *O Ensino* é a matéria que abre a primeira edição de *O Ensino*. Trata-se de uma espécie de editorial em que se justifica a criação da revista e se pontua sobre sua missão na disseminação dos ideais educativos entre os professores. Em poucos meses de trabalho Martinez enfatiza muitas mudanças, não somente sobre os métodos, mas também sobre a orientação pela qual a escola se deve guiar. Ratifica que o êxito da escola não está apenas na quantidade de escolas ou no valor dos programas de ensino, mas do espírito que anima seu funcionamento.

Nos dias que correm nota-se, com grande prazer, o sopro que anima o interesse de todas as classes pela lucta contra o analphabetismo, o maior dos nossos males. E' um indicio seguro de que desejamos trilhar o verdadeiro caminho que nos ha de conduzir fatalmente a todos os surtos do progresso e que ha de fortalecer cada vez mais os laços da nossa nacionalidade (O ENSINO, 1922, p. 5).

O artigo enaltece *O Ensino* e justifica sua criação pelo fato de ser o meio de “[...] difusão das ideias salutaras que devem germinar no meio dos professores” (O ENSINO, 1922, p. 5). A missão da revista é o ensino para engrandecer a nação e seus habitantes na luta contra o analfabetismo e na condução para o progresso, fortalecendo cada vez mais os laços de nacionalidade.

O artigo posterior ao supracitado é *O que o Paraná tem feito nestes últimos dois anos*. O texto é um resumo dos relatórios apresentados por Martinez referente aos seus dois anos de atuação no Paraná.

O que o Governo do Paraná tem feito nestes últimos dois anos é um grande passo para a disseminação do alfabeto em todo o seu território. Dentro dos recursos orçamentários o Governo está conseguindo que o ensino público primário tome um impulso considerável e, nesse prosseguimento, chegará dentro em breve a extinguir o analfabetismo até nas zonas de população menos densa (O ENSINO, 1922, p. 7).

O autor faz um apanhado de todas as medidas tomadas pela inspetoria, seus gastos, suas conquistas e seus ideais. Discorre sobre as mudanças estruturais nos edifícios dos grupos escolares; a inauguração do grupo escolar modelo e outras dependências; o projeto das Escolas Normais em Ponta Grossa e Paranaguá; as atribuições da inspetoria geral na fiscalização geral, organização de horários e programas, orientação dos métodos, localização das escolas, provimento de materiais, adoção de livros etc.; o uso do recenseamento anual para perceber a população infantil e verificar a necessidade das escolas e lugares onde devem ser instaladas.

A matéria ainda comenta sobre os investimentos na compra de materiais para uso cotidiano nas escolas, sobre a priorização das classes de alfabetização nas escolas, permitindo a promoção de alfabetizados para o 2º ano, deixando no 1º ano somente os não alfabetizados. Enaltece os avanços no que se refere ao regular funcionamento das escolas e comenta sobre a inspeção médico-hospitalar e a da assistência dentária, subsidiada pela criação das caixas escolares. Ao final da matéria o Martinez enfatiza:

Tudo quanto tem feito nestes ultimos dois annos representa um esforço verdadeiramente grande e intelligentemente encaminhado para que os filhos do povo possam receber da sua organização escolar os beneficios que só o alfabeto é capaz de produzir (O ENSINO, 1922, p. 13).

Sobre *Congresso Interestadual de Ensino*⁸, o autor pontua sobre o importante congresso em nível nacional como oportunidade para refletir sobre a importância da instrução pública.

Começam de congregar-se em torno do problema sempre e agora mais que nunca palpitante e opportuno da instrução primaria os poderes constituídos e as energias pensantes do paiz. E' manifestação louvavel quanto significativa desse despertar de iniciativas, em pról do problema que mais profundamente affecta os interesses vitaes da nacionalidade [...] (O ENSINO, 1922, p. 76).

O texto comenta que muito se tem discutido sobre colocar a instrução como obrigatória e que, na opinião do autor, não seja executável essa possibilidade, haja vista que não existem escolas suficientes.

Importante lembrar aqui o posicionamento de Martinez que defende em seus relatórios que não é da obrigatoriedade que se precisa, mas da regularidade das escolas.

O autor do artigo assinala que, dentre as muitas coisas destacadas no congresso, duas são de importância significativa: a de a União prestar auxílio financeiro aos Estados e a proibição do ensino de língua estrangeira para crianças menores de dez anos.

Outro alerta feito pelo autor é para que os investimentos recebidos do governo federal não sejam desperdiçados com a criação de cargos públicos para inspecionar as aplicações dos recursos, haja vista que isso traz mais gastos e, assim, perde-se o foco do que é de fato o ponto central da questão. Aponta que no Paraná as escolas subvencionadas pela União são supridas

⁸ O *Congresso Interestadual de Ensino* reveste-se de grande importância para a instrução pública no período, pois é caracterizado como a “[...] primeira iniciativa, no período republicano, em nível federal, para a realização de uma conferência, em 1921, que pretendia discutir e propor para o campo educacional em nível nacional [...]” (HOELLER, 2014, p. 26). Após este evento ocorre uma série de outras conferências que marcam a década de 1920. Sobre elas cabe destaque o trabalho de doutorado de Solange Aparecida de Oliveira Hoeller, intitulado: “As Conferências Educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 – Brasil”.

convenientemente e o dinheiro gasto com responsabilidade, pelo que também em nível estadual enfatiza que a inspetoria faz um excelente trabalho com poucas pessoas à frente da inspeção e, inclusive, outras que nem recebem para tal fim e o fazem de maneira voluntariosa.

A *Instrução no Paraná* é um recorte da mensagem de governo do presidente do Estado referente ao ano de 1922. O documento caracteriza o aparelho escolar pela presteza de seu funcionamento, evidenciando as escolas públicas do Paraná como um lugar que mais de 1/3 da população infantil de sete a 12 anos e mais de 1.000 adultos, operários e soldados frequentam, preparando-se para o futuro da nação.

O que caracteriza e distingue o actual aparelho escolar é a presteza de seu funcionamento; desse modo tem o Governo absoluta certeza de que as escolas funcionam e ensinam. O numero dos que aprendem as primeiras letras é já consideravel e nesse caminhar alcançar-se-á dentro em breve logar saliente na escala dos demais Estados que porfiam em conquistar o primeiro posto na lucta engrandecedora da instrucção popular (O ENSINO, 1923b, p. 163).

A matéria evidencia a luta contra o analfabetismo por meio da intensificação do ensino de maneira eficaz e prática, não abandonando o sertão, mas ratificando que, na impossibilidade de levar a todos uma instrução integral, ensinam-se a leitura e a escrita. Pontua sobre a formação do professorado pela Escola Normal e sobre a inspetoria como órgão dirigente e fiscal para fazer funcionar e cobrar o máximo aproveitamento no quesito de interesse, a alfabetização. Apresenta dados sobre o número de matrículas das crianças, pondera a respeito do mobiliário escolar, da importância da educação física, da inspeção médica, da assistência dentária, comenta sobre os professores premiados que foram homenageados de forma especial no final do ano de 1921, informa sobre a Escola Normal que está em edifício próprio, fornece dados sobre o instituto comercial e a escola profissional, do ginásio paranaense, dos exames de reservistas, do concurso de tiro, da inspeção federal, da biblioteca pública e da Universidade do Paraná.

O artigo *O Ensino Primario no Parana'* narra a história do ensino primário no Estado, como se desenvolveu e as causas que concorrem para o seu retardamento. Fala das escolas de fachada (só no nome), da falta de

fiscalização, do fechamento de escolas, da diminuição do valor dos vencimentos dos professores, das idas e vindas de professores de e para outros Estados. Ao final do artigo enfatiza sobre a vinda de Martinez para o Estado e o aumento do número de escolas e grupos, de matrículas, da fiscalização mais rigorosa e dos grandes avanços no Paraná:

Observemos o movimento de matricula nos annos anteriores á sua administração; observemos o salto que houve na matricula entre as administrações anteriores e a sua, e veremos que no primeiro anno de sua gestão, a matricula quasi duplicou, foi de 17.511 a 30.805 e ainda veremos que d'ahi para diante a ascensão foi sempre de alguns milheiros. [...] O Paraná deve ao Snr. Cesar Prieto Martinez um dos maiores e mais sagrados serviços que se póde fazer a um povo: -- a alphabetização de muitos milhares de seus filhos (O ENSINO, 1924a, p.33).

No artigo que versa sobre o *Prof. João Lourenço Rodrigues* a revista rende homenagem ao ex-diretor da instrução pública paulista, que se aposentou, e em *O Barão de Macahúbas* o autor comenta sobre o apelo do deputado Vanderlei Pinho à inspetoria para que se comemorasse, em todas as escolas, o centenário do grande educador “Barão de Macahúbas”, Dr. Abílio de Cézar Borges, propugnador da instrução pública durante o governo monárquico. O texto traz um pouco da biografia do Barão, de sua vida e atividade.

Nos tópicos intitulados *Cousas Diversas* enfatizamos diferentes avisos, tais como orientações sobre datas de retorno de aulas; conselhos úteis aos professores; informes sobre exposições, festas e passeatas promovidas por escolas; homenagens a professores de destaque no Estado e a professores que se aposentaram ou faleceram; relatos sobre inauguração de edifícios de escolas; e notas sobre a passagem de visitantes ilustres pela inspetoria.

Sobre os artigos relacionados à motivação dos leitores para a causa educativa, destacamos *Pedagogista e Educador; Necessidade de constante leitura; Escola Sertaneja; e Instrução Popular*.

Em *Pedagogista e Educador* o autor enaltece a figura do ex-diretor da Escola Normal de São Paulo e ex-diretor geral da instrução pública de São Paulo (por 7 anos), prof. Oscar Thompson. Pontua que há uma diferença entre ser educador e pedagogista: “Nem sempre estas duas palavras se aliam para

adjectivar uma individualidade. Entre o Pedagogista e o Educador ha uma distancia consideravel. O Pedagogista é um doutrinador no terreno facil da theoria. O Educador é um artista e um heróe” (O ENSINO, 1923b, p. 150).

Esclarece que Oscar Thompson é pedagogista e educador, porque realizou com patriotismo sua ação em São Paulo. Ao trazer uma homenagem ao referido professor, o autor estabelece certo ideal de educador a ser seguido.

De modo semelhante o texto *Necessidade da constante leitura* apela para a busca do aperfeiçoamento profissional do professor ao enfatizar a necessidade da leitura.

‘[...]Tenho vinte e cinco annos de pratica, senhor!’ Esta diz Claparède, é a resposta que geralmente dão os velhos professores aos quaes é dirigido qualquer preparo. [...] Estudar é dever de todos os professores que o querem ser, de facto. E além da illustração do espirito, devem elles buscar o aperfeiçoamento profissional. [...] O Professor que não abre um livro é comparavel ao artista que deitasse as ferramentas ao sabor das ferrugens (O ENSINO, 1923b, p. 137).

Assim, a matéria informa que a inspetoria criou uma biblioteca para os professores e, com o intuito de encorajá-los para a leitura de obras pedagógicas, disponibiliza as obras para seu acesso.

Outra matéria que faz apelo à classe dos professores é *A Escola Sertaneja*. O texto escrito em 1923 para os normalistas fala sobre a grande luta em favor da alfabetização e da necessidade da disseminação desta nos lugares mais longínquos, nos sertões onde o sertanejo vive, muitas vezes alheio ao progresso, sendo que ele na verdade é o que há de mais brasileiro.

Lastimo a tua sorte, meu pobre caboclo! Elle é, no entretanto, o elemento mais genuinamente nacional do caldeamento das tres raças e, por sel-o, ninguem mais digno da nossa abnegação, do nosso sacrificio. A nós professores cumpre preparal-o para uma vida melhor [...]. “O sertão brasileiro, dil-o Deotado de Moraes, será eternamente triste, inculto e esteril, emquanto o professor primario para elle não transportar os modernos preceitos das sciencias praticas e das artes uteis. Todo mal, como todo bem de um paiz, vem da escola primaria. E’ na escola popular que devem nascer a tradição agricola e o prestigio do trabalho da roça. [...] Cabe á escola propagar as noções que correspondem ás necessidades sociaes e economicas da população rural [...] (O ENSINO, 1923a, p. 4).

A matéria evidencia o estado do sertanejo e apela às normalistas para a necessidade de ir ao sertão e fazer cumprir a nobre e patriótica missão de ensinar e preparar seus concidadãos para o progresso.

Por fim, no artigo intitulado *Instrução Popular* o autor sinaliza sobre a necessidade e importância do ensino da leitura, da escrita e do cálculo e além disso do ensino profissional, para tornar o indivíduo útil a si e à coletividade. Enaltece as escolas como oficinas de nacionalidade e pondera a respeito do sertão do Brasil com população analfabeta que pouco contribui para a prosperidade do país. Comenta do grande erro, na opinião do autor, que é deixar o serviço da instrução popular para os Estados e que esta deveria ser uma causa de importância nacional. Lembra das demandas já solicitadas ao governo federal pela Liga Nacionalista como a criação de um departamento nacional de educação, fundação de Escolas Normais e criação de escolas primárias. Ao fim, faz uma chamada e um apelo para os professores se empenharem como novos bandeirantes dessa cruzada em prol do desenvolvimento da capacidade das crianças e do povo.

Mestres! 'Sois vós os novos bandeirantes desta nova cruzada, não para desbravardes os nossos fecundos sertões e de lá extrahirdes as preciosas pepitas e os diamantes preciosos, com que aumentaremos a nossa riqueza material, mas para criardes, no espirito das crianças, no cerebro do nosso povo, na alma de nossa raça, a capacidade, a possibilidade, as energias e o civismo com que haveremos de contar para a realização dos nossos destinos' (O ENSINO, 1924a, p. 38).

Verificamos, assim, que os artigos elencados visam sensibilizar o leitor de diferentes formas, seja enaltecendo grandes educadores ou por meio de apelos diretos para lutar pela causa da instrução, fato é que a questão da valorização do trabalho docente está presente nos discursos da revista.

Ademais, no que se refere aos agrupamentos supracitados nas subseções anteriores, percebemos uma tônica nas questões da metodologia de ensino e nos princípios educativos.

Todos esses conteúdos possibilitaram compreendermos as ações e propostas de Martinez de forma relacionada aos elementos do taylorismo. Na seção seguinte apresentamos essas ligações.

4. O PRINCÍPIO RACIONALIZADOR DE MARTINEZ: MANIFESTAÇÕES DO TAYLORISMO NOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO E NA REVISTA O ENSINO

Nesta seção temos o objetivo de relacionar os princípios racionalizadores de Martinez – evidenciados por meio dos relatórios de inspeção e pelos discursos das matérias da revista *O Ensino* – com os elementos da Organização Científica do Trabalho⁹ – OCT –, de Frederick W. Taylor, que estão em circulação no período.

Justificamos este cotejamento por compreendermos que a esfera educativa, assim como as demais instâncias da sociedade¹⁰, são impactadas pelas mudanças nos modos de produção capitalistas¹¹, haja vista que a educação tem se organizado de acordo com as necessidades do capital, adquirindo, assim, uma natureza utilitária desde o século XIX¹².

⁹ Em seu livro *Princípios da Organização Científica*, publicado em 1911, Taylor busca evidenciar, por meio de uma série de exemplos, como o país e as indústrias podem significativamente melhorar em termos de eficiência a sua produção com a administração científica regida por normas, princípios e leis. O estudo apresentado é fruto de experiências realizadas por ele na *Midvale Steel Company* onde trabalhou e, como chefe, realizou testes aplicando o método com o objetivo de aumentar a produção.

¹⁰ Segundo Almeida (2012, p. 4120), “[...] o Taylorismo além de uma forma de organização do trabalho configurou-se num movimento mundial que ultrapassou a organização do trabalho realizado na fábrica, chegando a atingir a organização da vida em sociedade [...]”.

¹¹ Com a transição da economia estática da Idade Média para o capitalismo, o mundo do trabalho e suas relações mudam significativamente. Uma das mudanças a considerar está na primeira Revolução Industrial (1760-1860), que se caracteriza “[...] pelo desenvolvimento e aplicação das máquinas na agricultura e principalmente na indústria” (NETO, 2006, p. 5). O rápido desenvolvimento da indústria demandou uma administração que pudesse superar a improvisação anteriormente realizada nas corporações de ofício, de modo a produzir maior eficiência e produtividade para fazer frente à concorrência do mercado. Essa demanda solicitava mudanças nos modos de produção de mercadorias que antes eram feitos de maneira artesanal, fazendo surgir nas fábricas e indústrias um trabalho cada vez mais fragmentado e mecanizado, “[...] com o objetivo de buscar maior economia de tempo e máximo de produtividade” (SILVA, 2016, p. 199). É nesse contexto que, em fins do século XIX e início do século XX, sob os auspícios do taylorismo, os modos de produção começaram a ser organizados com base na busca pelo aumento da eficiência por meio de regras detalhadas de atuação no trabalho e de um tempo estabelecido para sua execução, o que ficou caracterizado como Organização Científica do Trabalho.

¹² Heloani (1994, p. 42) afirma que “Os anos 20 assistiam à consolidação do taylorismo nos Estados Unidos e na Europa. Para os interesses do capital, essa consolidação se dá ao apresentar a OCT (Organização Científica do Trabalho) como capaz de fornecer o progresso social pela introdução de inovações técnicas”.

A escola absorve, pelas características do taylorismo¹³, um modelo de organização baseado na “[...] dinâmica da fragmentação de ações, controle do tempo, especializações, supervisão, etc.” (ALMEIDA, 2012, p.4118). Com as influências do taylorismo, a organização escolar passa a ser gerenciada com base na ciência e no planejamento, substituindo o empirismo e a improvisação¹⁴. A empresa/escola agora “[...] é comparada com uma máquina, que segue um projeto pré-definido” (NETO, 2006, p.7).

As salas são linhas de produção em que os alunos/produtos são colocados de maneira uniforme para se formatarem de acordo com as exigências do mercado.

Os professores, agora convertidos em empregados da empresa, são ensinados na forma eficiente¹⁵ de formar alunos por meio de programas a seguir que garantem a eficácia de seus métodos. A atividade dos professores é a formação para o trabalho que garantirá o sucesso do país e, para atingir tal fim, são propostas gratificações que estimulem o compromisso do docente com a alfabetização.

O trabalho pedagógico é acompanhado e supervisionado pela gerência escolar e ou departamento específico que controla e administra a empresa/escola. Os inspetores fazem parte da gestão da educação e acompanham, supervisionam, animam e orientam o trabalho dos

¹³ De acordo com o Novo Dicionário de Economia, taylorismo é um “Conjunto das teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamento pelo desempenho do operário (prêmios e remuneração extras conforme o número de peças produzidas). O sistema foi muito aplicado nas medidas de racionalização e controle do trabalho fabril, mas também criticado pelo movimento sindical, que o acusou de intensificar a exploração do trabalhador e de desumanizá-lo, na medida em que procura automatizar seus movimentos” (SANDRONI, 1994, p.345).

¹⁴ O taylorismo propõe a substituição dos métodos empíricos, realizados pelos operários, para um método científico, planejado e acompanhado pela gerência. Seu trabalho foi caracterizado pela atividade denominada “tempos e movimentos” por levar em consideração o tempo e o movimento que os empregados levam para produzir algo. Ao serem submetidos à rigorosa análise científica, os funcionários podem ser ajustados para possibilitar ainda mais produção em menos tempo.

¹⁵ Sobre isso, Silva (2016, p.199) assinala: “O *Taylorismo* se apoia no conceito da eficiência como um dos principais critérios de avaliação dos processos produtivos. Faz uso da competição entre os trabalhadores, nos setores de execução das etapas do trabalho, utilizando instrumentos de gratificações e promoções. [...] Foi no âmbito do método *taylorista* de controle sobre o trabalho que se propôs: (a) a separação entre o planejamento do trabalho e a sua execução, de forma a possibilitar que o planejador controle cada fase do processo do trabalhador que executa a tarefa; (b) a gerência que controla todas as etapas de execução, impondo ao trabalhador a maneira como a tarefa deverá ser realizada; (c) o treinamento para executar as tarefas”.

funcionários/professores, para tanto, aplicam diferentes avaliações para verificar o cumprimento das metas estabelecidas. Os resultados são mensurados por parâmetros quantitativos, daí a importância desses exames.

Entre gerência educacional e professores ocorre a divisão do trabalho de Taylor¹⁶: de um lado a gestão da educação se responsabiliza pelo planejamento das atividades, uniformização de métodos, livros e horários, de modo que o momento escolar seja o mais produtivo possível em atingir o fim desejado; do outro lado, os professores executam as tarefas pré-determinadas pelos gestores para, posteriormente, receberem os louros pelo seu trabalho.

De outra forma, podemos perceber o ensino e a influência do taylorismo. Carvalho (1997, p.129) destaca a presença deste nos discursos educativos da década de 1920: “O tema da *organização do trabalho* freqüentemente conotava processos tayloristas de racionalização do trabalho industrial. Propunha-se que a escola organizasse a atividade do aluno em moldes fabris [...]”.

Em 1923, Afrânio Peixoto, no livro *Ensinar a Ensinar* aponta o taylorismo educativo e os benefícios de sua aplicação. Segundo Peixoto (1923), a adoção do taylorismo se dava por meio da organização dos currículos. Viam-se diferentes disciplinas para meninos e meninas e os diferentes conteúdos visavam garantir a formação específica que se desejava para cada grupo. Outrossim, a formação com o objetivo de prosperidade, defendida por Taylor¹⁷, é evidenciada no aspecto educacional, ao passo que o foco da educação está em garantir a prosperidade tanto do indivíduo, quanto da nação como um todo. Para garantir a efetividade dessa proposta, o trabalho educativo se regula de maneira semelhante ao do sistema fabril.

¹⁶ A teoria engendrada por Taylor se destacou por “[...] um trabalho pautado, principalmente, na divisão técnica do trabalho, na especialização, na repetição do movimento e na produção em massa” (ALMEIDA, 2012, p. 4123).

¹⁷ Taylor (1990) enfatiza que o objetivo principal da administração científica é dar o máximo de prosperidade ao patrão e ao empregado. Sobre esse pressuposto é que ele considera a necessidade de se pensar na administração da empresa para que ela se torne mais lucrativa, eliminando todos os gastos dispensáveis.

O trabalho parcelado, aos moldes de Taylor (1990), traduz-se na organização dos conteúdos em disciplinas com extensa grade curricular, e mesmo a organização espacial da sala (cadeiras enfileiradas) lembram uma organização fabril. A imobilidade e as filas desempenham um papel indispensável na alienação do aluno, tornando-o como um operário dócil e submisso sob a ordem de um professor autoritário – exatamente como um chefe de setor industrial - que exige silêncio e rendimento, através de castigos e prêmios, o que também sustenta o sistema vigente, além da burocratização que se implantou com controle de frequência, avaliações internas e externas e documentações (IWASSE *et al.*, 2017, p. 11487).

Os conteúdos de ensino por consequência são agora subordinados às demandas do capital e refletem as necessidades dos modelos de produção das indústrias, o que gera disciplinas com programas direcionados à profissionalização, de aplicabilidade técnica, por isso uma tônica em questões voltadas ao mercado de trabalho. O campo educativo se organiza segundo a lógica da racionalização do trabalho que é vivenciada nas empresas.

Assim, por considerarmos que o sistema educativo é influenciado pelos *modos de fazer* dos meios de produção e por perceber no aparelho educacional paranaense a presença de princípios racionalizadores, programas modernos, planejamento, organização e controle, dentre outros, nos discursos de *O Ensino* e nos relatórios de Martinez é que consideramos que o pensamento taylorista em circulação pode ter sido apropriado pelo inspetor e influenciado em suas medidas para a reforma.

Saviani (2013) destaca que esta e outras teorias da administração, no campo da educação, se agrupam em uma tendência pedagógica que mais tarde fica conhecida como a pedagogia tecnicista¹⁸.

Para atingir esse objetivo, subdividimos esta seção em quatro subseções: na primeira destacamos a gestão racionalizadora e a questão da alfabetização em massa; na segunda evidenciamos a divisão do trabalho entre a inspetoria e as escolas; na terceira salientamos as medidas de (con)formação

¹⁸ Saviani (2013, p. 381) define assim a Concepção Pedagógica Tecnicista: “Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico”.

de docentes nos novos métodos científicos de Martinez; e na quarta apontamos as propostas de inspeção e os prêmios para professores.

Utilizamos os relatórios de inspeção e a revista *O Ensino* como fontes para perceber os discursos, propostas e medidas da inspetoria na tentativa de organização da educação no estado do Paraná. Valemo-nos da obra *Princípios da Organização Científica* de Taylor para realizar as relações com a instrução paranaense. Por meio destes documentos é que objetivamos captar na reforma de Martinez os princípios gerais do pensamento taylorista.

4.1 A GESTÃO RACIONALIZADORA DE MARTINEZ E A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO EM MASSA

Nesta subseção objetivamos apresentar algumas evidencias do pensamento e das medidas racionalizadoras de Martinez nos relatórios de inspeção e nos textos publicados em *O Ensino*. Ao mesmo tempo, pretendemos cotejar estes excertos com os princípios da administração científica de Taylor.

Para isso, primeiramente destacamos a irregularidade das licenças dos professores e dos horários das escolas, identificadas por Martinez como questões que impediam um maior rendimento do aparelho educacional. Posteriormente evidenciamos suas propostas e as relacionamos com o taylorismo.

Por meio dos relatórios da Instrução Pública do Paraná, Martinez aponta as licenças fora de época, os professores que não dão aula e que às vezes nem conhecem a turma como causas do insucesso da escola por impossibilitarem a produção esperada de trabalho. Martinez (1920, p. 6) afirma:

Já é um habito enraigado faltar ás aulas aquelle que tem a incumbencia de formar o espirito e o coração de seus alumnos. Por qualquer motivo ou memo sem motivo o professor, semanalmente, deixa de lecionar, dando de tempos em tempos uma fugida para visitar os parentes ou para assistir ás festas de sua devoção, sem se falar na interrupção dos trabalhos antes da hora regulamentar. Um outro habito de resultados prejudiciaes é o que se refere ás constantes licenças, as mais das vezes prorogadas, requeridas no inicio dos trabalhos ou no fim do anno; e um outro peor ainda é o das remoções.

No último de seus relatórios, Martinez (1924, p. 15), ao relatar o que existia no Paraná quando de sua chegada, pontua sobre as licenças dadas aos professores:

O regimen das licenças de favor chegava a tornar-se tão commum, a ponto de todos os juizes districtaes, arvorados em inspectores, deferirem os pedidos verbaes, e os requerentes, para evitar maior trabalho, já por sua conta e risco se licenciavam, quantas vezes fosse preciso, por dias, semanas e até por longos mezes. Pessoalmente constatei haver professores que não mais residiam no Estado, apesar de continuarem a receber pelos cofres publicos uma aposentadoria tambem de favor.

Na continuidade dos relatórios, Martinez ressalta perceber, em suas inspeções, escolas nas quais as crianças desconhecem seus professores. As ausências dos professores, o término das aulas antes do horário programado, as licenças e as remoções são vistas por ele como impeditivos do bom funcionamento da escola e, por consequência, variáveis que alteram o resultado final por prejudicarem a produção.

Se relacionarmos as questões sinalizadas por Martinez com o pensamento taylorista perceberemos que Taylor apresenta a ociosidade do trabalhador como uma das causas do insucesso da empresa. Esta improdutividade é destacada por Taylor (1990, p. 26) quando o empregado, “[...] em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do que pode realmente – e produz muito menos do que é capaz”.

Podemos dizer que as ausências dos professores representam a improdutividade à qual Taylor se refere em seu livro, pois, nesse contexto, segundo a visão de Martinez, o professor não emprega todo o seu esforço a fim de produzir o máximo que pode.

Outra relação possível entre a reforma de Martinez e o taylorismo é a reorganização dos horários de aula, tendo em vista que os antes existentes não favoreciam uma produção eficiente na escola. Em relatório apresentado no término de sua gestão, o inspetor, ao falar do que encontrou no Paraná quando chegou ao Estado, relembra a questão dos horários e justifica sua insatisfação:

O horario das 9 ás 14 horas é absurdo, tanto na cidade como na roça, pois aqui como ali a creança deve dispôr de uma parte do dia para ajudar em casa. Entre o levantar e as 9 horas nada pode fazer um escolar; depois das 14 horas, fatigado pelo trabalho e as vezes pela longa caminhada, sem ter comido o sufficiente, que poderia elle fazer? Em algumas escolas talvez na quasi totalidade, permittia-se que, no intervallo, fosse á casa para almoçar. Essa interrupção era, na maioria das vezes, final, pois a creança, por qualquer pretexto, não regressava ao trabalho, ou quando regressava, a professora, allegando cansaço, dava por concluido o dia escolar (MARTINEZ, 1924, p. 16,17).

As expressões “fatigado pelo trabalho” e “allegando cansaço” podem evidenciar, nesse contexto, um alerta de que, desse modo, a escola se torna improdutiva. Em seu livro, Taylor conceitua algo semelhante referindo-se ao momento no horário de trabalho em que o empregado deixa de produzir o máximo que ele pode em virtude do cansaço físico. Chama isso de “Lei da Fadiga”, e salienta:

A lei aplica-se somente aos trabalhos em que é atingido o limite da capacidade do homem pela fadiga. [...] A lei mostra que, para cada um desses movimentos, o trabalhador só pode ficar sob o peso durante certa parte do dia (TAYLOR, 1990, p. 52).

Evidente que Taylor se refere a trabalho pesado e com uso de força física, no entanto, na tentativa de traçar um paralelo das propostas de Martinez com o pensamento taylorista, percebemos que o inspetor levou em consideração os princípios da fadiga.

Em Martinez (1920), a apropriação das ideias dessa lei é vista por meio da reorganização dos horários de aula e dos períodos letivos de modo a colocá-los nos horários e períodos mais produtivos para que o aluno esteja pronto para aprender, tornando, dessa forma, o ensino eficiente. Já no relatório do primeiro ano de trabalho, Martinez (1920, p. 14) salienta essa mudança ao dizer que “[...] foi adoptado em todo o Estado o horario escolar das 12 ás 16½ horas, podendo observar-se o horario das 8 ás 12 todas ás vezes que houver conveniencia para a população infantil, tendo-se sempre em vista as necessidades locais”. A adequação dos períodos de aula possibilitou tornar os horários mais eficientes. No relatório de 1921 é possível ver o professor pontuar sobre essa reorganização.

Quando assumimos a superintendencia geral do ensino não havia programmas officiaes para as escolas isoladas. Pelo menos, jamais encontramos um exemplar em mão dos professores. Da mesma forma não existia um horario e desse modo as aulas, é facil de ajuizar, eram dadas sem obedecer a um plano. Dahi os escassos resultados a que chegavam as escolas. Em agosto de 1920 conseguimos organizar um programma com instrucções resumidas para sua fiel execução e ao mesmo tempo distribuimos um horario semanal com os devidos esclarecimentos (MARTINEZ, 1921, p. 32).

Nesse excerto o inspetor destaca as significativas mudanças que a intervenção da gerência pôde produzir para contribuir com a produção da escola. Chamamos a atenção para a questão dos horários que foram organizados pela inspetoria no sentido de tornar o ensino mais efetivo, ou seja, a mudança possibilitou maior rendimento, tendo em vista que, antes, tanto a distância percorrida nos intervalos entre a casa dos alunos e as escolas quanto os horários postos no meio do dia tornavam a ida para a aula algo inviável, pelo cansaço do aluno e da professora.

Desta forma, no que se refere as medidas racionalizadoras, vemos em Martinez (1920, 1921, 1922, 1924) uma busca pela prosperidade educacional pelo esforço em alfabetizar o maior número de indivíduos em idade escolar com o máximo aproveitamento dos recursos, algo visto por ele como necessário em virtude do momento que o estado paranaense vivia: poucos recursos para investir em educação e uma necessidade de promovê-la em prol do capital.

Esta realidade não é específica do Paraná. Carvalho (1989), pontua sobre o projeto Sampaio Dória na década de 1920 em São Paulo e apresenta a racionalização do aparelho escolar como medida adotada pelo governo paulista para atender a necessidade de alfabetizar o povo: “[...] O sistema escolar era racionalizado de modo a conciliar a alegada exigüidade de recursos financeiros governamentais às metas democráticas de generalização dos benefícios escolares” (CARVALHO, 1989, p. 42). Os recursos limitados para investimentos em educação favorecem a adoção de medidas racionalizadoras.

Se relacionarmos estas propostas com os princípios do pensamento taylorista veremos que em Taylor também há a prática do menor gasto e do

maior lucro como sinônimo de prosperidade. Para ele, isso só se torna possível quando ocorre “[...] menor gasto de esforço humano, combinado com o menor gasto das matérias-primas, com a menor inversão de capital em instalações de máquinas, em edifícios, etc.” (TAYLOR, 1990, p. 26).

Percebemos que, se na educação paranaense do período, a tônica está no uso da técnica e da ciência para a alfabetização em massa, no taylorismo a tônica da teoria está na criação de uma ciência para o aumento na produtividade. Martinez (1924, p.5) afirma que:

Considerando que no Brasil o problema da instrução tem sido descurado e que nos encontramos em um atraso de muitos annos, urge já, sem perda de tempo, cuidar da alphabetização intensa, dentro do prazo maximo de dois annos, pois a creança da roça é logo requisitada para o trabalho do campo e não convem perder a quadra oportuna que a inclina a procurar os bancos escolares para ouvir as lições e manusear os livros. O numero de escolas, porém, não decidirá da nossa sorte exclusivamente mas a eficiencia dessas escolas, isto é, o numero de creanças alphabetizadas todos os annos é que ha de nos tirar desta noute que parece não ter fim, para deixar surgir uma aurora de promessas e de realidades.

Chamamos a atenção, no excerto apresentado, para a variável “Tempo” que é sinalizada por Martinez. Os “Tempos e Movimentos” do método de Taylor se encaixam aqui como uma proposta que pode dar conta da grande demanda, com poucos investimentos e em um curto espaço de tempo, a fim de produzir resultados satisfatórios. Nas palavras de Martinez (1922, p. 30),

Não póde, pois, o professor que alphabetiza, perder um só momento. O tempo é factor principal; aproveitá-lo é o mesmo que garantir o exito completo. Proceder de modo contrario é incorrer em fracasso.

Para a efetivação desse intento, Martinez assenta princípios, estes, por sua vez, semelhantes aos de Taylor.

A experiencia já comprovou que o que se está fazendo é o que nos convem: um aparelho simples, administrado directamente por pessoal tecnico, com mira no interesse colectivo, aproveitando tempo e dinheiro, escolhendo e preferindo os mais habéis, nivelando necessidades, preparando novos paladinos para que se derrame cada vez mais, de dia para dia, a luz bemdita do ensino que germina as intelligencias e abre os corações para Deus (MARTINEZ, 1921, p. 6).

Um “aparelho simples” aqui representa o pensamento taylorista para a prosperidade da empresa, neste caso, a educacional: menor gasto de capital possível com cargos desnecessários, com a construção de edifícios escolares e máximo aproveitamento do número de professores e escolas já existentes. É a racionalização do aparelho educativo na busca pelo máximo aproveitamento do que já se tem.

As outras afirmações encontradas no excerto anterior se identificam com a taylorização, no entanto num primeiro momento nos limitaremos a relacionar o princípio racionalizador, verificado na educação paranaense.

Miguel (2011) aponta para esse princípio ao caracterizar a atuação de Martinez como que pautada na “organização da educação escolar segundo ‘a lógica da organização racionalizadora do trabalho industrial e a valorização do homem como recurso humano para o progresso da Nação” (MIGUEL, 2011, p. 123, grifo nosso).

O excerto grifado mostra que a escola é vista como uma empresa e esta, por sua vez, como uma máquina que produz para atingir determinado fim. Em relatório referente ao ano de 1922, o inspetor coloca a escola como “[...] a officina onde se forma a intelligencia e se propagam as boas idéas” (MARTINEZ, 1922, p. 17). Ao conceber a escola como uma organização administrativa, Martinez (1924, p.13) se coloca como o administrador, ao pontuar: “[...] a minha missão não foi até agora a de simples reorganizador do ensino, mas a de executor dessa reforma e a de administrador de todo o ensino pelo estado” (MARTINEZ, 1924, p. 13). Administrar implica buscar meios para que a empresa em questão se torne produtiva e possa atingir o fim desejado.

É possível percebermos as constantes comparações da escola com uma officina desde o primeiro relatório em que Martinez (1920, p.8) enfatiza: “[...] me

esforço para regularizar o serviço escolar, pautando-o pelo trabalho de uma officina cuja prosperidade está na razão directa do que produz diariamente”. Em *O Ensino* encontramos a comparação entre a escola e uma officina:

Na phase evolutiva por que o mundo atravessa, não basta sómente ensinar a ler, a escrever e contar: é necessario addicionar a essa instrucção rudimentar uma solida educação profissional, capaz de melhorar o individuo e tornal-o util a si e á collectividade. “Educar, diz o Dr. Carneiro Leão, não é ensinar apenas a escrever e a ler. E’ formar, desenvolver e dirigir as aptidões individuaes, melhorando-as, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as ás necessidades da época, ás exigências do momento e do meio”. Nas nações fortes e evoluídas, as escolas são verdadeiras officinas da nacionalidade (O ENSINO, 1924, p. 35-36).

Cabe destaque à ênfase na educação profissional, técnica e utilitária, explicitada na citação anterior, que é característica da taylorização do ensino que relaciona os conteúdos às necessidades do mercado e que pode ser evidenciada por meio dos artigos da revista *O Ensino*, tais como os que versam sobre trabalho, progresso e ensino moral, por exemplo.

Sobre o princípio racionalizador, podemos percebê-lo por meio dos excertos apresentados por Martinez nos relatórios de inspeção. O relatório de 1921 já apresenta alguns resultados da influência do pensamento taylorista nos princípios que o reformador traz ao Paraná:

O Paraná já é um exemplo que deve ser seguido. Sua organização escolar prima pela simplicidade. Os gastos são rigorosamente fiscalizados e tem applicação conveniente. As verbas para tal fim não são excedidas. Basta dizer que com o mesmo dinheiro despendido em 1916, custeamos o mesmo numero de escolas em 1921 e duplicamos a matricula. (MARTINEZ, 1921, p. 13)

A proposta aqui explicitada – organização escolar com o indispensável e rigorosamente fiscalizada – se alinha com os princípios racionalizadores de Taylor (1990, p. 26) que enfatiza que, “[...] em uma palavra, o máximo de prosperidade somente pode existir como resultado do máximo de produção”.

Nesse sentido, maior número de matrículas e menor custo demonstram a efetividade da proposta de um ensino racionalizador, que emprega bem seus

recursos com a intenção de atingir resultados em grande proporção. Para Martinez, racionalizar se apresenta, assim como no taylorismo, a forma eficiente de se gerenciar a indústria, no caso, a escola.

Porque prosperam logo as industrias incipientes e crescem de tal forma que os capitaes se amontoam, as chaminés das machinas se multiplicam num crescendo maravilhoso, como si desejassem tocar o céu e os operarios se acotovelam aos milhares para formarem verdadeiras cidades? E' que, para alcançar essas distancias, a mão de obra economicamente empregada, sem o menor desperdicio e com o maximo aproveitamento, conseguiu armazenar melhorando e activando cada vez mais a producção. Por outro lado não houve despesas superfluas com a creação de cargos de pesado onus e de resultado pratico negativo, nem se consumiram economias na construcção ou compra de apparatus que apenas podiam pezar na columna do *Deve*, nunca na do *Haver*. Porque, então, não devemos fazer o mesmo em relação ao aparelho escolar, encarregado de levar a toda parte o bem e a instrucção, na maior escala e com o maximo proveito? Que vantagem advem para o ensino, da creação de cargos que apenas servem para encher os quadros, de instituições que apenas aproveitam os ricos ou os que desejam seguir cursos superiores? Devemos considerar que o melhor aproveitamento do dinheiro está na maior colheita que pudermos fazer e esta é sem duvida a alfabetização. (MARTINEZ, 1921, p. 10)

O conteúdo da mensagem supracitada está nos pilares de “menor desperdício”, “máximo aproveitamento” e na ausência de “despesas supérfluas”. Ao final do trecho, Martinez conclui que o bom resultado está na maior alfabetização que se puder realizar com os recursos disponíveis. Outro trecho do relatório do inspetor, publicado em 1924, faz menção a esse princípio racionalizador.

Levando-se em conta a parte economica, pois sem dinheiro não se abrem escolas, e considerando-se que os gastos para tão larga empresa não podem ser tirados sinão dos recursos ordinarios, claro está que se impõe como medida basica de toda organização escolar, o menor dispendio possivel para a maior colheita desejavel. Dahi a necessidade de serem reduzidas as despezas com todo e qualquer aparato perfeitamente dispensavel ou adiado, quer em relação às escolas normaes, quer em relação aos grupos e escolas isoladas, tanto no que diz respeito ao corpo administrativo e docente, e da mesma forma no que concerne as construcções escolares, mobiliario, material didactico, etc. O provimento, portanto, em larga escala, de cadeiras em todas as localidades que contam com mais de 80 creanças de 7 a 14 annos, impõe-se para solucionar o grave problema do analphabetismo. E o seu funcionamento, regular, criteriosamente fiscalizado e orientado, deve exigir que o trabalho escolar apresente, no fim de cada anno, o rendimento que compense a despeza com a sua manutenção. E' aqui que está a pedra de toque de toda a questão (MARTINEZ, 1924, p. 6-7).

Na citação anterior aparecem outros elementos próprios do pensamento taylorista como funcionamento regular, fiscalização, organização, resultados que compensem o investimento.

Em um trecho do relatório de 1920, Martinez, ao falar do crescimento de diversos países, defende que

[...] a instrucção popular pode e deve acompanhar essa ascenção, deixando a antiga rotina e lançando mão de outros meios efficazes que chegam a resultados esplendidos com economia de tempo e sem necessidade de gastos excessivos (MARTINEZ, 1920, p.3, grifo nosso).

Aqui a “antiga rotina” pode ser entendida como os meios empíricos pelos quais os professores realizam suas práticas, o que, a seu ver, deveria ser substituído por métodos eficazes que pudessem garantir o maior rendimento com o menor custo.

Por fim, no relatório de 1924, que encerra as atividades de Martinez, seu objetivo racionalizador aparece mais uma vez:

- 1) dar ao aparelho escolar o maior rendimento com o menor gasto possível;
- 2) entregar em mãos de professores, exclusivamente, os destinos do ensino, quer primário quer secundário. (MARTINEZ, 1924, p. 3).

Maior rendimento com menor gasto possível e especialização das funções são pressupostos do taylorismo, evidenciados de maneira frequente nas palavras de Martinez, e expressam a similitude entre suas propostas com esta teoria da administração. Tendo em vista que o analfabetismo, conforme Souza (2012), representava um dos maiores entraves para o progresso, não se poderia perder tempo e, para isso, a adoção da alfabetização em larga escala se tornou a fórmula mais adequada para atender ao fim desejado: o crescimento do capital.

Estas e outras propostas são adotadas com o objetivo de racionalizar o aparelho educativo e torná-lo produtivo. Para isso, vemos de maneira constante os apontamentos e direcionamentos da inspetoria para as escolas e seus professores. Ocorre uma divisão do trabalho entre os que planejam e direcionam as ações (o órgão gestor) e os que as executam (as escolas e os professores). É o que apresentamos na subseção seguinte.

4.2 A DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE A INSPETORIA E AS ESCOLAS

Objetivamos destacar nesta subseção a divisão do trabalho realizada por Martinez, no qual a inspetoria se reveste da função de planejar e direcionar as ações das escolas e dos professores que as executam. Ao mesmo tempo, relacionamos estas propostas com alguns elementos da Organização Científica do Trabalho de Taylor.

Apresentamos o trabalho desenvolvido pela inspetoria na escolha e uniformização dos horários, dos livros didáticos, na reorganização dos espaços, dos mobiliários, na inclusão ou exclusão de disciplinas e conteúdos, na presença de médicos e educadores físicos, bem como nas atividades formativas e nas estratégias usadas para animar os professores. Todos esses exemplos se assemelham o chamado “movimento de cooperação” da teoria taylorista, pois a inspetoria exerce sua parte na relação “direção do ensino

versus professores e escolas” ao determinar e fornecer o que se considera como adequado para o trabalho pedagógico. Nota-se a participação efetiva da inspetoria, como órgão responsável por planejar e dar o direcionamento para as escolas.

Baseei os conceitos expedidos na necessidade primordial de se tornar eficiente a escola, já pelo seu regular funcionamento, já pela conveniente localização, já pela acção fecunda do mestre inspirada na orientação dada pelo orgam central dirigente – a Inspectoria do Ensino (MARTINEZ, 1921, p. 3, grifo nosso).

Inspetoria como órgão dirigente do qual emanam as orientações para o professor. Essa é uma das características mais marcantes a qual se torna possível relacionar as propostas de Martinez com o quarto elemento da OCT que pode ser assim sintetizado:

Divisão eqüitativa do trabalho e responsabilidades entre o operário e a direção. No curso do dia, a direção trabalha lado a lado com os operários, a fim de ajuda-los, encoraja-los e aplinar-lhes o caminho, enquanto no passado, ao contrário, a direção permanecia de lado, proporcionava-lhes pouco auxilio e sobrecarregava-os de quase toda a responsabilidade quanto aos métodos, uso dos instrumentos, velocidade e cooperação (TAYLOR, 1990, p. 67).

Verifica-se que, assim como ocorre na reforma paranaense, no taylorismo ocorre a divisão entre os papéis da equipe gestora e dos funcionários. É nesse sentido que Martinez constantemente supervisiona e analisa dados sobre a realidade e o progresso da educação do Estado, pois, sendo o papel da inspetoria o de direcionar os professores, verificar se está ocorrendo o progresso se torna essencial.

Todos os annos, antes de iniciados os exames, distribuimos aos professores do Estado mappas de movimento annual, em que são pedidos os seguintes dados: a) quanto tempo funcionou a escola durante o anno lectivo; b) no caso de licença, quando foi iniciada e quando reassumiu o exercicio; c) quaes as visitas escolares que recebeu das respectivas autoridades, dia e mez dessas visitas e nome dos funcionarios; d) qual a matricula total do anno e quantos alumnos foram eliminados; e) qual a frequencia média annual; f) quantos alumnos aprenderam a ler, nesse anno. Numa das paginas o professor especifica o mobiliario e material didactico em seu poder (MARTINEZ, 1924, p. 59).

Divisão de tarefas entre inspetoria e professores é uma ação semelhante ao quarto elemento da OCT e que permite considerar mais uma vez que Martinez pode ter se apropriado de princípios da teoria de Taylor.

Destacamos o processo de (con)formação dos docentes paranaenses nos novos métodos de Martinez. Este movimento de adoção de outras práticas sinaliza a divisão do trabalho entre o órgão de administração da instrução pública e os servidores que aderem as orientações. Apresentamos esta relação na subseção seguinte.

4.3 A (CON)FORMAÇÃO DOS DOCENTES NOS NOVOS MÉTODOS CIENTÍFICOS DE MARTINEZ

Nesta subseção defendemos uma relação entre as propostas de Martinez associadas à substituição dos métodos usados pelos professores pelos novos métodos apresentados pela inspetoria e o taylorismo.

Para compreendermos essa relação, esta subseção se divide em duas partes. Na primeira apresentamos as etapas em que Martinez justifica a necessidade de se trocar os *modos de fazer* das escolas por novos e modernos métodos que prometem dar uma maior eficiência ao processo de ensino. Na segunda, destacamos as medidas de (con)formação dos professores nestes novos processos.

4.3.1 Substituição de métodos antigos por novos métodos

Uma das primeiras medidas tomadas pelo inspetor é a de conhecer o trabalho desenvolvido pelas escolas, para a partir disso, tomar medidas adequadas. De acordo com Martinez (1920, p. 5):

Antes de tomar qualquer medida em relação á reforma, tratei de conhecer o que existia e depois de me orientar com segurança, no que fui muito coadjuvado por V. Ex., assentei a directriz que devia servir de ponto de partida para attingir os fins desejados.

Compreender melhor o trabalho que está se realizando nas escolas do Paraná implica em tomar nota de tudo o que se faz paravpropor medidas assertivas em busca da reorganização das tarefas sob novos moldes.

Esta proposta se assemelha ao que Taylor salienta quando pontua sobre a necessidade de se conhecer o processo de trabalho do funcionário na execução de suas tarefas. Segundo o autor, “[...] a ignorância do patrão a respeito dos tempos para realizar os trabalhos auxilia o operário no propósito de diminuir suas possibilidades de produção” (TAYLOR, 1990, p. 30).

A ignorância do órgão gestor com relação ao trabalho de seu funcionário a qual Taylor se refere é um dos fatores que, segundo ele, impede o trabalho de ser eficiente. No entanto, ele afirma que este perigo pode ser evitado “[...] com melhor compreensão do dia de trabalho e sua eficiência [...]” (TAYLOR, 1990, p. 32).

Notamos que, semelhante às orientações de Taylor, Martinez adotou como primeiro passo do processo o ato de conhecer o trabalho para assentar os meios eficazes que garantam o sucesso da atividade desenvolvida. Em outro trecho, Martinez afirma:

Assim como não se póde legislar sem conhecimento das consequencias que advirão de determinadas leis; assim como não se póde diagnosticar sem o concurso de todos os symptomas; assim como não é possível prever sem plena posse das leis que regem os fenômenos, - tambem não é possível organizar ou modificar aparelhos de acção sem a segura compreensão de seus organs. Do mesmo modo não se póde aquilatar do valor de uma organização sinão pelo valor de seus resultados (MARTINEZ, 1921, p. 8).

A ênfase dada em conhecer a realidade da educação paranaense é evidenciada em diversos relatórios, muitos dos quais novamente o inspetor coloca a escola como uma empresa.

Nenhuma empresa a meu ver, é mais complicada, e por isso mesmo mais delicada, do que o ensino publico primario. Quem a dirige não póde ignorar os seus mais insignificantes detalhes. Em primeiro logar tem de saber a localização de todas as sédes escolares, a população que ahi reside, suas condições economico-sociaes, uzos e costumes, recursos, meios de comunicação, distancia dos centros mais proximos, clima, etc. Todas as vezes que se tratar desse logar para e pedir ou reclamar uma medida, é indispensavel que o chefe do ensino conheça todos os dados para agir com certeza. Em segundo logar deve conhecer as condições da escola: si funciona em predio confortavel, si o professor ahi reside, ou si reside fora, si tem mobiliario, si é frequentada, etc. Em terceiro logar não pode ignorar quem é o professor que ahi lecciona nem qual a sua capacidade de trabalho, suas relações com a população, dirigentes, etc. e emfim, tudo que diz respeito a sua pessoa, que como funcionario quer como cidadão. Ao par de todos esses dados, preciosos e indispensaveis, saberá por certo agir com criterio todas as vezes que tiver necessidade de intervir em relação á vida escolar. (MARTINEZ, 1920, p. 10-11)

Para não ficar alheio às situações que concorriam para o fracasso da escola, Martinez, semelhante ao pensamento taylorista, realiza minuciosa observação de todos os detalhes, a fim de que, diante das demandas que chegam até a inspetoria, possa dar orientações com conhecimento da realidade e segundo um critério lógico-científico. Nas palavras do inspetor,

Comecei pelo exame diario e ininterrupto de todos os papeis relativos aos grupos e escolas isoladas [...]. Constatadas as irregularidades, ordeno o encaminhamento de officios, com instrucções especiaes [...] (MARTINEZ, 1920, p. 8).

E comenta: “[...] nas escolas isoladas cada professora guiava-se como bem entendia e dava a materia que mais facil e commoda lhe parecia” (MARTINEZ, 1920, p. 14).

Essas percepções permitem que Martinez chegue à seguinte conclusão: “Si temos analphabetos é porque não temos escolas e si temos escolas nada fazem, no geral, porque funcionam com tamanha irregularidade que não lhes é possível produzir” (MARTINEZ, 1920, p. 7). De acordo com Taylor, perceber

a ineficiência da empresa, neste caso, da escola, só é possível por meio dessa análise do trabalho realizado, com a qual se chega a uma conclusão do estágio em que a empresa, e esta no caso a educacional, se encontra.

Por fim, no relatório de 1924 o autor ratifica a importância desse primeiro passo para agir com assertividade: “A linguagem das estatísticas é por força plena de lógica. Com os algarismos sobre a mesa, pôde um administrador discutir sem receio de contestação” (MARTINEZ, 1924, p. 70).

Todos esses cuidados permitiram que Martinez conhecesse o que se realizava no Paraná e fizesse uma análise do panorama educacional para, assim, adotar novas medidas ou organizá-las de forma conveniente.

Por meio deste processo podemos ver a troca dos *modos de fazer* e do empirismo do professor no labor que realiza pelo uso da ciência e da técnica estudada e repassada por meio de instruções dadas pela inspetoria.

Destacamos novamente aqui a presença da já citada divisão do trabalho entre a gerência educacional e as escolas e professores. Taylor (1990, p. 29) enfatiza que a “[...] ignorância dos administradores sobre o tempo necessário para execução de serviços” é um impeditivo para o aumento na produção. Por geralmente desconhecerem a realidade das escolas ou por não acompanharem o processo de alfabetização realizado pelos professores, as diretorias de educação tendiam a deixar a cargo destes a tarefa de pensar sobre a melhor forma de se ensinar.

Porém, se a inspetoria soubesse, por meios científicos, como de fato os professores podem tornar seu trabalho mais eficaz, mais assertivas seriam as ações dos docentes. Semelhantemente vemos em Taylor a defesa da ideia da participação da gerência no acompanhamento do trabalho, pois, além de evitar a ociosidade do professor e a utilização de métodos ineficazes, gera cooperação amistosa, íntima e pessoal entre a inspetoria e o docente.

Outro ponto que mostra a relevância da participação da inspetoria é o fato de que a

[...] ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada que o operário, ainda mais competente, é incapaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por capacidade mental insuficiente (TAYLOR, 1990, p. 34).

Significa dizer que os professores, em virtude de inúmeras dificuldades e limitações, não conseguem desenvolver a ciência de suas ações e por isso a inspetoria é que tem o dever de incrementar e orientar seus docentes de acordo com métodos mais eficazes.

Ao compreender as necessidades e lacunas que precisavam ser preenchidas, Martinez assenta estes métodos em lugar dos anteriores, em que propõe:

- a) que as escolas funcionem por periodos nunca inferior a um anno sob a regencia de um mesmo professor;
- b) que as portas se abram e se encerrem dentro de um horario integralmente respeitado;
- c) que ahi se trabalhe com methodo e constancia tendo em vista produzir para prosperar, do mesmo modo que uma officina donde, diariamente, sahe obra feita, de tempos a tempos aperfeiçoada, de maneira a satisfazer, cada vez mais, as exigencias do consumo;
- d) que o mestre dessa officina saiba moldar as intelligencias, não para encher-as, mas para que ellas, por si, se apercebam do que é mais necessario para a vida e de tal modo que, não ignorando os factos, saibam descobrir as causas e as consequencias; [...] (MARTINEZ, 1924, p. 4).

As diretrizes do excerto anterior permitem evidenciar as mudanças realizadas por Martinez após análise da realidade do Estado. As alterações podem ser vistas em diversos momentos nos relatórios, em que ele as torna explícitas:

Antigamente o trabalho fatigante das letras, depois a soletração incompreensível e só muito mais tarde a palavra e a sentença. [...] Hoje o segredo dos methodos psicologicos consagraram a nova escola e firmaram novos principios. Não ha intilligencia que não se aperceba do saber em pouco tempo. A leitura que era um espantalho é uma questão de mezes, semanas até. Não se perde tempo: todos os conhecimentos se harmonizam e a sede de aprender sacia os sequiosos (MARTINEZ, 1921, p. 48).

Da mesma forma, analisando o cenário educacional anterior, o reformador promoveu mudanças em horários, livros, dando orientações necessárias para a transição dos critérios individuais de cada professor por novos critérios, estes agora estabelecidos pela inspetoria. É possível ver o

contraste entre o antes e o depois de suas intervenções nos relatórios: “depois... as coisas foram mudando de rumo até que se firmaram no principio que preliminarmente tínhamos estabelecido, ao assumirmos a direcção do ensino: *trabalho constante e actividade productiva*” (MARTINEZ, 1921, p. 41).

As intervenções realizadas pela inspetoria se deram em diversos âmbitos da escola, fossem eles administrativos ou pedagógicos:

[...] não descurei do ensino; procurei dar-lhe a orientação que necessitava, já realizando conferencias, já preleccionando na capital e em outras cidades, já organizando programmas e horarios praticos e de facil execução, já finalmente uniformizando a adoção de livros didacticos (MARTINEZ, 1920, p. 8-9).

Em outro trecho do mesmo relatório, Martinez aponta as medidas que tomou para eliminar o que Taylor denominaria de “Tempos e Movimentos” desnecessários, na busca pela maior produtividade da escola:

[...] organizei um programma muito simples para as escolas isoladas, com instrucções para cada materia e recommendei aos Snrs. professores que cuidassem de preferencia das creanças que não sabiam ler, proibindo ao mesmo tempo que aceitassem alumnos para a 4ª serie (MARTINEZ, 1920, p. 9)

As estratégias de colocar na primeira série somente os que não sabiam ler e de não abrir a quarta série tinham como objetivo dedicar todo o esforço na necessidade central da educação paranaense: elevar o número de alfabetizados. Aumentar esse índice significava tornar a escola mais produtiva e para atingir este objetivo é que novos métodos científicos foram apresentados aos professores.

[...] resolvemos chamar a esta capital os directores de grupos afim de praticarem nos estabelecimentos que melhor se destacam, quer quanto á direcção, quer quanto aos methodos e processos. [...] Desejamos tomar tal medida extensiva aos professores que leccionam a primeira serie, e isso para facilitar a alphabetisação, que é muito lenta pelos antigos methodos officializados. Os professores tanto de escolas isoladas, como de grupos, poderão ensinar a ler e a escrever, dentro de um anno, o que actualmente não acontece [...] (MARTINEZ, 1920, p. 12).

A adesão de novas técnicas representa a proposta de Martinez associada à substituição dos métodos usados pelos professores pelos novos métodos apresentados pela inspetoria. Essa mudança do critério individual para uma ciência é possível de ser visualizada em *O Ensino* (1924), quando, na edição nº 2 de 1924, o artigo “Conclusões de Alfredo Binet no seu livro “Ideias Modernas” mostra aos professores uma proposta para a pedagogia científica (desenvolvida buscando na ciência e na psicologia respostas para o ensino para além da memorização, para a compreensão dos conteúdos).

É possível perceber o autor tenta mostrar a pedagogia científica como a possibilidade de o professor conhecer a capacidade de memória de cada aluno, podendo, assim, agir de maneira mais assertiva. Destaque especial é dado, nessa matéria, à utilização dos termos “Pedagogia Experimental” e “Pedagogia Científica” que, embora sejam termos que estavam em circulação, podem representar aqui, nesse contexto, os métodos científicos apresentados pela inspetoria. A mudança de estratégias é atestada por resultados apresentados pelo inspetor:

[...] grande parte do nosso programma foi executado com os mais auspiciosos resultados, pois alem de removermos as obras que se antepunham á marcha progressiva do ensino, conseguimos implantar novos habitos de trabalho e de energia, de cuja acção muito devemos esperar (MARTINEZ, 1921, p. 3).

A remoção de antigas maneiras de trabalhar e a implementação de novos hábitos sintetizam alguns dos princípios do taylorismo. Os resultados advindos desse trabalho são mensurados estatisticamente por Martinez (1921, p. 5):

Na quasi totalidade dos grupos escolares e em muitas escolas isoladas, porem, os methodos já se firmaram e com tão excellent resultado que as promoções de fim de anno attingiram sempre a mais de 60%, tanto na classe de analphabetos como nas demais séries.

São resultados produtivos, advindos de uma preliminar análise da realidade do trabalho e da adesão de novos critérios estabelecidos pela inspetoria. A porcentagem assinalada por Martinez deseja manifestar a

eficiência de suas propostas para os leitores dos relatórios e evidencia a relação de suas propostas com o taylorismo.

[...] de acordo com leis científicas, que a administração deve planejar e executar muitos dos trabalhos que até agora têm sido encarregados os operários; quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso. E cada homem será instruído diariamente e receberá auxílio cordial de seus superiores, em lugar de ser, de um lado, coagido por seu capataz, ou, em situação oposta, entregue à sua própria inspiração (TAYLOR, 1990, p. 34).

É nesse sentido que nas medidas de Martinez percebemos o planejamento e execução de trabalhos, estes antes eram feitos por professores de forma individual, sendo realizados pela inspetoria, que prepara, após análise, programas e métodos para tornar a escola eficiente. A seguir apresentamos as medidas de Martinez que tem como foco a (con)formação do professor paranaense para desenvolver seu trabalho melhor e rápido.

4.3.2 As medidas de Martinez para a (con)formação dos docentes

Estas medidas estão relacionadas com as ações da inspetoria no que se refere à formação de professores nos novos métodos. Aqui ressaltamos três espaços de formação: a Escola Normal, as palestras dadas pelo inspetor e a revista *O Ensino*. Defendemos a ideia de que estas propostas se alinham com o segundo elemento da OCT que é a “[...] seleção e aperfeiçoamento científico do trabalhador, que é estudado, instruído, treinado e, pode-se dizer, experimentado, em vez de escolher ele os processos e aperfeiçoar-se por acaso” (TAYLOR, 1990, p. 84).

Assim, no que se refere à Escola Normal, percebemos a preferência de Martinez por normalistas, por serem formados em um espaço que é dedicado, especialmente, à preparação científica dos professores. Essa predileção pode ser vista no excerto já destacado anteriormente do relatório de 1924 em que Martinez pontua seus objetivos para com a educação paranaense:

Nenhum interesse material me movia, pois o meu desejo era apenas o de pôr em pratica as idéas que de ha muito eu cultivava e que se resumem no seguinte:

- 1) dar ao aparelho escolar o maior rendimento com o menor gasto possivel;
- 2) entregar em mãos de professores, exclusivamente, os destinos do ensino, quer primario quer secundario (MARTINEZ, 1924, p. 3).

Cabe destaque, na citação anterior, ao item 2, pois, ao passo que mostra o favoritismo do inspetor por professores normalistas, permite que compreendamos por oposição que isso era algo que anteriormente não acontecia, o que deixava o ensino prejudicado no que se refere a sua eficiência, pois, para atender às demandas educativas, o professor era o profissional mais adequado e a sua ausência incorreria em falta no desenvolvimento da educação paranaense. Essa percepção pode ser evidenciada por meio da citação seguinte, em que Martinez, ao falar dos professores e suas categorias, pontua:

Os professores das escolas primarias do Estado pertencem a trez categorias: normalista, effectivos e subvencionados federaes e estadoaes. Os unicos que satisfasem as condições exigidas são os normalistas, por isso mesmo que tem um curso regular e especializado. O magisterio nem por ser preliminar dispensa preparo e largueza de vistas. O programma a cumprir é facil mas para bem cumpril-o é necessario ter um estudo geral e, tanto quanto possivel, completo das materias a ensinar.

Do contrario o ensino ficará truncado e unilateral, o que não se justifica. É o que se dá com as duas ultimas categorias de professores mencionados e o que explica a inegavel superioridade dos normalistas sobre os mesmos.

Alem do que, não se comprehende educador sem sciencia da educação (MARTINEZ, 1920, p. 20).

A especialização dos normalistas na ciência da educação é o que, segundo Martinez, os classifica como ideais para a escola pública e superiores aos demais, sendo eles caracterizados como “os unicos que satisfasem as condições exigidas” (MARTINEZ, 1920, p. 20). Vemos, portanto, a importância dada ao espaço de formação de professores como possibilitador de maior desenvolvimento e eficiência do ensino. Atento a essa questão, Martinez começa a dar aulas na Escola Normal de Curitiba, desde o primeiro ano de sua

estada ao Paraná, em virtude de licença de um professor, o que mostra seu intento em inserir os métodos que desejava inspirar nos professores.

De maneira semelhante, cabe destaque à proposta de Martinez para a abertura de duas novas Escolas Normais (uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá), demonstrando o interesse em fomentar a formação de professores nessas regiões. Sobre a Escola Normal de Paranaguá, ele pontua:

[...] terá a missão de reerguer o nosso caboclo, ensinando-o a defender-se e curar-se das doenças que o anniquillam roubando-lhe a coragem para o trabalho, e armando-o de conhecimentos para melhores proveitos tirar da rendosa industria da pesca e da lavoura que ahi são tão promissoras, mas que permanecem incipientes, com grave prejuizo para a nossa fortuna publica e privada (MARTINEZ, 1924, p. 27).

Formação de professores e conseqüente desenvolvimento econômico regional por meio da capacitação da comunidade. Sobre a Escola Normal, chamamos a atenção para o regulamento criado por Lysimaco Ferreira da Costa e Martinez, evidenciando mais uma vez a tentativa de alinhar a formação de professores com os novos métodos em circulação.

Um aspecto interessante a considerar são os investimentos realizados na separação da Escola Normal de Curitiba do Ginásio Paranaense e a criação do grupo escolar anexo à Escola Normal, que mostram a busca de aperfeiçoamento do trabalhador/professor nos novos moldes estabelecidos pela inspetoria.

Uma das primeiras medidas postas em pratica logo após o inicio da minha gestão, foi a separação do curso da Escola Normal do Gymnasio. [...]
Com a criação do grupo annexo á Escola Normal, conseguimos realizar a pratica pedagogica pelos moldes das escolas paulistas. [...]
Sendo a Escola Normal a base solida de toda reforma racional na instrucção publica primaria, claro é que deve merecer o maximo cuidado por parte dos governos (MARTINEZ, 1920, p. 15-16).

O excerto anterior, retirado do relatório de 1920, atesta as mudanças ocorridas na Escola Normal como uma das primeiras medidas realizadas por Martinez, bem como demonstra a influência das ideias paulistas nas

modificações propostas pela inspetoria. Ainda, é possível notar mais uma vez a predileção pela Escola Normal como instituição basilar para a reforma da instrução pública paranaense.

Outro espaço de formação é o das reuniões e palestras realizadas em Curitiba com o objetivo de prover capacitação continuada a professores em exercício. No trecho que segue, Martinez comenta sobre esses encontros e assinala os assuntos tratados:

No fim do anno foi-nos possivel reunir muitos delles e em diversas palestras abordamos assumptos de valor pratico. Tivemos a oportunidade de expôr: *primeiro*, como se distingue o falso do verdadeiro professor; *segundo*, que é preciso fazer para bem desempenhar o cargo, quer em relação aos fructos do ensino, quer em relação ao governo, escolar, quer em relação á responsabilidade que a cada um pertence perante os seus concidadãos e perante a Patria; *terceiro*, exigencias escolares: sala de aula, distribuição de mobiliario, arejamento, iluminação, asseio, ordem disciplina; *quarto*, distribuição e aproveitamento do tempo, regularidade dos trabalhos, resultados que devem ser alcançados durante o anno; *quinto*, importancia do ensino da geographia: a leitura do mappa, o relevo do solo, dados economicos: producção, exportação, importação, commercio interno e externo (MARTINEZ, 1921, p. 21-22).

Destacamos as orientações que versam sobre “o verdadeiro professor” e as que se referem ao bom desempenho do cargo. Estas explicitam o esforço da inspetoria em aperfeiçoar o trabalhador/professor em exercício sob os novos moldes da educação que a inspetoria desejava imprimir. Nas páginas seguintes do mesmo relatório o inspetor pontua sobre três palestras que proferiu para os professores:

Tive a oportunidade de expor, em tres palestras, tudo quanto penso em relação aos grupos escolares: sua direcção e organização; cuidados relativos á disciplina escolar, conservação do mobiliario e do edificio, hygiene do estabelecimento, regimen de trabalho, etc. Falei sobre a estabilidade dos methods, amplitude dos programmas, escolha de livros, preparo das lições e entusiasmo pelo ensino, base de todo sucesso. Lembrei ainda a conveniencia de se despertar nas creanças o amor pelo trabalho, já apontando exemplos, já lembrando meios (MARTINEZ, 1921, p. 26).

Outros encontros são realizados durante o mandato de Martinez, e *O Ensino* os apresenta em suas páginas quase sempre na seção “Cousas Diversas” em que constam avisos, orientações e informes sobre o ensino. Na primeira edição de 1922 um dos informes tem a seguinte notícia:

REUNIÃO DE DIRECTORES DE GRUPOS

A convite do Snr. Inspector Geral de Ensino, reuniram-se no dia 2 do mez findo todos os directores dos grupos escolares do Estado, com o fim de serem combinadas medidas de ordem administrativa e de orientação pedagogica.

Realisaram-se 4 reuniões, tendo falado sobre assumptos diversos o Snr. Inspector Geral do Ensino.

Dr. Mario Gomes, inspector medico escolar e sub-inspector Rubens de Carvalho. Dentre as muitas medidas combinadas, destacam-se a de se promover a estabilidade e boa applicação dos methodos de ensino aconselhados pela Inspectoria Geral, a de se combater o vicio do fumo e do alcool e a de se empregarem todos os meios possiveis para despertar o amor das creanças pelo trabalho (O ENSINO, 1922, p. 82-83).

Os direcionamentos dados periodicamente pela inspetoria aos diretores manifestam novamente as tentativas de especializar o professor. No excerto destacamos as reuniões dedicadas à promoção dos métodos de ensino, revelando as orientações emanadas da inspetoria para os docentes.

Por fim evidenciamos o periódico *O Ensino*, uma ferramenta utilizada pelo órgão gestor da instrução pública paranaense, este, por sua vez, com os intuitos de disseminar, instruir e animar o professorado nas atividades direcionadas pela repartição técnica. *O Ensino* vem ou ao encontro das necessidades já salientadas pelo inspetor no sentido de expedir mais publicações da área para subsidiar os professores. No relatório de 1921 o inspetor frisa:

E' indispensavel cuidarmos de publicações puramente pedagogicas, onde o professor possa encontrar subsidios destinados a esclarecer methodos e processos, de um modo geral, e especialmente applicados ás diferentes materias dos programmas officiaes (MARTINEZ, 1921, p. 51).

Em atendimento a esses anseios e à necessidade de imprimir novos métodos, abordagens, conteúdos e orientações é que o periódico tem sua primeira edição publicada em 1922 e tem seus exemplares distribuídos para

todos os professores do Estado, com temas e conteúdos de interesse da inspetoria e, por consequência, do capital.

Todos esses espaços de formação citados – Escola Normal, palestras e encontros e *O Ensino* – demonstram a relação existente entre as propostas de Martinez com o segundo elemento da OCT, sendo eles processos de aperfeiçoamento do professor nos direcionamentos científicos emanados da gerência de ensino. Na subseção seguinte vemos as propostas de inspeção de Martinez para verificar e compelir os docentes na adesão dos novos métodos. Observamos a medida de premiação destinada aos professores que conseguiram aumentar o número de alunos alfabetizados e tornar a escola mais eficiente e produtiva.

4.4 AS PROPOSTAS DE INSPEÇÃO E OS PRÊMIOS PARA PROFESSORES

Nesta subseção pretendemos destacar as propostas de inspeção e os prêmios concedidos pela administração aos professores de destaque.

Esta medida pode ser relacionada com o terceiro elemento da OCT, que pode ser resumido pelo princípio de adaptação dos funcionários à ciência de seus trabalhos por meio da ajuda e supervisão constante da administração, que pagará a cada homem bonificações diárias pelo trabalho de fazer depressa e de acordo com as instruções (TAYLOR, 1990).

No que se refere às propostas de inspeção, compreende-se que, para Martinez, não sendo viável deixar a cargo dos próprios professores a espontânea iniciativa para a realização das tarefas nos novos moldes nos quais foram instruídos, fica clara a necessidade premente de acompanhar esse trabalho. Martinez, no relatório de 1920, já aponta esse princípio como necessário:

A inspecção do ensino tem de ser forçosamente o pivot, em torno do qual o aparelho escolar se moverá, afim de concentrar as suas energias. Nenhuma empresa progride sem fiscalização e quem dirige tem de conhecer, como a palma de suas mãos, os homens e as cousas que ahi se congregam diariamente, o que entra e o que sae, o que dá lucros e o que dá prejuízo, tudo que em summa que diz respeito á integridade e progresso do estabelecimento (MARTINEZ, 1920, p. 10)

Cabe destaque novamente à comparação da escola com uma empresa e o emprego da fiscalização como ponto central das atividades da inspetoria. De modo semelhante, Taylor (1990) assinala a necessidade de supervisão constante do trabalho, para que as instruções passadas pela gerência possam estar constantemente sendo observadas pelos trabalhadores. De acordo com ele,

A natureza humana é de tal sorte que muitos operários, abandonados a si mesmos, dispensam pouca atenção às instruções escritas. Assim, torna-se necessário designar instrutores, chamados chefes funcionais, para observar se os trabalhadores entendem e aplicam as instruções (TAYLOR, 1990, p. 90).

É importante salientar que, para Taylor, a questão da supervisão das atividades não se refere à ação de um encarregado que, de maneira assombrosa, exige maior produção dos funcionários, mas sim à cooperação amistosa entre ambos, com o inspetor desempenhando a função de guiar o professor de maneira individual – e não mais de maneira geral – a fim de garantir a prosperidade de todos. Sobre isso, Taylor pontua:

Deixando de lidar com homens, em grandes equipes ou grupos, e passando a considerar cada trabalhador individualmente, entregamos o trabalhador que falha em sua tarefa a instrutor competente para lhe indicar o melhor modo de executar o serviço e para guiá-lo, ajudá-lo e encorajá-lo, bem como estudar suas possibilidades como trabalhador. [...] Tudo isto requer amistosa cooperação da gerência e de sistema ou organização muito mais complicada que o anacrônico agrupamento de homens em grandes equipes (TAYLOR, 1990, p. 58,59).

Verificamos assim que as medidas tomadas por Martinez muito se assemelham com o pensamento de Taylor, pois o inspetor de ensino direciona e acompanha as escolas de maneira individual e amistosa, seja por meio dos ofícios ou pelas visitas dos subinspetores nas escolas.

A fim de conseguir obter melhores resultados quantitativos da produtividade dos professores, tanto para seu acompanhamento, quanto para o direcionamento dos docentes, Martinez destaca os serviços de estatística e outros mecanismos criados, conforme menciona:

[...] exige de cada funcionario fiscal o preenchimento de boletins, um para cada escola, nos quaes se encontra um questionario que por força deve ser respondido, e do qual se tem uma noção exacta das condições de cada escola: sala de aula, suas dimensões, natureza da construção, si propriedade do Estado ou de particular e neste caso qual o aluguel pago; numero dos alumnos matriculados e presentes, por série, especificando os analphabetos e si os que sabem ler ahi aprenderam e em que tempo; aspecto geral dos alumnos em relação ao asseio e seu estado sanitario; dados relativos do logar: si é saudavel, si os moradores se interessam pela educação de seus filhos, si a escola existente é bastante para as necessidades ou si ha precisão de outra para attender a todas as creanças em idade escolar; dados referentes ao professor: si é assiduo, si comparece decentemente vestido, si tem pendor natural para o magisterio, si tem reclamações a fazer, etc., etc.. Além disso o boletim exige uma apreciação resumida do valor de cada escola (MARTINEZ, 1924, p. 34-35).

Outra medida criada pela inspetoria é o arquivamento das provas por parte dos alumnos, a fim de verificar a execução das propostas por outros meios. Sobre isso, Martinez assinala:

Uma vez estabelecida a obrigação de todo alumno archivar as suas provas, por materia, do principio ao fim do anno, facil será conseguir proveitos de toda ordem e dentre elles convem notar a facilidade de fiscalisação que esses trabalhos permittem (MARTINEZ, 1921, p. 27).

Essas ações, dentre outras diversas já mencionadas nas seções anteriores quando nos referimos à inspeção, vem demonstrar a importância dada à fiscalização da escola, em especial, quando se trata da adesão de orientações que muitas das vezes confrontam as práticas escolares anteriores.

Os prêmios aos professores que atendiam às expectativas da inspetoria representam um elemento significativo no processo de adaptação do trabalhador. No relatório de 1922 o inspetor registra as homenagens:

Continuando o Exmo Snr. Dr. Presidente do Estado no louvavel desejo de beneficiar aos professores do interior que mais se salientaram no magisterio pelo seu devotamento ao trabalho, pelo correcto cumprimento de seus deveres e pelo numero de alumnos alphabetisados durante o anno, mais uma vez foram destribuidos premios bem significativos para assignalar o merito dos que fizeram jus a essa homenagem (MARTINEZ, 1922, p. 89).

De modo semelhante, os professores homenageados são mencionados em *O Ensino*, o que dá publicidade e reconhecimento aos que bem cumpriram suas metas e torna notável seus trabalhos, sendo mais uma estratégia para inspirar os demais professores.

Dentre os inunmeros professores que com tanto interesse servem a patriotica e nobre causa do ensino, alguns se destacaram no ano findo pelo zelo e perseverança, accudindo ás necessidades de dezenas de crianças que, sequiosas das luzes do alfabeto, encontraram nesses preceptores verdadeiros amigos e paes.

Elogiados logo nos primeiros mezes do actual anno lectivo, em virtude da inspecção escolar que os foi encontrar em seus postos de honra, foram, pela segunda vez, louvados, de ordem de sua Excellencia o Sr. Presidente do Estado que lhes offereceu no dia 19 de Dezembro, em recepção official, um premio muito significativo para assignalar esse acto de justiça (O ENSINO, 1922, p. 83).

Além de fazer menção e reconhecimento aos professores, encontramos espaço na revista para destaque de trabalhos desenvolvidos em escolas e reconhecidos pela inspetoria como dignos de serem imitados por outras escolas. Essa divulgação, além de ter a função de animar os demais leitores na marcha para o progresso do ensino, tem a intenção de reforçar as atitudes consideradas desejáveis pela inspetoria, instigando o professor por meio do desejo de se destacar ao mostrar suas práticas, o que, segundo Taylor, tem papel fundamental na eficiência das empresas, pois “[...] a ambição pessoal sempre tem sido, e continuará a ser, um incentivo consideravelmente mais poderoso do que o desejo do bem-estar geral” (TAYLOR, 1990, p. 73).

Dessa forma, é possível compreender que todos esses elementos – supervisão e premiação dos funcionários – acompanham rotineiramente o trabalho do professor paranaense nas propostas de Martinez nos anos de 1920-1924, fazendo com que os docentes estejam cientes dos objetivos

traçados, do seu progresso diante daqueles objetivos e do prêmio de reconhecimento esperado enquanto consequência de um trabalho pautado nas orientações da inspetoria. É o que parece caracterizar essas ações como que relacionadas ao terceiro elemento da OCT.

Estas relações possibilitam que afirmemos a estreita relação das propostas de Martinez com o pensamento taylorista que estava em circulação no período. Assim, podemos compreender que, o estado do Paraná, semelhante aos demais estados, no intento de resolver a questão nacional da educação pública e tendo Martinez à frente de sua inspetoria, apostou em uma reforma de métodos, processos e na formação de professores, estas medidas por sua vez muito próximas do pensamento taylorista. É o que evidenciamos adiante nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1920 representou, para diversos Estados e, em particular para o Paraná, um momento de intenso esforço para efetivar a república e desenvolver o capital. A melhor resposta encontrada para atender a esses anseios foi a educação que se dava nas instituições públicas de ensino. Elas são a aposta da classe dirigente para trazer o progresso e desenvolvimento financeiro e industrial, levando o Brasil a emergir como um país ativo e independente economicamente. Faziam isso por meio da formação da mão de obra que garantiria o intento do governo. Atingir esse ideal era um grande desafio para as administrações públicas que se colocavam na corrida em busca de estratégias que tornassem a educação do povo algo efetivo nos Estados.

Na dianteira dessa marcha para o progresso estava São Paulo, que se consolidou no Brasil como modelo do moderno e digno de ser observado por outros Estados para a apropriação de suas práticas.

O governo do Paraná, assim como dos demais governos, compreendeu a necessidade premente de se educar o povo, e para isso buscou reformar o ensino de modo a torná-lo efetivo. No entanto, a realidade do Estado era bem diversa. Em virtude de conflitos na delimitação de fronteiras, do investimento em outras áreas, como, por exemplo, a construção de estradas e de outras prioridades do governo, o Paraná teve o orçamento diminuto para a educação. Mas como tornar o ensino efetivo havendo tantas prioridades?

O governo precisava de um professor que, estando à frente da inspetoria geral, pudesse dar a feição desejada ao aparelho educacional com atenção às necessidades e limitações do Paraná. Para atender a esse fim, buscou em São Paulo, o Estado modelar, um técnico que pudesse trazer as modernas práticas às escolas paranaenses.

César Prieto Martinez foi esse técnico. Ao aceitar o convite para promover a reforma educacional no Paraná, suas propostas se basearam em ideais racionalizadores que coadunavam com as limitações orçamentárias do Estado sem perder de vista os resultados significativos, considerando a grande necessidade de prover o ensino. Foi nesse intento que Martinez promoveu uma

série de mudanças administrativas e pedagógicas no sistema de ensino paranaense, dentre as quais cabe destaque para a criação do periódico *O Ensino*, uma publicação intencionalmente planejada pelo órgão diretivo da instrução pública do Estado e direcionado aos professores.

No decorrer de suas publicações, *O Ensino* foi evidenciando linhas gerais das propostas de mudança da inspetoria para o trabalho nas escolas. Orientando, instruindo, informando e animando seus leitores no caminho ao atendimento dos interesses do capital, o periódico apontava métodos de ensino, princípios educativos e informações sobre a marcha da instrução no Paraná.

Cabe destaque, nessas publicações, para as que versavam sobre os princípios educativos, pois desejavam formar hábitos por meio da escola. Nesse sentido, a revista apontou três agrupamentos de princípios: saúde e higiene; nacionalização e história pátria/cívica; e ensino moral, trabalho e progresso.

Por sua vez, os conteúdos da revista e os elementos da reforma permitiram perceber as propostas de Martinez como que semelhantes à lógica da organização do trabalho industrial que busca o maior rendimento com o menor custo, a fim de atender à necessidade capital do Estado que é a formação de mão de obra para o enriquecimento do país.

A educação foi adquirindo, assim, caráter produtivista. A escola então, semelhante a empresa possibilitava, a partir da análise de sua estruturação, tecer nexos com os modelos de organização do trabalho em circulação no período. Estes, por sua vez, estavam também passando por um processo de reforma, visando aumentar a produtividade das empresas com o uso da ciência.

Nesse processo de reformulação dos modelos de produção, encontramos a Organização Científica do Trabalho – OCT, idealizada por Frederick Winslow Taylor. Seu modelo de produção em larga escala, conhecido como taylorismo, se disseminou rapidamente entre as indústrias, tendo sido apropriado, inclusive, por diferentes áreas da sociedade.

Dentre essas áreas, temos a da educação, que, como dito anteriormente, vinha adquirindo finalidade produtiva, a de formação do

indivíduo para o progresso econômico da nação. Pudemos ver em *O Ensino* e nos relatórios de governo evidências da presença do pensamento taylorista.

Martinez, por meio de sua reforma educacional e diante da realidade diversa do Paraná, possivelmente apropriou-se dos elementos do taylorismo para prover, sem grandes custas, aumento no número de alunos nas escolas.

Sua reforma não consistiu necessariamente na produção de leis e decretos e/ou na modificação explícita de programas e currículos, mas sim na tentativa de tornar regular e eficiente o funcionamento do aparelho escolar paranaense.

Suas propostas se relacionavam, dessa forma, ao taylorismo, por serem voltadas para a busca de maior eficiência e produtividade da escola. A tônica na alfabetização em grande escala, com o menor custo, eliminando os antigos métodos empíricos, tendo como base o uso da ciência e da técnica, sendo supervisionada, orientada, motivada e premiada pela inspetoria, podem ser relacionadas com o modelo de produção engendrado por Taylor.

Por meio das medidas propostas por Martinez, a educação paranaense foi submetida a uma série de mudanças: uniformização de horários, licenças, livros didáticos; reorganização das séries; adoção de métodos e programas mais eficazes; orientação e formação de professores; supervisão e acompanhamento dos resultados; premiação aos que bem cumpriram as orientações da inspetoria; dentre outras. Cabe destaque ao periódico *O Ensino* como elemento significativo no processo de adaptação, motivação e aperfeiçoamento do professor nos novos hábitos desejados pela inspetoria para os professores.

Cada uma dessas propostas se assemelhava com os elementos do pensamento taylorista: a gestão racionalizadora e a questão da alfabetização em massa; a divisão do trabalho entre a inspetoria e as escolas; as medidas de (con)formação de docentes nos novos métodos científicos de Martinez; e as propostas de inspeção e os prêmios para professores.

As análises tecidas nas seções anteriores permitiram entrever essas relações e suscitaram novos questionamentos. Alguns deles podem ser explicitados aqui, tais como: Ao olhar para o trabalho de Martinez, que relações podemos tecer com a nossa realidade educacional do Brasil e o que podemos propor para tentar modificar isso? Em resposta a esta pergunta podemos

considerar que em Martinez vemos a tentativa burguesa de erradicar o analfabetismo como forma de possibilitar o progresso do capital, sua consolidação e perpetuação. Diversas estratégias são criadas por Martinez nesse sentido, *O Ensino* e a demais propostas de formação de professores em práticas produtivistas demarcam bem as intenções capitais próprias deste período.

De maneira semelhante, no momento atual também são propostas a todo momento reformas de ensino motivadas a adequação da escola no movimento da sociedade capitalista em crise. Para isso são usados diferentes meios de disseminação de ideais para direcionar os professores em moldes produtivos.

Igualmente, o sistema educativo brasileiro continua se apropriando de teorias da administração industrial. Sobre isso, Saviani (2013) indica que no atual momento educacional continua a crescente manifestação de tendências pedagógicas tecnicistas ou produtivistas, mas que agora são nomeadas como Neoprodutivistas, e assinala:

A crise capitalista que eclodiu na década de 1970 conduziu à reestruturação dos processos produtivos, revolucionando a base técnica da produção e conduzindo à substituição do fordismo pelo toyotismo. O modelo fordista apoiava-se na instalação de grandes fábricas operando com tecnologia pesada de base fixa, incorporando os métodos tayloristas de racionalização do trabalho; supunha a estabilidade no emprego e visava à produção em série de objetos standardizados, em larga escala, acumulando grandes estoques dirigidos ao consumo de massa. Diversamente, o modelo toyotista apoia-se em tecnologia leve, de base microeletrônica flexível, e opera com trabalhadores polivalentes visando à produção de objetos diversificados, em pequena escala, para atender à demanda de nichos específicos do mercado, incorporando métodos como o *just in time* que dispensam a formação de estoques; requer trabalhadores que, em lugar da estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo a camisa da empresa e elevando constantemente sua produtividade (SAVIANI, 2013, p. 429).

A reestruturação dos processos produtivos impulsionou mudanças significativas na educação, agora com vistas ao preparo polivalente dos alunos, focado nas práticas do “Aprender a Aprender” e na ênfase do desenvolvimento de capacidades e competências nos indivíduos. Nas palavras de Saviani (2013,

p. 429), “manteve-se, pois, a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo, marca distintiva da teoria do capital humano. Mas seu significado foi substancialmente alterado”.

Segundo o autor, esta mudança de significado ocorre porque a teoria do capital humano surgiu em um período caracterizado pelo pleno emprego, onde a escola era vista como um espaço de preparação de mão de obra para ser incorporada em um mercado em expansão. Porém, após a crise de 1970, o cenário muda e esta teoria assume um novo sentido, lançando para o indivíduo a responsabilidade de se tornar empregável para inserir-se no mercado de trabalho.

Nesse contexto não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando assegurar, nas escolas, a preparação da mão de obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho (SAVIANI, 2013, p. 430).

A partir da escola o indivíduo adquire tão somente a possibilidade de ser empregado, haja vista que não há lugar para todos. “A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis” (SAVIANI, 2013, p. 430).

E nesse novo contexto, como se encontra o professor? “Continua-se pedindo para que ele seja eficiente e produtivo, mas agora ele não precisa seguir um planejamento rígido; não precisa pautar sua ação por objetivos predefinidos, seguindo regras preestabelecidas” (SAVIANI, 2013, p. 448). Desta forma, semelhante ao que ocorre com os demais trabalhadores, os docentes são levados a se aperfeiçoarem continuamente em diferentes e ligeiros cursos de atualização para torna-lo competente nas pedagogias do “aprender a aprender”, dentre outras. Aliado a isto, “os dirigentes esperam que o professor exerça todo um conjunto de funções com o máximo de produtividade e o mínimo de dispêndio, isto é, modestos salários” (SAVIANI, 2013, p. 450).

Diante deste paradigma, que é preciso fazer? Em nossa concepção, com base no estudo apresentado e com base em Marx (1982), é preciso converter teoria em prática para combate e superação das mazelas do próprio homem.

Isso significa utilizar os mesmos meios disponíveis no campo de debate, para superá-los em práticas educativas emancipatórias. Procedimentos de ensino que possibilitem autonomia intelectual aos educandos e compreensão de si dentro da sociedade capital, dando elementos para a superação deste estado.

Significa ainda, congregando forças entre os educadores, para instituir “propostas concretas a defesa de uma educação pública de qualidade acessível a toda população brasileira” (SAVIANI, 2013, p. 451).

Para além destas possibilidades de reflexão e pesquisa, sugerimos ao leitor a tentativa de perceber como os outros Estados manifestaram essa teoria da administração em seus *modos de fazer*.

É possível ainda demonstrar, por meio do cotejamento entre as propostas de Martinez e as necessidades do capital, a justificativa da presença dos conteúdos que estão descritos em *O Ensino*. Que relações podemos traçar entre os conteúdos da revista com os princípios do taylorismo?

Essas e diferentes outras perguntas surgem e podem surgir no diálogo do leitor com novas fontes, concordando ou contrapondo essa argumentação, pois a pesquisa em história da educação não é uma verdade fechada e sim uma tentativa de, por meio da operação historiográfica, perceber aquilo que muitas vezes o texto não diz, mas que é visto no movimento histórico e nas relações que se dão no contexto em que acontecem.

Este trabalho se encerra deixando análises a respeito da temática a que se propôs, não esgotando o tema que ainda manifesta infinitas possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

CAMARGO, Affonso Alves de. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1920**. Curitiba, 1920.

CORREIA, Manoel F. Ferreira. **O Estado do Paraná em 1920**. Curitiba, 1920.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1920.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1921.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1922.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1924.

MARTINEZ, César Prieto. **Sertões do Iguassu**. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato, 1925.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1922. ano I, v. 1.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1923a. ano II, v. 1.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1923b. ano II, v. 2.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1924a. ano III, v. 1.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1924b. ano III, v. 2.

PARANÁ. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **César Prieto Martinez**. Curitiba, 1934.

PARANÁ. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **Tópicos da vida de Prieto Martinez**. Curitiba, S/D.

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Bases Educativas sobre a Nova Escola Normal Secundária do Paraná**. Curitiba, 1923.

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Decreto nº 17 de 09 de jan. de 1917. Código de Ensino. **Diário Oficial**, Curitiba, 1917. Curitiba, 1917.

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Decreto nº 710 de 18 de out. de 1915. Código de Ensino. **Diário Oficial**, Curitiba, 1915.

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. História Administrativa do Paraná 1853-1947. **Diário Oficial**, Curitiba, 2000.

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Regulamento das Escolas Normais Primárias. **Diário Oficial**, Curitiba Curitiba, 1924.

RATACHESKI, Alir. **Cem anos de ensino no Paraná**. Curitiba, 1953.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1920**. Curitiba, 1920.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1921**. Curitiba, 1921.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1922**. Curitiba, 1922.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1923**. Curitiba, 1923.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1924**. Curitiba, 1924.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1925**. Curitiba, 1925.

FONTES DE REFERÊNCIA

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa**: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira.

(Final do século XIX e primeiras décadas do século XX). 2007. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

APP SINDICATO. **Colégio Estadual Prieto Martinez completa 100 anos.** Curitiba, 2010. Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=9538/>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ALMEIDA, Cristiane Silva. **A relação entre trabalho e educação no Brasil.** In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. v. 1. p. 4114-4131.

ARAÚJO, José Carlos; SCHELBAUER, Anaete Regina (org). **História da Educação pela Imprensa.** Campinas, SP: Alínea, 2007.

ARAÚJO, José Carlos de Souza. A imprensa, co-partícipe da educação do homem. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, p. 59-62, 2002.

BICCAS, Maurilane Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940).** Orientador: Marta Maria Chagas de Carvalho. 2001. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BONA JÚNIOR, Aurélio. **Educação e modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná.** Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BORGES NETO, Mário; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Possibilidades interpretativas para as pesquisas sobre intelectuais na história da educação. **NOTANDUM** (USP), v. 21, p. 193-213, 2018.

BRASIL. Lei nº 704 de 29 de ago. de 1853. Eleva a comarca de Curitiba, na província de São Paulo, a categoria de província com a denominação de - província do Parana. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 set. 1853. Legislação Informatizada. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/207051-eleva-a-comarca-de-> Acesso em: 12 fev. 2019.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A Escola e A República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e Política Nos Anos 20: A Desilusão Com A República e O Entusiasmo Pela Educação. In: DE LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). **A década de 1920 e a invenção do Brasil moderno.** 1. ed. São Paulo, SP: UNESP, 1997, v. 1, p. 115-133.

CATANI, Denice Barbara. A Imprensa Periódica Educacional e O Estudo do Campo Educacional. **Educação e Filosofia**, Minas Gerais, v. 10, n.20, p. 115-130, 1996.

CECÍLIO, Waléria Adriana Gonzalez; MESQUIDA, Peri. Presença do pensamento positivista nas escolas. **Atos de pesquisa em educação (FURB)**, v. 12, p. 286-301, 2017.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890 1930)**. 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

HEROLD JUNIOR, Carlos. A educação corporal no Paraná através do movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, p. 123-150, 2011.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **As Conferências Educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 – Brasil**. Orientadora: Maria das Dores Daros. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC/SC, 2014.

IWASSE, Lilian Fávaro Alegrâncio; OLIVEIRA, Marcela Rodrigues; MACHADO, Roseli Belém. **Modos de Produção norteadores do Trabalho Educativo**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 27., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017. v. 1, p. 11483-11497.

MACHADO, Ana Maria Netto. **Escritinhos**. Ijuí: UNIJUI, 1999.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; COELHO, Gizeli Fermino; DORIGÃO, Antônio Marcos. As pesquisas com intelectuais em história da educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, p. 175-188, 2016.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; RODRIGUES, Elaine. Conversas sobre fontes. In: GONDRA, José Gonçalves; MACHADO, Maria Cristina Gomes; SIMÕES, Regina Helena Silva (org.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. 1. ed. Vitória: Edufes, 2017. p. 253-274.

MAI, Lilian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BOARINI; Maria Lucia. (Org.). **Raça e higiene como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. 1. ed. Maringá, PR: EDUEM, 2003, v. 1, p. 45-70.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico a escola (1906-1910). Orientador: Carlos Eduardo Vieira. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; FARIAS, Fabiana Costa de Senna Ávila. “Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 287-302, 2010.

MARTINEZ, César Prieto. **Escola Estadual Cesar. Nosso Patrono**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://eecesarmartinez.wixsite.com/eecesarmartinez/sobre-1>. Acesso: 11 ago. 2018.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, Cristiane Silva; IVASHITA, Simone Burioli; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Considerações acerca da imprensa e de sua utilização como fonte de pesquisa para a História da educação**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA - HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2009, Campinas, SP; Anais SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA, 8., 2009, Campinas, SP. **Anais [...]**. SP: Ed. da Unicamp, 2009. v. 1. p. 1-13.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A reforma da escola nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (org.). **Reformas educacionais**: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: Ed. da EDUFU, 2011. p. 121-137.

MONARCHA, Carlos Roberto da Silva. Notícia documental e bibliográfica sobre as “missões de professores paulistas”. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FÁBIO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed. da UFGD, 2010. v. 1, p. 12-37.

MORENO, Jean Carlos. **Inventando a Escola. Inventando a Nação**: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928). Orientador: Serlei Maria Fischer Ranzi. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

MORENO, Jean Carlos. Intelectuais à década de 1920: modernidade e nacionalismo. César Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. 1. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007. v. 1, p. 41-64.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NETO, Afonso Cavalheiro. **A ESCOLA COMO EXPRESSÃO E RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS DOS MODELOS DE PRODUÇÃO DO CAPITAL**. Orientador: João Luiz Gasparin. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

PADIAL, Elyane Mozelli. **As propostas de Lysimaco Ferreira da Costa para a instrução pública paranaense no período de 1920-28**. Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

PARANÁ. **Decreto nº 542 de 26 de abr. de 1920**. Nomeação de professor para a Escola Normal de Curitiba. Curitiba, abr. 1920b.

PARANÁ. **Lei nº 1999 de 09 de abr. de 1920**. Cria a Inspeção de Ensino. Curitiba, 1920a.

PEIXOTO, Afrânio. **Ensinar a Ensinar**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1923.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. Aristóteles Xavier e o curso de ginástica ministrado em Curitiba no início da década de 1920. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 36, p. S530-S547, 2014.

PYKOSZ, Lausane Corrêia. A revista O Ensino como possibilidade de estudo da escolarização paranaense. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7., 2005, Quito; CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7., Quito, 2005. [**Anais...**]. Quito: Secretaría Ejecutiva CIHELA, 2005.

PYKOSZ, Lausane Corrêia. **A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)**. Orientador: Marcus Aurelio Taborda de Oliveira. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

PYKOSZ, Lausane Corrêia; VICENTINE, Melina Cavalcanti de Albuquerque. **"A Escola" e "O Ensino": possibilidades para o entendimento da escolarização das práticas corporais no Estado do Paraná**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004. v. 1, p. 50-50.

RENK, Valquiria Elita. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 36, p. 1-9, 2014.

RENK, Valquiria Elita. Educação e saúde na formação dos estudantes do Paraná nos anos de 1920. **InterSaberes**, Curitiba, v. 11, p. 77-94, 2016.

RODRIGUES, Elaine. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da educação. *In*: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. 1. ed. Dourados, MS: UFGD, 2010. v. 1, p. 311-325.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 - 1930). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 37, p. 151, 2015.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. 5. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, José Carlos dos; RISTOW, Márcia Regina. Uma leitura micro histórica da educação profissional rural no Paraná: da sua criação à LDB de 1961. **Educere et Educare**, Curitiba, v. 11, p. 96-127, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Entre anúncios e artigos. Registros do método de ensino intuitivo no jornal A província de São Paulo (1875-1889). *In*: ARAÚJO, José Carlos; SCHELBAUER, Anaete Regina (orgs). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas, Alínea, 2007, p. 7-30.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O Método Intuitivo e Lições de Coisas no Brasil do século XIX. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. v. II, Século XIX, p. 132-149.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. *In*: Maria Stephanou; Maria Helena Camara Bastos. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. II - Século XIX**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, v. II, p. 132-149.

SCHENA, Denilson Roberto. **O Lugar da Escola Primária como Portadora de um Projeto de Nação**: o caso do Paraná (1890-1922). Orientadora: Serlei Maria Fischer Ranzi. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2003.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, p. 197-209, 2016.

SILVA, Nívia Celine. **Imprensa, Intelectuais e os discursos acerca da Educação no jornal Diário da Tarde (Paraná, Década De 1920)**. Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929.** Orientadora: Marta Maria Chagas de Carvalho. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2004.

SOUZA, Gizele de. Mediador do Moderno: técnico paulista na direção da instrução pública paranaense nos anos vinte do novecentos. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED.* 2005, CAXAMBÚ. **Anais [...]** 2005. v. 1. p. 1-14.

SOUZA, Simone Carlos de. **Escola Pública Primária Paranaense nos discursos oficial e jornalístico: republicanização, alfabetização e progresso em nuances de modernização (1920-1930).** Orientadora: Anaete Regina Schelbauer. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

STENTZLER, Márcia Marlene; SCHENA, Valéria Aparecida. **Reforma da Educação no Paraná: ideais educacionais de Cezar Prieto Martinez para a instrução pública expressos nos relatórios de 1920 a 1922.** *In: JORNADA DO HISTEDBR, 9., 2010, Belém, PA: JORNADA DO HISTEDBR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 9., 2010, Belém, PA. Anais [...], Curitiba: UFPR, 2010. p. 124.*

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. *In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). O legado educacional do século XIX.* 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. v. 1, p. 81-126.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **A Expressão do Liberalismo na revista A Escola (1906-1910), no Paraná.** Orientador: Maria Isabel Moura Nascimento. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, Fontes e a Imprensa. **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, SP, v. 40, p. 60-71, 2010.